



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: A CRIATIVIDADE EM CONFLUÊNCIAS DE PLANOS
ENUNCIATIVOS TEMPORAIS NO ENSINO DE PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Stéfano Grizzo Onofre

SÃO CARLOS
2013



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ATIVIDADE DE LINGUAGEM: A CRIATIVIDADE EM CONFLUÊNCIAS DE PLANOS
ENUNCIATIVOS TEMPORAIS NO ENSINO DE PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE
TEXTOS

STÉFANO GRIZZO ONOFRE

Bolsista: Fapesp

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Blundi Onofre

São Carlos - São Paulo - Brasil

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

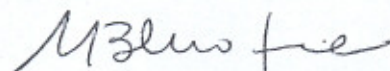
O58aL Onofre, Stéfano Grizzo.
Atividade de linguagem : a criatividade em confluências
de planos enunciativos temporais no ensino de produção e
interpretação de textos / Stéfano Grizzo Onofre. -- São
Carlos : UFSCar, 2013.
138 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

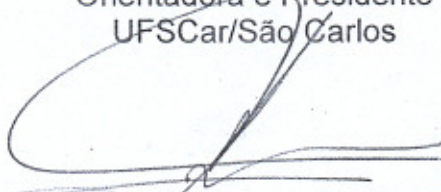
1. Linguística. 2. Ensino – aprendizagem de línguas. 3.
Enunciação. 4. Criatividade. 5. Tempo. I. Título.

CDD: 410 (20^a)

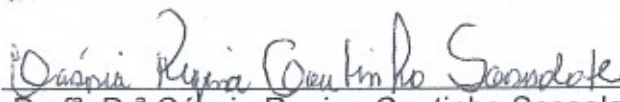
**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
STÉFANO GRIZZO ONOFRE**



Prof.ª. Dr.ª. Marília Blundi Onofre
Orientadora e Presidente
UFSCar/São Carlos




Prof.ª. Dr.ª. Márcia Cristina Romero Lopes
Membro titular
Unifesp/São Paulo



Prof.ª. Dr.ª. Cássia Regina Coutinho Sossolote
Membro titular
UNESP/Araraquara

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 27/fevereiro/2013.
Homologada na 55ª reunião da CPGL, realizada em 05/04/2013.



Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

AGRADECIMENTOS

À minha família, por oferecer conforto e apoio nos momentos difíceis.

À Olena, minha namorada, por seu carinho especial, por cuidar de mim nos momentos bons e nos momentos ruins e por preocupar-se com a minha saúde.

À Professora Dra. Marília Blundi Onofre que se dispôs a enfrentar comigo o processo seletivo de bolsas da Fapesp. Agradeço também à sua preocupação com o meu crescimento intelectual. Sou muito grato, também, pelas reuniões semanais de nosso grupo de estudos, que motivaram a leitura de textos imprescindíveis para a escrita da presente dissertação de mestrado.

À Fapesp, pelo suporte financeiro.

Ao corpo docente do PPGL.

Ao PPGL/UFSCar.

À Professora Dra. Leticia Rezende, por aceitar-me como aluno especial em sua disciplina na UNESP.

Ao grupo de estudos *Articulação entre linguagem e línguas naturais no processo de ensino-aprendizagem*.

Às colegas Duane, Eliane, Glória e Jacqueline.

À professora Dra. Cássia Regina Coutinho Sossolote por participar da minha qualificação.

À professora Dra. Maria Isabel de Moura Brito por, também, participar da minha qualificação.

La première fois que j'ai employé ce terme [poétique] pour designer la theorie d'A. Culioli, c'était de façon tout spontanée et sans réflexion préalable, dans le feu de la discussion de notre huitème reencontre. Je venais de l'interpeller sur la difiiculte de lecture de ses articles et la fatigue qui naît à tenter de le suivre quando on a l'habitude de un cadre plus classique. Il ne le niait pas: <<Moi, disait il, (Avec une certaine satisfaction me semblait il), je fais des vagues, je lance des cailloux dans telle ou telle position, avec des angles différents, dans une eau plus ou moins visqueuse... Je regard que ça produit.>>

Claudine Normand

RESUMO

No presente trabalho de pesquisa discutimos a noção de *criatividade* em ocorrências de confluências de planos enunciativos temporais em produções textuais de vestibular. Para tanto partimos da seguinte questão: ocorrências de deslocamentos enunciativos da categoria de tempo em produções textuais de vestibular são responsáveis por comprometer os textos dos alunos? Geralmente, atribui-se a esse tipo de deslocamento enunciativo apenas valores negativos. Repensamos essa postura defendendo que apenas reconhecer os deslocamentos enunciativos como um problema não dá meios para o contexto de ensino e aprendizagem de língua portuguesa operar com essas ocorrências. Para sustentar esse objetivo partimos da hipótese de que os deslocamentos enunciativos de tempo instalam-se entre o erro e a criatividade, uma vez que, se, por um lado, podem apresentar-se como inadequações frente a um dado plano enunciativo instaurado, por outro lado, podem ser considerados movimentos linguísticos que traduzem o modo pelo qual o aluno procura assumir sua autoria, ou seja, procura ser criativo. Sustentamos a hipótese de trabalho a partir do quadro da Teoria das Operações Predicativas. A reflexão teórica conduziu-nos a argumentar que as marcas linguísticas temporais deixam traços das escolhas argumentativas dos alunos. Dessa forma, pudemos constatar que os deslocamentos enunciativos temporais deixam emergir elementos que podem valorizar as produções textuais dos alunos. Tais elementos podem ser úteis, portanto, para o refinamento do trabalho linguístico-discursivo no ensino e aprendizagem de língua materna.

Palavras-chave: linguagem; enunciação; ensino de língua.

ABSTRACT

In this research we discuss the concept of creativity in occurrences of confluences of enunciative temporal plans on textual production exams made for the admission on Brazilian university. To achieve the goal, we considered the following question: occurrences of time category enunciative shifts on the exams are responsible for undermining students' texts? Generally, it is attributed to this kind of enunciative shifts only negative values. We try to make more profound this question, defending that only recognizing the enunciative shifts as a problem does not give all the means for Portuguese language teaching and learning context to operate with these occurrences. To sustain our aim we launched the hypothesis that the time category enunciative shifts occur in the space between the error and the creativity, because, on one side, they can present themselves as inadequacies front an established enunciative plan and, on the other side, they can be considered as linguistic movements that show the way the student try to assume his authorship, that means, his search for creativity. We sustain the hypothesis using the Theory of Predicative Operations chart. The theoretical reflection brought us to argue that linguistic temporal marks leave traces of students' argumentative choice. This way, we could recognize that the time category enunciative shifts make visible some elements that can value students' textual productions. These elements may be useful for the enhancement of the teaching and learning process, considering the linguistic and discursive matters.

Keywords: language, enunciation, language teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A controvérsia da significação.....	4
1.1 A ciência linguística e o processo de significação.....	6
1.2 A léxis e a palavra: filosofia da linguística e filosofia da linguagem de orientação marxista.....	10
1.3 Dois paradigmas de forma e sentido na linguagem	18
1.4 A definição do sentido em si.....	21
1.5 Expressão e conteúdo: o olhar de Hjelmslev para o signo e a significação.....	21
1.6 O signo linguístico revisto por Benveniste	24
1.7 Tema e significação	26
1.8 Indeterminação do significado.....	28
CAPÍTULO II. A ENUNCIÇÃO LINGUÍSTICA.....	32
2 Enunciação: diferentes abordagens e domínios enunciativos.....	32
2.1 Enunciação e subjetividade.....	36
CAPÍTULO III. A NOÇÃO TEMPORAL	42
3 Breve descrição do tempo na gramática tradicional	42
3.1 O tempo e o TEMPO em uma gramática descritiva de língua portuguesa.....	43
3.2 Os deslocamentos enunciativos de tempo: a infringência por erro e por projeto .	44
3.3 A questão dos instantes e das noções aspectuais no tempo linguístico na TOPE.	49
3.4 Tempo e tempo em Weinrich.....	52
CAPÍTULO IV. A ARTICULAÇÃO ENTRE O TEXTO E GRAMÁTICA NO ENSINO DE LÍNGUA	54
4 Reflexão sobre gramática, norma e ensino	54
4.1 A centralidade da atividade epilinguística para o ensino de língua.....	57
4.2 A questão do erro e da criatividade no contexto de ensino e aprendizagem	63
CAPÍTULO V. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS JOGOS ENUNCIATIVOS TEMPORAIS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS DE VESTIBULAR.....	69
5 Análise do <i>Corpus</i>	69
5.1 Percorso de constituição da análise	70
5.2 Primeiro momento: análise de uma ocorrência.....	76
5.3 Segundo momento: duas ocorrências representativas.....	82
5.4 Terceiro momento: uma ocorrência de texto literário.....	89

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
Anexo 1: Ocorrências de produções textuais de vestibular	96
Anexo 2: Ocorrências de texto literários	107
Anexo 3: Produções textuais de vestibular	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	138

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação dos instantes enunciativos.....	44
Figura 2 – Concomitância entre instantes.....	76
Figura 3 – Intervalo aberto à direita.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – relação entre os três níveis da TOPE.....	16
--	----

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa surgiu a partir de uma reflexão teórica que possibilitou a visualização de uma questão voltada para contexto de ensino e aprendizagem de língua.

Nosso contato com a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas¹ permitiu-nos tomar conhecimento da existência de mecanismos de deslocamentos enunciativos das categorias de pessoa, espaço e tempo. Verificamos que esses mecanismos enunciativos obedecem a certa regularidade e, ao mesmo tempo, permitem criar inúmeros sentidos nos textos. Contudo, no início de nosso percurso acadêmico, tomamos conhecimento da natureza dos deslocamentos enunciativos apenas em textos literários e, nesse tipo de texto, percebemos que os sentidos gerados por tais mecanismos são majoritariamente, considerados positivos e, portanto, criativos. Tal conjuntura levou-nos a questionar como essas ocorrências configuram-se em produções textuais de vestibular.

No intuito de centralizarmos nossa pesquisa, escolhemos discutir os mecanismos de deslocamentos enunciativos de tempo em produções textuais de vestibular e em textos literários, comparação que tornou possível a reflexão sobre a noção de criatividade na linguagem.

O termo criatividade, em nosso trabalho, está relacionado ao tipo de apreciação que confluências enunciativas de planos temporais tornam possíveis. A mudança de planos enunciativos pode tanto ser considerada um elemento positivo de um texto quanto um elemento negativo. Essa apreciação polarizada dos movimentos de planos enunciativos temporais aparece em toda parte².

A distinção entre criativo e não criativo suscita a imagem de uma simetria presente na linguagem. Há uma parcela de verdade nas apreciações negativas que um emprego “errado” de um deslocamento enunciativo pode gerar, entretanto, uma apreciação positiva só se sustenta porque existe uma apreciação negativa. O que almejamos ressaltar é que há articulação na relação opositiva entre criatividade e não criatividade.

¹ De agora em diante TOPE.

² Aparece no diálogo cotidiano, por exemplo, quando julgamos o que alguém escreveu ou disse: “Nossa! Você escreveu tudo errado o que eu te disse”. Aparece, igualmente, na escola quando o professor corrige o texto de um aluno: “O texto que você escreveu não está bom, precisa melhorar”.

O que se constata no ensino de língua, de modo geral, é uma tendência a julgar os deslocamentos enunciativos temporais presentes nas produções textuais dos alunos como desvios, infrações, erros, entre outros. Diante desse cenário é que nossa questão de pesquisa toma forma: *as confluências de planos enunciativos temporais não revelariam traços de um esforço criativo presente nos textos dos alunos?*

Esse questionamento conduziu nosso trabalho à seguinte hipótese: *Ao se considerar linguagem e língua articuladas, as dimensões apreciativas de erro e acerto, criativo e não criativo precisariam ser repensadas. Isso significa argumentar que as ocorrências de deslocamentos enunciativos de tempo que selecionamos como parte de nosso corpus de pesquisa não revelam apenas inadequações linguísticas.*

Para visualizar nas produções textuais dos alunos um esforço criativo instaurado pelas ocorrências de deslocamentos enunciativos de tempo, discutimos como o processo de produção de sentidos é encarado pelas teorias linguísticas.

No primeiro capítulo, propomos discutir como a significação é uma variável dinâmica. Tal dinamismo pode ser neutralizado deliberadamente, como no caso do estruturalismo, ou pode ser assumido por meio de um olhar enunciativo, ou seja, mais especificamente pelo conceito de noção.

Quando assumimos tal fluidez da significação, abrimos espaço para visualizar o processo de constituição dos textos. Tal processo é acessado pelos mecanismos enunciativos que são recuperados nas produções textuais dos alunos.

A partir de diálogos com outros modelos, ressaltamos a importância da noção no quadro enunciativo culioliano. Ao inserirmos o conceito de noção, assumimos o sentido como não sendo parte integrante dos textos orais e escritos, mas sim como um conjunto de traços semânticos abertos postos em jogo pela enunciação.

No segundo capítulo da dissertação, marcamos rapidamente a história de algumas questões da enunciação e centramos nossa atenção na noção de subjetividade. Além disso, demonstramos o papel da subjetividade no quadro enunciativo culioliano.

No intuito de esboçar qual representação o sujeito possui no quadro enunciativo culioliano, comparamos como Culioli (1965) e Benveniste (2006) concebem a enunciação. Abrimos esse diálogo com base nas considerações de De Vogüé (1992) e, a partir dos olhares de Culioli e Benveniste, apreendemos as diferenças e as similaridades das noções de sujeito nos dois autores.

Após discutirmos sobre a subjetividade, focamos nossa atenção na questão do tempo devido à nossa preocupação com os deslocamentos enunciativos temporais nas

produções textuais. De modo que, no terceiro capítulo, buscamos sintetizar como algumas gramáticas consideram a categoria de tempo.

Na abordagem tradicional, constatamos que o tempo manifesta-se apenas pelos verbos e advérbios. Dessa forma, nos quadros da gramática tradicional não há uma reflexão que considera, explicitamente, a enunciação.

Na gramática descritiva de Matheus, Brito, Duarte e Faria (1983), verificamos que as marcas linguísticas remetem a um modo de enunciação experiencial que envolve uma relação entre o locutor e o alocutário.

As gramáticas observadas consideram apenas exemplos que não se afastam de enunciados padronizados e bem formados gramaticalmente. Dessa forma, não se preocupam em abordar os movimentos enunciativos de tempo.

O caráter estável que as gramáticas descritivas e normativas oferecem para os mecanismos temporais conduziu-nos a buscar como essa questão aparece em autores³ que procuram olhar os jogos enunciativos em recortes textuais da literatura. A intenção foi observar como as confluências temporais aparecem em textos que abusam dos efeitos de sentidos.

Em seguida, tentamos matizar como a questão do tempo é considerada por Culioli (1999a), tentando, no capítulo quatro, discutir como a TOPE pode contribuir para o contexto de ensino e aprendizagem de línguas.

O capítulo foi dividido em três seções: Na primeira seção, tratamos da relação entre normatividade e ensino, questionando o caráter excessivamente normativo presente no contexto de ensino e aprendizagem de língua. Esse questionamento foi levantado a partir de algumas críticas que Benveniste (2005) propõe em relação à concepção de linguagem como expressão de pensamento; Na segunda seção, ressaltamos a importância da atividade epilinguística no ensino e, na terceira seção, discutimos como a noção de erro e criatividade é concebida no contexto de ensino e aprendizagem.

A partir das considerações teóricas apresentadas no trabalho propomos a análise de três recortes textuais, embasada em uma breve discussão metodológica pautada no quadro da TOPE.

³ Pesquisamos os trabalhos de Fiorin (2005) e Weinrich (1973; 1968).

CAPÍTULO I. A SIGNIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

1 A controvérsia da significação

De modo geral, podem ser estabelecidos dois caminhos para o estudo do significado: um remonta à tradição helenística e o outro remonta aos estudos linguísticos embasados em princípios cientificistas. No interior dessa divisão, há inúmeras definições do que seria significação, sentido, conteúdo etc.

Na tradição clássica, o signo é o substituto de um objeto presente na realidade; na linguística moderna⁴, passa a ser concebido enquanto uma entidade formal que independe do objeto presente na realidade. Em ambas as concepções de signo, pode-se sempre observar um elemento dicotômico que possui nuances em cada reflexão, e que é instaurado entre uma forma e um sentido, ou entre uma expressão e um conteúdo etc.

A maioria das disciplinas preocupadas com a linguagem passa pelo problema da significação e pela teorização do signo. O estudo do significado sempre esteve em uma zona intermediária entre diferentes disciplinas, como aponta Benveniste (2006, p.222): “[...] este é um destes problemas imensos que por concernirem a muitas ciências, não são tomados em si por nenhuma delas.”.

De acordo com Lyons (1979), a Semântica, um campo autônomo de estudos do significado, é de origem recente. Isso corrobora para exemplificar que a terminologia da área ainda se apresenta confusa e controversa, dificuldade que fez com que a linguística do final do século XIX e início do século XX não desse tanta ênfase à semântica. Uma razão central para tal comportamento foi a incerteza de que se pudesse desenvolver um estudo rigoroso e objetivo sobre o sentido como foi feito com os estudos sobre a gramática e a fonologia.

Para expor o motivo disso, basta que se considere a seguinte questão: qual o significado da palavra *vaca*? Seria um animal determinado ou toda uma classe de animais? Existem vacas diferentes umas das outras, mas isso não impede que as pessoas saibam o que é uma vaca. Essas indagações suscitam o antigo debate entre nominalistas e realistas: as coisas possuiriam propriedades essenciais que possibilitam sua identificação ou são essas propriedades apenas uma convenção imposta pelo hábito. E

⁴ Estamos nos referindo a uma leitura clássica do signo saussureano que o considera como a união de um significante e significado em que a referência à realidade é regida pelo princípio da arbitrariedade do signo. Dessa forma, a referência ao real é contingente e o signo independente do objeto na realidade.

no caso de palavras como verdade, beleza e bondade? Será que essas palavras possuem tais propriedades? E, ainda, é possível afirmar que tais palavras evocam conceitos ou ideias na mente das pessoas que as utilizam? Conceitos e ideias são equivalentes ao significado? Todas essas indagações, sugeridas por Lyons (1979), ilustram a controvérsia psicológica e filosófica que a questão do significado evoca.

Por esse motivo, Benveniste (2006) demonstra que quando um linguista retoma o problema do significado, ele deve ser cauteloso. Se o tema da significação evoca controvérsias, ele não pode ser encarado com unanimidade tanto entre linguistas quanto entre filósofos. Isso implica o reconhecimento de que a palavra “significado” adquire inúmeros significados.

Mesmo não existindo um ponto comum na linguística sobre o conceito significado verificamos, tanto em Lyons (1979), quanto em Benveniste (2006), raciocínios que podem ser aproximados e que, de certa forma, ilustram a natureza do interesse linguístico na questão do significado.

Para Lyons (1979), a filosofia encara os conceitos de palavra e frase do mesmo modo que o homem comum. O linguista, porém, não pode encarar os fatos dessa maneira. Ele deve indagar como as unidades gramaticais relacionam-se com o sentido. Conforme Lyons (1979, grifo nosso, p.427): “[O linguista] Deve, particularmente, indagar se há alguma distinção a estabelecer entre significado “lexical” e significado “gramatical”.”.

Para Benveniste (2006) a articulação da forma e do sentido revela o problema central do significado. A função primordial da linguagem é significar, mas o significado manifesta-se apenas por meio de uma língua, ou seja, uma forma. Para Benveniste (2006), unir *forma* e *sentido* é equivalente a unir língua e linguagem. A linguagem, como postula Benveniste (2006, p.224),

[...] não se deixa dividir mas decompor; suas unidades são elementos de base em número limitado, cada um diferente do outro, e suas unidades se agrupam para formar novas unidades, e estas por sua vez poderão formar outras ainda, de um nível cada vez superior. (BENVENISTE, 2006, p.224)

A decomposição das unidades retoma a clássica noção de Saussure (2006) da linguagem ser o domínio das articulações. Benveniste (2006), ao discutir a questão da forma e do sentido na linguagem, ao invés de delimitar um objeto preciso de estudo como fez outrora Saussure (2006), aponta para a necessidade de se manter a articulação

reconhecendo ao mesmo tempo a diferença tanto entre *forma* e *sentido* quanto entre língua e linguagem.

A postura de Benveniste (2006) e Lyons (1979), respectivamente de articulação entre *forma* e *sentido* e entre *léxico* e *gramática*, revela uma nova contextualização da controvérsia entre nominalistas e realistas. Seria produtivo para o linguista tomar partido em um dos lados nessa discussão? Segundo Lyons (1979), seria mais proveitoso para a linguística manter uma posição intermediária sobre a questão. Encontramos essa postura em Culioli (1990), autor para o qual o uso da linguagem não apresenta conceitos abstratos anteriores a uma manifestação empírica, mas também não significa que a abstração não possa ser manifestada e alcançada pela manipulação do empírico. É por meio de uma relação indissociável entre os dois domínios que se pode verificar uma abstração ou um conceito, ideia etc. Cabe, então, às teorias linguísticas simular a atividade de linguagem teoricamente e tentar mostrar que os sujeitos, por meio do emprego de um código relativamente estável, adequam-se a situações sempre novas.

A linguagem, nesse sentido, não pode ser encarada de modo simplificado, pois, como afirma Benveniste (2006, p.225): “A linguagem é bem outra coisa, ela não releva do mundo físico; ela não é nem do contínuo, nem do idêntico, mas bem ao contrário, do descontínuo e do dissemelhante.”. Essa proposição do autor atesta para o jogo de paradoxos que é encontrado na linguagem.

A linguagem une elementos psíquicos e fisiológicos, mas a decomposição desses elementos esfacela seu funcionamento complexo. É por esse motivo que a decomposição das unidades linguísticas sugeridas por Saussure (2006) permite apenas a apreensão restrita do que seria a atividade de linguagem.

1.1 A ciência linguística e o processo de significação

A linguística possui uma história de problemas que não podem ser ignorados. Isso se mostra verdadeiro porque há sempre o risco de se misturarem termos que estão presentes tanto na linguagem comum quanto nas metalinguagens das diferentes correntes de estudo. Por isso, é-nos exigida uma tomada de posição diante do quadro proliferante⁵ das ciências da linguagem⁶. Dessa forma, ao se fazer a história dos problemas linguísticos nos é revelada uma complexidade significativa.

⁵ Emprestamos esse termo do texto de Culioli (1990). Em francês a palavra é grafada “foisonnante”.

A título de exemplo, mencionamos Culioli (1990) e Fuchs (1985). Esses autores indicam-nos como a linguística tem trabalhado as questões de linguagem pelo viés da enunciação. O modo de se conceber a linguagem revela, conseqüentemente, uma maneira de se encarar a significação.

Culioli (1990) concebe a linguística como a disciplina que tem por objetivo apreender a linguagem a partir do estudo das línguas naturais. A fim de demonstrar isso, o autor parte de um quadro caricatural da linguística.

A linguística europeia situa-se em torno da herança de Saussure (2006), que tomou por objeto de estudo a língua. Na reflexão saussuriana, a língua é um domínio forjado a partir da descrição de línguas específicas e o estabelecimento de suas estruturas linguísticas serviu de base para o florescimento de inúmeras disciplinas alinhadas aos principais conceitos saussurianos.

Nos anos 60, nasceu a psicolinguística, responsável por religar a linguística à psicologia cognitiva, particularmente à psicologia cognitiva de base genética. Na outra extremidade, Culioli (1990) cita a sociolinguística, um setor de estudos complexo que agrega pesquisas extremamente variadas. Essas pesquisas são compostas por estudos que problematizam o contato entre línguas, creolização, pidginização, lealdade linguística (*Loyauté linguistique*), planificação linguística, alfabetização, dentre outros. A diferença de interesses entre a psicolinguística e a sociolinguística consolidaram uma divisão entre os dois setores de pesquisa.

Segundo Culioli (1990), a análise do discurso é constituída diferentemente da sociolinguística e da psicolinguística, pois toma forma a partir de cruzamentos com a filosofia da linguagem, a pragmática, a argumentação e a antropologia cultural.

Ainda no contexto dos anos 60, Culioli (1990) ressalta, por um lado, o desenvolvimento da Linguística Aplicada à didática de línguas e, por outro, o processamento de línguas naturais. Por último, verifica-se também o surgimento da linguística aplicada às patologias da linguagem.

Diante desse quadro, verificamos que no contexto teórico de proliferações de setores de pesquisa há, incessantemente, o problema da articulação entre, por um lado, uma pesquisa que se preocupa com as línguas dentro de suas especificidades e com suas configurações próprias, e, por outro, uma pesquisa que se preocupa com a atividade de linguagem (que se trata de uma atividade de representação, referenciação e regulação

⁶ Conforme Culioli(1991): “sciences du langage”.

apreendida em sua gênese, com seu funcionamento normal ou perturbado, dentro de um espaço específico (uma classe, por exemplo), graças a sistemas de representação diferentes da língua em questão (metalinguagem, língua estrangeira, linguagem de máquinas), na intenção de se esgueirar de modo restrito por esse domínio heterogêneo. Portanto, há no primeiro segmento dessas pesquisas um objeto que é, aparentemente, delimitável, ou seja, a língua e, conseqüentemente, aquilo que se conhece como fenômenos linguísticos, e, no segundo segmento, a linguagem, uma espécie de objeto defeituoso que sempre se buscou excluir.

A exposição do quadro de pesquisas linguísticas revela que o problema da relação entre linguagem e línguas não cessou de incomodar a linguística. Pode-se afirmar até que muitas fragmentações presentes na comunidade são oriundas da variedade epistemológica presente nas disciplinas.

Levar em conta a atividade de linguagem implica a construção de um objeto de estudo complexo, heterogêneo, cuja construção supõe a articulação de mais domínios. Considerar os fenômenos das línguas é, necessariamente, se questionar sobre o específico e o generalizável, sobre o contingente e o invariante. Observa-se, de imediato, que o modo como a união ou a separação das duas dimensões motiva os indivíduos ou os grupos a orientar a pesquisa nesta ou naquela direção.

Se, no momento pré-paradigmático, observamos certa confusão entre a língua e a linguagem; nas correntes que se orientam em torno do estruturalismo, o sentido muitas vezes é estabilizado para satisfazer a precisão exigida pela descrição linguística.

Após o momento de predominância do estruturalismo, verifica-se uma retomada do interesse em questões que envolvem o sentido como algo construído no diálogo. É desse ponto que partimos em nossa discussão sobre o sentido.

A seguir propomos, rapidamente, olhar para importância da reintrodução da semântica na linguística. Para tanto, referimo-nos ao conceito de signo e a algumas de suas dificuldades pelas reflexões de Lyons (1979), Hjelmslev (2003), Benveniste (2005; 2006), Bakhtin (2010) e Culioli (1990; 1999a; 1999b).

Todo modelo teórico preocupado com a linguagem parte de um problema epistemológico que possui fundo filosófico. Tudo se inicia na determinação de um fenômeno observável e de um modo de apreensão de tal fenômeno. A maioria das grandes tendências científicas iniciam suas modelizações a partir de uma concepção filosófica do modo de se apreender o fenômeno observável. Essa relação gera inúmeras

soluções filosóficas propostas, por exemplo, através do racionalismo, empirismo, nominalismo, materialismo dialético etc.

No caso das ciências da linguagem, além da relação entre fenômenos observáveis e modos de apreensão do fenômeno, entra em cena também a questão do sujeito, que ganha concepções sobre a mente e o cérebro. Segundo Auroux (1991), são importantes duas orientações sobre a questão do sujeito: os mecanismos psico-fisiológicos da produção da fala e as representações conscientes que os sujeitos possuem sobre as atividades linguísticas.

As diferentes relações entre fenômenos observáveis, modos de apreensão do fenômeno e as noções de mente e cérebro constituem grandes posições históricas sobre a relação entre pensamento e linguagem.

Segundo Auroux (1991), existem três concepções gerais da questão:

- i) Tese hermenêutica: defende que a relação entre os modos de apreensão dos fenômenos é simétrica em relação às representações conscientes dos sujeitos, tal relação gera o fenômeno observável.
- ii) Tese objetivista: Concebe que os modos de apreensão dos fenômenos se dão pela teorização dos fenômenos observáveis. Essa tese sustenta a gramática histórica, a gramática comparada e em certa medida o estruturalismo saussuriano.
- iii) Tese substancialista: Para essa orientação filosófica, o conhecimento do fenômeno se dá pela identificação dos fenômenos observáveis aos mecanismos psico-fisiológicos. Além disso, essa orientação admite que as representações conscientes são parte dos mecanismos psico-fisiológicos. Conforme Auroux (1991), essa tese pode ser vista como uma radicalização da posição objetivista.

As três teses ganham inúmeras configurações na história das ciências. Existem inúmeros representantes contemporâneos dessas concepções e tal fato corrobora a ideia de que orientações embasadas pela mesma tese não necessariamente apresentam convergências. Nosso intuito, ao expor o quadro das concepções de linguagem, é marcar a complexidade existente na construção dos inúmeros modelos teóricos. Nas seções seguintes, apresentamos alguns termos de outros paradigmas de pesquisa para gerar um panorama das questões sobre significação e subjetividade. Essas questões gerais dizem respeito ao modo de se conceber a linguagem.

1.2 A léxis e a palavra: filosofia da linguística e filosofia da linguagem de orientação marxista

Considerar a relação entre sujeitos no seio de uma teoria enunciativa significa dar espaço a instabilidades. Para compreender a enunciação, é necessário levar em conta o jogo complexo que a linguagem deflagra e, para apreender essa complexidade, é necessário, ainda, conceber como a comunicação funciona. Na linguística, há inúmeros quadros esquemáticos que ilustram o circuito da comunicação. Embora tais esquemas manifestem uma síntese da relação entre sujeitos, eles parecem apagar as nuances presentes no diálogo. O filósofo da linguagem, Ponzio (2010), oferece um quadro interessante de como a palavra veicula tanto a compreensão quanto a incompreensão. Ponzio (2010) filia-se ao pensamento de Bakhtin (2010) e apoia-se na proposta dialógica que, por sua vez, se nutre das dualidades instauradas pelo uso da palavra. Sua proposta é importante porque revela questões de fundo similares à proposta de Culioli (1990): a tentativa de não excluir variabilidade de sentidos presentes nas palavras. Mesmo havendo tal possibilidade de aproximação, identificamos uma diferença crucial entre as correntes de estudo: maneiras diferentes de tratar o material linguístico.

O modo como concebemos a diferença entre a filosofia da linguística e a filosofia da linguagem marxista coloca-nos em uma posição perigosa: a de comparar coisas incomparáveis. Por outro lado, pensamos ser possível ensaiar um debate para que as coisas não se tornem segregação, embora o nosso olhar para a filosofia da linguagem marxista seja orientado pelo viés da TOPE. Por esse motivo, corremos o risco de criar uma caricatura do pensamento de Bakhtin (2010) e de Ponzio (2010); mas, por outro lado, colocamo-nos também, para usar os termos de Ponzio (2010), como a palavra dissidente, fora dos lugares comuns, ou seja, a palavra que busca o outro sem a pretensão de veicular a verdade absoluta. Pensamos ser possível pinçar dois termos centrais para os domínios teóricos em questão: a léxis e a palavra e, a partir dos termos, gerar um diálogo.

A léxis instaura a especificidade da abordagem culioliana de trazer para as marcas linguísticas uma reflexão sobre a linguagem sem excluir a possibilidade de abstração e generalização dos dados. Por sua vez, na filosofia da linguagem marxista, a palavra permite, conforme Ponzio (2010), pensar na *liberdade da palavra* como um fenômeno social e dialógico. A palavra, na reflexão de Ponzio (2010), é vista como

uma espécie de ponte entre o indivíduo e a sociedade. A seguinte passagem de Ponzio explicita melhor essa ideia:

Ninguém é dono da linguagem, o que não significa por em discussão um tipo de propriedade privada. Não se trata de uma apropriação indevida, não se trata de uma injustiça como no caso da apropriação da terra denunciada por Rousseau, do fato de que, como dizia Proudhon “a propriedade é um furto”. Nem mesmo trata de socializar aquilo que é privado, de estatizar. Ao contrário, trata-se exatamente de considerar essa uma boa pretensão. A língua foi considerada nacional, coisa que não impede ao falante de referir-se a essa dizendo “a minha língua materna”. No nosso caso não se trata de por em discussão uma apropriação, mas de reconhecer, queira ou não, apesar do desânimo que isso pode nos provocar, que “ninguém é patrão na própria casa”, como dizia Sigmund Freud referindo-se à linguagem. (PONZIO, 2010, p.18)

Conforme Ponzio (2010), percebemos que a filosofia da linguagem marxista considera a dimensão individual como determinada de antemão pelo social, isso não significa, no entanto, que há relação mecanicista entre sujeito e sociedade. A passagem de Ponzio coloca em foco a questão do paradoxo instaurado no uso cotidiano da palavra: a impossibilidade de possuir o que já é possuído. Essa condição permite ver a palavra de um modo livre, ou seja, livre das abstrações criadas pela linguística da língua. Para este autor, são frágeis as noções de falante e ouvinte ou emissor e receptor como as que se fazem presentes na gramática gerativa-transformacional e em grande parte da linguística estrutural. Para a filosofia da linguagem marxista, o único espaço em que esse falante ou ouvinte são verdadeiros é no discurso e, conseqüentemente, em seus gêneros. Assim, a filosofia da linguagem de orientação marxista interessa-se pela palavra não teórica, pela palavra em situação, ou seja, pela palavra que não se esconde em um esquema de comunicação abstrato:

Trata-se do ato da palavra, da enunciação como célula viva do falar e da frase como célula morta da língua. E trata-se do ato de palavra, não considerado como abstração, como algo de contemplado ou teoricamente pensado, como objeto examinado de fora de um sujeito que desse não participa. (PONZIO, 2010, p.32)

Este modo de conceber a palavra em sua concretude desconsidera intencionalmente um sujeito linguístico e insere um sujeito sociológico que está vivo, ou seja, um indivíduo pressuposto no discurso em situação. Para a reflexão de Ponzio (2010), a palavra assume infinitas definições e confunde-se com a proposta do autor de procurar uma palavra dissidente e fora dos lugares comuns. A palavra pode ser o discurso, pode ser um enunciado, pode ser um romance, pode ser um diálogo etc. Para

Ponzio (2010), a palavra é tudo e nada ao mesmo tempo. A palavra fora de lugar permite ao autor unir discurso, sociedade e indivíduo fora de uma concepção racional ou lógica da relação entre sujeito e objeto:

[...] Mas o fato é que a razão mata, a razão mata o singular, a golpes de universal. “Todos os homens são mortais, Sócrates, Antônio, Pascal, João são homens, e portanto são mortais.” Mas o fato é que quando morre um, quando morre um para ti não se pode dizer “mas é um homem; todos os homens são mortais; logo está morto. Porque você está chocada? A morte permanece um choque, porque a morte na relação de um único a um único não sabe o que fazer com o princípio “todos os homens são mortais”. Não sabe o que fazer, e , por isso a morte instala um choque, todas as vezes, independentemente da afinidade, independentemente da idade. Não se pode consolar quem perdeu a mãe dizendo que ela tinha noventa anos! Não é consolador. E não se pode consolar uma mãe que tem dez filhos, e um morreu, dizendo: “Você tem muitos outros, tem outros nove”. Cada filho é único. Essa unicidade, essa singularidade, essa figura cada um a vive, a conhece, mas não se trata de um conhecer no sentido aristotélico do termo. E é essa figura aquela que encontra expressão na outra palavra, outra em relação a todos os lugares comuns do discurso, e de todos os princípios lógicos nos quais o outro é excluído, inclusive o princípio aristotélico do “terceiro excluído”. (PONZIO, 2010, p.28)

A passagem de Ponzio (2010) revela que quando a palavra é considerada apenas de um ponto de vista universal, abstrato, gramatical e genérico, ela perde de vista a singularidade do sujeito vivo, ativo, responsivo e responsável pelo seu lugar no mundo. Ponzio chama a atenção, ainda, para a importância de um conhecimento cotidiano e experiencial. Por esse motivo, seu conceito de palavra não pode ser apenas o discurso ou o tema ou a frase, porém, ao mesmo tempo encontra-se em todos esses níveis.

A reflexão da filosofia da linguagem marxista ressalta inúmeras distorções que a abordagem da linguística tradicional atribui à palavra. E, de fato, os argumentos de Ponzio e de Bakhtin (2010) removem o conforto que as abordagens formais e estruturais têm sobre a língua e a linguagem.

A reflexão da filosofia da linguagem marxista cumpre o papel que se atribui a uma boa reflexão filosófica: tira a convicção de posse da verdade absoluta sobre as coisas. Assim, a reflexão de Ponzio (2010) e, conseqüentemente, a de Bakhtin (2010) lembram que a linguística precisa unir à suas análises uma concepção sobre a linguagem. A partir dessa sugestão de Ponzio (2010), não se pode negar que há estudiosos que assumem essa responsabilidade.

No prefácio de *Pour une linguistique de l'énonciation 2*, Culioli (1999a) menciona o perigo de misturar a pesquisa metalinguística a um conjunto de incursões selvagens pela filosofia sem qualquer espécie de comprovação. Por outro lado, Culioli

(1999a) menciona também a recusa de simplificar a dimensão do diálogo presente na linguagem. Essa dupla preocupação do autor coloca em evidência a união da dimensão subjetiva e objetiva.

Culioli (1999a) não utilizaria a palavra universal, porém, não nega que uma das principais características do ser humano é a capacidade de generalizar a partir da diversidade. A preocupação com essas duas dimensões não exclui da linguística enunciativa culioliana um olhar formal para o material linguístico, da mesma forma que não reduz sua reflexão a apenas isso. A formalização é útil para o linguista generalizar e comparar os dados na busca de um conhecimento integrado dos mecanismos da linguagem. Ao mesmo tempo, a generalização não tritura as nuances da atividade de produção e reconhecimento dos sujeitos enunciadoreis. Nesse sentido que se pode chamar o trabalho de Culioli (1990; 1999a; 1999b) de uma filosofia da linguística. Conforme Auroux:

On peut envisager une coupure entre la philosophie du langage et la linguistique générale. Cette coupure est, le plus souvent, soit le fait des philosophes qui proclament l'autonomie de leur discipline et par conséquent refusent toute détermination empirique (cf. philosophie transcendantale), soit le fait des linguistes (ou des philosophes) positivistes qui admettent un principe de démarcation entre ce qui est de la science et ce qui n'en est pas. (AUROUX, 1991, p.39)⁷

À proposição de Ponzio (2010) de que a universalidade da razão perde seu sentido para uma mãe que perdeu 1 dos seus 10 filhos nos permite enxergar, nesse dilema, que o próprio autor precisa conceber a dimensão universal, lógica e racional para, em seguida, negá-la. O uso da língua permite que os sujeitos generalizem. Há que se colocar, então, um cenário hipotético no qual, para um dado sujeito, a morte é consequência do fato de todo homem ser mortal. É compreensível que Ponzio queira chamar a atenção para a ética situada no lugar em que o sujeito ocupa em relação à palavra, porém não conseguimos desarticular a dimensão objetiva (lógica) da dimensão subjetiva (singular), e para outros sujeitos, muitos deles reais no mundo de hoje, o sofrimento do outro, ou seja, a morte do outro pode ser vista como um acontecimento lógico o qual pode tanto ser um fenômeno racional quanto uma conquista como, por exemplo, quando um sujeito vê a morte do outro como um benefício para sua própria vida. Nesses contextos, razão e emoção, singular e universal misturam-se.

⁷ Tradução livre: Pode-se observar um corte entre a filosofia da linguagem e a linguística geral. Este corte está, com maior frequência, seja na atividade dos filósofos que proclamam a autonomia de sua disciplina e conseqüentemente recusam toda determinação empírica (cf. a filosofia transcendental), seja na atividade dos linguistas positivistas que admitem um princípio de separação entre o que é ciência e o que não é.

Parafrazeando Rezende (2008), pensamos que é tanto para céu quanto para o inferno que razão e emoção são empregadas. Distorcendo o pensamento de Ponzio (2010), podemos lembrar que a vingança pode ser vista como o elemento mais flagrante da união da razão e da emoção, do universal e do singular do subjetivo e do objetivo. O modo como Ponzio (2010) conduz seu raciocínio, perfeitamente justificável dentro de sua linha de pensamento, pode ocultar o fato de que a formalização dos dados não necessariamente precisa ser conduzida como o estruturalismo o fez. Recusar veementemente a lógica e a razão pode, por fim, silenciar pensadores que também foram responsáveis por mostrar as insuficiências da linguística, e a recusa radical da dimensão lógica pode descaracterizar o rigor que a linguística construiu a partir de Saussure (2006).

Se considerarmos o quadro paradigmático das inúmeras teses sobre a linguagem sugeridos por Aurox (1991), podemos colocar Culioli (1999a) e Bakhtin (2010) sob o mesmo paradigma: o da objetividade. No entanto, essa aproximação desconsidera que as orientações objetivistas dos dois autores são sustentadas por concepções filosóficas e objetivos de pesquisa diferentes. Enquanto Culioli (1999a) pretende articular língua e linguagem, Bakhtin (2010) tem o intuito de submeter as grandes questões da filosofia da linguagem ao método marxista.

Para cumprir seu objetivo, Bakhtin (2010) revisa duas orientações filosóficas de estudos da linguagem: o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato. Na orientação bakhtiniana, o objetivismo abstrato é, na verdade, responsável por destruir a vida das palavras. Mas a intenção de criticar o objetivismo não está na recusa do mesmo e na incursão em uma concepção idealista sobre a linguagem. A solução do problema para Bakhtin (2010) está na enunciação, ou seja, no diálogo, de maneira que a palavra é resultado de diálogos ao mesmo tempo em que é ponto de partida para outros diálogos. Isso não exclui a objetividade da filosofia da linguagem marxista, pois a subjetividade só tem propósito se experimentada por contraste e, despida do material semiótico, tende a se diluir em estímulos primitivos. O *texto* de Bakhtin (2010) serve de ponto de partida para se pensar no estudo sociológico das formas linguísticas, sendo que tal objetivo diferencia a concepção bakhtiniana da enunciação culioliana.

Culioli não teria nada a dizer sobre questões sociológicas ou ideológicas. Essa ressalva justifica-se pelo fato da TOPE considerar a interdisciplinaridade como um elemento que deve ser trabalhado cautelosamente. Para que houvesse alguma possibilidade de existir considerações de ordem sociológica ou ideológica em Culioli,

sociólogos e linguistas precisariam forjar conjuntamente as questões e os modos de se operar com as questões. Nesse sentido, o estudioso quer evitar acoplamentos que poderiam arriscar uma descaracterização tanto do trabalho do linguista quanto do trabalho do sociólogo. Já a filosofia da linguagem bakhtiniana nasce diante de questões de ordem sociológica, isso coloca Bakhtin (2010) em pleno direito de tratar delas. A ressalva de Culioli, no entanto, não exclui o jogo complexo que existe no diálogo, e o quadro culioliano não recorta a complexidade do material semiótico como fez o estruturalismo. Uma dada representação ideológica não se encontra disposta diretamente no material linguístico porque depende das inúmeras situações de enunciação, e, ainda assim, as situações podem ultrapassar o domínio do linguista.

A língua não coloca *a priori* um sujeito enunciador⁸ determinado pela história, o sujeito enunciador é uma entidade presente na própria língua que se encontra na tensão entre algo pronto e algo em construção.

Assim, o sujeito enunciador é diferente do locutor. O locutor é o suporte da linguagem e não a origem da própria linguagem, ao contrário do sujeito enunciador que pode ser colocado como a origem da situação de enunciação. A teoria culioliana, ao colocar o sujeito como uma entidade que pode ser gerada no diálogo, pretende tornar visível o processo de constituição do mesmo sem parâmetros carregados de representações sociologicamente orientadas que, embora sempre estejam presentes, podem restringir o processo de análise e reduzir a variabilidade radical deflagrada pelo material linguístico. Colocar o problema dessa maneira permite ao linguista tratar de questões complexas garantindo a autonomia da linguística sem a exclusão de fenômenos psicossociológicos. Na orientação de Bakhtin (2010), a única psicologia aceitável para sua concepção de linguagem já se encontra em uma dimensão social.

Um ponto pelo qual podemos caracterizar a proposta enunciativa de Culioli é identificando o que se configura como um fenômeno observável para sua teoria. Aurox (1991) demonstra que Culioli propõe uma teoria das operações que não remete diretamente a operações mentais. Logo, Aurox (1991) mostra que a TOPE propõe seu modelo instaurando três níveis.

O nível 1 diz respeito às operações mentais, o nível 2 às marcas linguísticas e o nível 3 às representações metalinguísticas. O seguinte quadro⁹ organiza melhor essa relação:

⁸ Confundimos deliberadamente locutor e sujeito enunciador

⁹ Fizemos uma apropriação do quadro proposto por Aurox (1991, p.42).

Quadro 1 – Relação entre os três níveis da TOPE

Nível 1	Nível 2	Nível 3
Operações mentais	Marcas linguísticas	Representações metalinguísticas
Concepções de mente e cérebro	Fenômeno observável	Modo de apreensão do fenômeno

A proposta da TOPE é simular a relação operações-marcas linguísticas por meio das representações metalinguísticas. Essa simulação concretiza-se por um fator interessante: não há menção direta, na reflexão culioliana, a qualquer hipótese psicológica sobre o funcionamento da mente humana.

Auroux (1991) mostra-nos que, no pensamento culioliano, o nível 1 corresponde ao objeto de estudo da psicologia; o nível 2, ao fenômeno observável (a língua); e o nível 3, à teoria linguística. Uma conclusão precipitada poderia conduzir-nos a afirmar que sendo o 2 a representação de 1, logicamente, 3 seria isomorfo ao nível 1. Para Auroux (1991), o acesso do nível 3 ao nível 1 não pode ser visto de modo direto. Uma psicologia partiria de uma representação de nível 2 e não de uma de nível 3. O interessante do raciocínio desse autor é demonstrar que termos como pensamento, ideia, imagem etc. não estão presentes na terminologia culioliana. Para Auroux (1991), tais termos referem-se diretamente ao nível 1. A noção, remotamente, poderia ser comparada com aqueles termos, porém, o caráter diferencial do pensamento de Culioli (1999) é não propor nenhum tipo de raciocínio dualista em sua teoria:

Vous n'avez pas d'un côté une représentation des opérations mentales que vous connecteriez de l'autre avec les représentations des éléments linguistiques; il n'y a pas un moment où vous seriez dans la pensée et un autre où vous seriez dans le langage. Vous êtes toujours dans le métalinguistique, c'est-à-dire dans la représentation dans le langage. (AUROUX, 1991, p. 43)¹⁰

O fato de se estar sempre no nível metalinguístico não impede que sejam feitas hipóteses sobre a relação entre o nível 3 e o nível 1, mas o acesso ao nível 1 deve ser simulado a partir de um trabalho metalinguístico entre o nível 3 e o nível 2.

Após identificar alguns elementos importantes de como a teoria culioliana trata o estudo da linguagem, passamos a pensar na léxis como um elemento central para a

¹⁰ Tradução livre: Não há de um lado uma representação de operações mentais que conectaríamos de outro a representações de elementos linguísticos; não existe um momento em que estaríamos no pensamento e outro em que estaríamos na linguagem. Encontramo-nos sempre no metalinguístico, ou seja, na representação da linguagem.

teoria porque permite que se mostre que todo enunciado possui um ponto zero que é acessado por um conjunto de famílias de enunciados.

A léxis pode, de certa forma, ser comparada em parte com o caráter livre da palavra como a concebem Ponzio (2010) e Bakhtin (2010). Podemos retomar uma passagem de Bakhtin (2010) para mostrar que, mesmo colocando sua reflexão em um universo sociológico, há necessidade de se conceber o caráter constitutivo da linguagem:

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra a qualquer tipo de função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral religiosa. (BAKHTIN, 2010, p. 37)

A passagem destacada faz uma distinção entre palavra e signo ideológico. Os signos englobam um universo mais amplo¹¹ do que aquele da palavra. A palavra, embora possua materialidade, é ao mesmo tempo neutra de qualquer designação ideológica específica. O signo, no entanto, é criado para uma função ideológica específica. Mas se o universo dos signos engloba também o universo das palavras, porque a palavra não pode ser ao mesmo tempo neutra e inseparável de uma função ideológica específica? Parece existir uma sutil contradição que não é colocada em evidência, ou seja, não é assumida claramente por esse autor.

Fica claro na obra de Bakhtin (2010) que o universo de funcionamento dos signos é social, fora do social o signo não possui propósito. No entanto, quando observamos uma passagem que cita que a palavra é neutra, pensamos que o próprio autor reconhece que há uma parcela de abstração no signo que é indissociável da dimensão dialógica. A palavra *neutro* pode remeter também à questão da

¹¹ Na visão bakhtiniana o signo está impregnado de um conteúdo e esse conteúdo é indissociável do próprio signo. O signo, dessa forma, não pode ser separado de sua função. A foice e o martelo, por exemplo, desempenham uma função específica nos meios de produção. Essa função não pode ser desvinculada do objeto sem que ele perca sua função. A palavra, por sua vez, possui essa neutralidade, pois pode se aplicar a diferentes funções na sociedade. A palavra é um signo, pois se encontra impregnada de conteúdo ideológico, mas é um signo neutro porque não está vinculada diretamente a nenhuma esfera ideológica específica. Quando afirmamos que o signo engloba um universo mais amplo, significa que Bakhtin (2010) reconhece que os signos não se manifestam apenas pela palavra. No entanto, a especificidade da palavra está em seu caráter de neutralidade. Não sabemos dizer se o caráter neutro da palavra, na reflexão de Bakhtin (2010), aplica-se a outras formas de expressão, as quais possuem um comportamento não neutro.

indeterminação da linguagem presente em Culioli (1990; 1999a; 1999b). Essa indeterminação não é apenas assumida teoricamente, mas também no próprio referencial metalinguístico. A léxis é uma abstração que de maneira nenhuma é um recorte que se encontra suspenso em qualquer lugar etéreo da psique humana. Pelo contrário, está disposto nos enunciados da língua, ou seja, na dimensão empírica. A léxis permite a abstração, ou seja, o recuo de algo construído para algo em construção. Enfim, a léxis e a palavra tocam na questão clássica do sentido tentando não restringir a linguagem às rígidas leis da lógica clássica.

Passamos, em seguida, a outras dicotomias presentes nos estudos enunciativos para conduzir nosso trabalho ao conceito de noção. É a partir da dinamicidade da significação que propomos olhar para as produções textuais que selecionamos como objeto de pesquisa.

1.3 Dois paradigmas de forma e sentido na linguagem

Segundo Benveniste (2006), *sentido* é definido como a possibilidade de intercompreensão manifestada por termos linguísticos; por sua vez, a *forma* é a parte sonora ou gráfica quando o *sentido* é excluído, ou um arranjo formal deste elemento em um nível linguístico relevante. Esses termos podem ser artificialmente separados e definidos, mas é por meio do funcionamento integrado entre *forma* e *sentido* que somos conduzidos ao problema da significação. A união entre *forma* e *sentido* *revela*, conforme as palavras de Benveniste (2006), “o ser mesmo da linguagem”. A característica central da linguagem é, portanto, significar. Por isso, compreender a significação é fundamental para compreender o funcionamento da linguagem.

Para a linguística, a significação é aceita empiricamente, dito de outro modo, os constituintes linguísticos significam porque fazem parte da vida social dos falantes.

Conforme Benveniste (2006), os lógicos também abordam o problema tentando evitar toda definição direta de significação, utilizando o critério objetivo de aceitabilidade para não cair no psicologismo. Carnap (*apud* Benveniste, 2006) opera com testes que validam a significação por meio da reação positiva ou negativa do locutor diante da associação de predicados a inúmeros objetos variáveis. Segundo Benveniste: “Assim, para Carnap, a significação, ou como ele prefere dizer, a intensão (oposta à extensão) de um predicado Q para um sujeito falante x é a condição geral que

deve preencher um objeto y para que o sujeito falante x aceite a atribuir o predicado a este objeto y” (2006, p.223). Quine (*op.cit.*, p. 233), por sua vez, utiliza o conceito de “mesma significação” e, para o estudioso, o processo de significação toma corpo através da sinonímia.

Para além das diferenças entre as disciplinas, Benveniste (2006) conclui que um dado modelo teórico será produtivo se tentar apreender o funcionamento da linguagem. Nesse sentido, qualquer disciplina que se depara com o problema do sentido faz menção à linguagem porque esse termo é encarado como um princípio regulador entre os mais variados modelos. No entanto, a especificidade da linguística está em justamente considerar que a linguagem tem a necessidade de se manifestar pela língua.

O objetivo central da discussão de Benveniste (2006) é propor a reintegração da noção de *sentido* no quadro dos estudos linguísticos. Para tanto, parte do reconhecimento de que não há uma única visão sobre o sentido entre os estudiosos. Na verdade, há certa aversão aos problemas relacionados ao sentido, e essa pode ser identificada na definição do objeto da linguística. É por esse motivo que Benveniste (2006) chama a atenção para as limitações presentes na utilização do conceito de signo proposto por Saussure. Nesse contexto, o signo é uma construção teórica, ou seja, uma unidade proposta por Saussure (2006) após a organização da variabilidade dos fatos linguísticos.

Benveniste afirma que a linguística delimita o signo por meio de uma série de procedimentos de análise que levam em conta a composição formal do significante. O significante é, portanto, mais que uma união errática de sons, pois apresenta regularidades formais que se proliferam em inúmeros constituintes linguísticos. Há uma sistematicidade entre os fonemas que, se descomposta, acaba por desagregar o signo e, conseqüentemente, a significação.

No domínio da linguística estrutural, a significação está intimamente ligada ao signo. Um signo, para ter sentido, deve ser aceito por uma comunidade de falantes. Dessa forma, a significação é definida pelo uso: “A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se não, rejeitemo-la e tudo está dito também. Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não.” (BENVENISTE, 2006, p.227). O que garante, então, o sentido de uma entidade linguística é o uso. O que é usado é signo e está presente na língua, o que não é usado não é signo e está fora da língua, não há estágio intermediário.

A descrição de Benveniste (2006) define essa maneira de conceber a *forma* e o *sentido* na língua como semiótica, o que implica intralinguístico. Portanto, no nível semiótico não existe relação do signo com o mundo. O signo, nessa concepção, tem valor genérico e conceitual, não havendo significado particular; aliás, tudo o que é individual encontra-se excluído do nível semiótico. O nível semiótico dá conta apenas da porção estável do funcionamento da linguagem.

Em contrapartida, ao nível *semiótico* há o nível *semântico*. No paradigma semântico, o nível de análise muda: o objeto de interesse nesse nível é o discurso e o que ele evoca. Assim, a palavra está na sua posição natural, pois se encontra afetada pelo emprego. Nesse domínio, a língua faz a função mediadora entre o homem e o homem e o mundo. No nível semântico, a palavra não mais manifesta, portanto, valores genéricos e conceituais, mas sim valores específicos.

Benveniste (2005; 2006) reintroduz a posição dos sujeitos na língua, os quais se apropriam das formas linguísticas e introduzem a noção de espaço e tempo.

Outra característica central do nível semântico é a capacidade de reintrodução da *referência*. A *referência* apenas pode ser apreendida no momento da enunciação e em circunstâncias determinadas. Conforme Benveniste:

A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. Ela não pode, sem contradição de termos, comportar emprego; ao contrário, as palavras que estão dispostas na cadeia e cujo sentido resulta precisamente da maneira em que são combinadas não têm senão empregos. (BENVENISTE, 2007, p.231)

Com isso, o autor demonstra que há liberdade e restrição - mesmo que isso soe paradoxal - no emprego da língua. De um lado, há inúmeras maneiras de se dizer algo; de outro, há restrições no agenciamento do que se pode dizer. Benveniste (2006) qualifica essa condição do uso da língua de liberdade sutil. Tal raciocínio leva-o a demonstrar que valores institucionalizados de léxico nada mais são do que sentidos que permanecem diante da gama de sentidos particulares que não são retidos.

Enfim, o autor acaba por constatar que no nível de análise semântico a decomposição analítica não pode ir além da palavra. Mantem-se, assim, uma percepção de sentido na totalidade global da frase. Mesmo assim, ao se dissociar as unidades, corre-se o risco de perder sua função na frase – tanto formal quanto semântica.

1.4 A definição do sentido em si

Torna-se, então, evidente que o esforço de precisar o sentido passa por uma teorização. Na reflexão de Benveniste (2006), o sentido só tem sua razão de ser dentro do quadro complexo que envolve o diálogo entre sujeitos. Logo, uma definição de sentido em si mostra-se uma impossibilidade.

Dessa maneira, fala-se de sentido e de forma a partir de um lugar teórico no qual é forjada uma terminologia própria que é significativa apenas dentro de uma reflexão específica. Reina, na verdade, a variação, tanto no nível linguístico quanto no nível metalinguístico e teórico. No entanto, tal estado de coisas não impede a existência de constatações convergentes, como não impede também divergências.

1.5 Expressão e conteúdo: o olhar de Hjelmslev para o signo e a significação

Pontos de vistas variados sobre a questão do significado contribuem para a verificação de uma característica importante dos constituintes linguísticos: a indeterminação semântica da dimensão do emprego da língua. Hjelmslev (2003), no intuito de criar uma teoria da linguagem que dê conta de analisar os textos das línguas naturais, passa pela questão da expressão e do conteúdo. Ao passar por essa questão retoma dois modos de conceber o signo linguístico: o tradicional e o linguístico moderno.

No domínio tradicional, o signo remete a alguma coisa que se situa em seu exterior. Nas teorias linguísticas modernas, como a deflagrada por Saussure (2006), o conteúdo de um signo situa-se no próprio signo.

A discussão de Hjelmslev parte de um questionamento de ambas as posições teóricas sobre o signo. Na verdade, o estudioso, inicialmente, borra as duas posições para reorganizá-las novamente. Se existem duas orientações teóricas que se ocupam em definir a natureza do signo, se ambas geram controvérsias, surge a necessidade de colocá-las em suspensão e proceder em um raciocínio sobre as duas grandezas fundamentais daquilo que, segundo esse autor, pode-se apenas constatar a existência: a expressão e o conteúdo.

O autor procede em sua argumentação apelando para a relação fundamental que existe entre uma expressão e um conteúdo:

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. (HJELMSLEV, 2003, p. 54)

Existe unanimidade¹² na linguística a respeito dessa questão, e mesmo Benveniste (2006), por meio de outra terminologia, retoma essa noção postulando a relação indissociável entre *forma* e *sentido*. O intuito de Hjelmslev (2003), ao insistir nessa relação intrínseca entre *expressão* e *conteúdo*, é reorganizar a famosa passagem do texto de Saussure (2006) que diz respeito ao pensamento ser considerado como uma nebulosa suspensa e amorfa, e a língua como fornecedora dos significantes necessários para a organização do pensamento:

Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há ideias pré-estabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua...

A substância fônica não é nem mais rígida nem mais fixa; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das ideias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons (...); a língua elabora suas unidades ao se constituir entre duas massas amorfas (...) esta combinação produz uma forma, não uma substância. (Saussure *apud* Hjelmslev, 2003, p.55)

Hjelmslev (2003) qualifica essa explicação de Saussure (*apud* Hjelmslev, 2003) de artifício pedagógico¹³, pois não há sentido no raciocínio linguístico em dar maior peso à forma e menor peso à substância (seja a *substância da expressão*¹⁴ ou a *substância do conteúdo*¹⁵). A análise mais atenta do pensamento saussuriano oferece,

¹² Quando inserimos a ideia de unanimidade, significa que encontramos posturas similares nas obras mencionadas. Estamos levando em consideração, para utilizar a noção de unanimidade, a ideia de que os estudos linguísticos que se preocupam com os movimentos discursivos não excluem a menção a problemas relacionados ao significado. No entanto, os objetivos de pesquisa, as representações teóricas sobre o funcionamento da linguagem e as filiações epistemológicas podem tornar princípios similares em princípios diferentes. Portanto, a união entre forma e sentido, expressão e conteúdo estão presentes em toda discussão teórica, mas, por serem marcadas por uma corrente de estudos específica, elas podem ser comparadas apenas em parte.

¹³ Essa qualificação que Hjelmslev (2003) faz ao texto saussuriano remete ao fato de o *Curso de Linguística Geral* ter sido escrito pelos alunos de Saussure (2006). Consequentemente, essa explicação pode ter sido incorporada como um artifício pedagógico utilizado pelo próprio Saussure (2006) para didatizar a discussão.

¹⁴ “Cadeia fônica.” (HJELMSLEV, 2003, p.55).

¹⁵ “Pensamento.” (id. *ibid.*).

segundo Hjelmslev (2003), meios para compreender que a *substância* depende exclusivamente da *forma*:

Se conservarmos a terminologia de Saussure, temos então de nos dar conta – e justamente a partir de seus dados – de que a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe sentido independente. (HJELMSLEV, 2003, p.55)

O exercício de comparação entre línguas demonstra que é apenas por uma abstração que é possível isolar o que Hjelmslev (2003) nomeia de *sentido*. O *sentido*, por sua vez, introduz um *fator comum* que é extraído de inúmeras formas linguísticas. Conforme o linguista, os exemplos seguintes “jeg véd det ikke (dinamarquês); i do not know (inglês); Je ne sais pas (francês); en tiedä (finlandês); naluvara (esquimó)” (op.cit. , p.56, grifo nosso), instauram um *fator comum* - equivalentes à expressão em português “eu não sei” - que sofre as inúmeras cadeias de forças presentes na especificidade de cada sequência linguística. Logo, a massa amorfa do pensamento somente pode ser extraída de uma comparação entre as formas específicas de cada língua, por isso o *sentido* passa a figurar a cada vez como *substância* de uma nova forma de expressão. Assim, o que é arbitrário é a relação entre o *sentido* e as diferentes formas de expressão. A essas formas de expressão, Hjelmslev (2003) dá o nome de *forma do conteúdo*. A *forma do conteúdo* é arbitrária em relação ao *sentido*, o qual é transformado em *substância do conteúdo*. O autor, portanto, conclui:

[...] Pode-se dizer que um paradigma numa língua e um paradigma correspondente numa outra língua podem abranger a mesma zona de sentido que, destacada dessas línguas, constitui um contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras se colocam apenas através da formação das línguas. (HJELMSLEV, 2003, grifo nosso, p. 57)

A discussão de Hjelmslev mostra que a linguagem permite tanto a percepção de um *fator comum* quanto a percepção de um sentido específico instaurado por cada uma das *formas do conteúdo*, além de nos indicar que a *substância do conteúdo* é específica enquanto o *sentido* é generalizável. O paradoxo reside no fato de ser somente pela *forma de um conteúdo* que uma representação generalizável pode se transformar em uma representação específica.

A *forma do conteúdo* separada do *sentido* e da *substância da expressão* é um exercício analítico empreendido pela linguística. Tal separação, no entanto, é uma possibilidade ofertada pela própria composição complexa do signo que une, em si,

forma e matéria. Hjelmslev (2003) aponta ainda que o mesmo raciocínio pode ser aplicado para a *expressão*: o conteúdo existe porque existe uma forma e a forma existe porque há uma substância (seja o pensamento, seja o som) para exprimi-la. Essa união complexa entre *expressão* e *conteúdo* deixa clara a intenção de Hjelmslev em mostrar que uma expressão linguística instaura uma *forma do conteúdo*, responsável pela porção genérica do signo, e uma *forma da expressão*, esta responsável por garantir a especificidade de cada idioma. Além de existir uma representação que marca um determinado conteúdo, existe também uma representação da própria expressão, a qual o autor nomeia como *sentido da expressão*, exemplificando a questão da seguinte maneira:

Aquele para quem o sistema de funções de uma língua dada (sua língua materna, por exemplo) é familiar forma nessa língua um sentido de conteúdo ou um sentido de expressão que ele percebeu. “Falar com um sotaque” é essencialmente formar um sentido da expressão conforme as condições funcionais sugeridas pela língua materna do locutor. (HJELMSLEV, 2003, p. 57)

O signo é, para ele, uma cabeça de Janus:

O signo é uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectiva dos dois lados, com efeito nas duas direções: “para o exterior” na direção da substância da expressão, “para o interior”, na direção da substância do conteúdo. (*id. ibid.*)

Esse caráter de dupla face do signo mostra que há verdade tanto na concepção de signo tradicional quanto na moderna. O signo pode comportar como *substância do conteúdo* uma grandeza presente na natureza como, por exemplo, a porta, que, segundo Hjelmslev (op.cit.), coaduna-se com outras grandezas relevantes como a madeira. Isso implica em afirmar que o objeto presente na natureza é relevante para a compreensão de sua representação operada pelo signo. Entretanto, ao mesmo tempo deve-se limitar esse alinhamento entre o signo e a coisa conservando o caráter instável dessa relação.

1.6 O signo linguístico revisto por Benveniste

Assim como Hjelmslev (2003), Benveniste (2005) também apresenta uma reorientação do conceito de signo saussuriano. Essa reorientação torna visível a dificuldade que o problema da significação deflagra. O signo, eleito como a unidade

fundamental do trabalho científico em linguística, arrasta, com sua aparente simplicidade “[...] em termos linguísticos, o problema metafísico da relação entre o espírito e o mundo [...]” (BENVENISTE, 2005, grifo nosso, p.57), característica pela qual o autor também nos chama a atenção para o seu caráter dinâmico .

Conforme Benveniste, Saussure (2006), com o conceito de signo, deixa subentendido o caráter provisório da separação entre significante e significado ao discutir o conceito de valor:

Além disso, a ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra (SAUSSURE, 2006, p.132)

Ainda que o conceito de valor e a determinação do signo devam ser apreendidos no sistema da língua, é possível identificar que uma unidade pode apenas ser formulada a partir de sua totalidade. Tal fato deixa entrever que, no pensamento saussureano, significação e valor são elementos distintos e paradoxalmente intrincados. A *significação* em Saussure, segundo a definição de Benveniste (2005), ocorre não entre um conceito e uma imagem acústica, mas entre o signo e o objeto. Nesse sentido, é contingente a designação entre um objeto e o signo, enquanto que, ao considerarmos o conceito de valor, a determinação é necessária porque possibilita o funcionamento do sistema.

Os conceitos de valor e significação deixam um espaço para se pensar na variabilidade de sentidos que a totalidade linguística encerra. Por outro lado, a delimitação do signo é um artifício metodológico que imediatamente exclui essa totalidade e variabilidade de sentido. Embora o conceito de valor contenha uma explicação satisfatória de como a distribuição dos constituintes linguísticos afetam-se mutuamente quando combinados, ele mantém-se no domínio do que Benveniste (2005) denomina *semiótico*.

Por manter-se no nível *semiótico*, o valor saussuriano está restrito ao universo sintagmático e paradigmático da descrição linguística; isso conseqüentemente exclui o jogo complexo de sentidos presentes na relação de intersubjetividade. Logo, as noções de pessoa, espaço e tempo não possuem lugar no conceito de língua saussuriano. Mas o fato da enunciação não possuir esse espaço na obra de Saussure não impede que Benveniste (2005) encontre, nas hesitações impostas pelo rigor da reflexão saussuriana,

um ponto de partida para assumir que a relação entre o significante e o significado é pouco estável quando se considera a dimensão enunciativa.

1.7 Tema e significação

As abordagens que levam em conta a relação dialógica apresentam as mesmas insatisfações em relação ao conceito de signo. Na abordagem saussuriana vimos que existem, segundo Hjelmslev (2003) e Benveniste (2005; 2006), proposições que ora concebem o signo como algo estável, ora como algo dinâmico. Ambos os autores conduzem-nos a aceitar a contradição inerente ao signo que, por extensão, aplica-se às questões relacionadas à linguagem. Todos os autores mencionados até o momento defrontam-se com uma dualidade, e também Bakhtin (2010) conceberá essa questão a seu modo.

Para ele, o elemento singular do signo e o elemento estável só possuem razão de ser na enunciação. Embora a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* apresente um capítulo inicial sobre “signo”, percebe-se que o *material semiótico* é fruto de construções históricas apreendidas na interação social entre sujeitos. A determinação do signo não é uma abstração conceitual nem uma construção autônoma do sujeito, sendo que apenas no movimento dialético entre *infraestrutura* e *superestrutura* poderá o *material semiótico* existir.

Para este autor, a enunciação é um acontecimento sempre único que representa essa singularidade através do *tema*. O *tema* da enunciação tem um caráter misto porque é composto tanto por elementos verbais (formas morfológicas, sintáticas, sons e entoações) quanto por elementos não verbais (situação de enunciação concreta):

Conclui-se que o tema da enunciação é determinado não só pelas formas linguísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons ou as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. (BAKHTIN, 2010, p. 133)

O *tema* é singular e não reiterável, e apenas tem relevância na interação. A irreduzibilidade do *tema* torna sua análise uma impossibilidade. Para diferenciar essa irreduzibilidade do *tema*, Bakhtin (2010) demonstra que a enunciação possui uma parcela reiterável em sua composição nomeada de *significação*. A *significação*, ao contrário do *tema*, é estável e idêntica a cada vez que é repetida.

Bakhtin esforça-se para criar um raciocínio diferente da concepção de signo tradicional com a qual dialoga em seu texto, demonstra que é necessário supor o *tema* a partir de uma definição provisória.

Um olhar tradicional, pautado, portanto, em pressupostos que Bakhtin (2010) nomeia de objetivismo abstrato, poderia condenar o raciocínio bakhtiniano alegando a existência de uma contradição, pois como é possível postular que “O tema da enunciação é na essência irreduzível à análise” (BAKHTIN, 2010, p. 134) se em outra passagem vemos uma tentativa de definição do próprio tema: “(...) o tema é um *sistema de signos dinâmico e complexo*, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é a reação da consciência em devir ao ser em devir.” (*id. ibid.*).

Além da tentativa de definição do *tema*, observa-se que a definição remonta sobre algo que resulta como indeterminado. Em outra passagem, Bakhtin (*id. ibid.*) diz: “o tema da enunciação é concreto, tão concreto quanto o instante histórico ao qual ela pertence.” Em outra passagem de seu texto, ainda discutindo o *tema* e a *significação*, diz que haveria mediocridade dialética em se considerar a enunciação apenas como algo não reiterável e único. Há mediocridade também em apenas dizer que existe contradição na discussão do tema e da *significação*.

A lição importante que deve ser tirada da reflexão entre o tema e a *significação* na enunciação é similar à imagem da cabeça de Janus mencionada por Hjelmslev (2003) para o signo saussuriano: É o esforço de atar a atividade dialógica dos sujeitos às formas linguísticas que impele o raciocínio de Bakhtin. É possível perceber isso, após as dificuldades de compreensão que uma esquematização dicotômica traz, quando Bakhtin passa a se referir à indissolubilidade do tema e da *significação* pelo termo palavra. O caráter da palavra onissignificante permite a compreensão do pensamento bakhtiniano .

A palavra onissignificante tem a capacidade de se ajustar a inúmeros sentidos, até a sentidos diametralmente opostos. Esse comportamento permite a fusão completa do tema e da *significação*. Ao exemplificar esse caráter opaco do signo, Bakhtin (2010) abre espaço para se pensar no fato de a palavra permitir ajustes de sentidos extremamente refinados.

1.8 Indeterminação do significado

Até o momento, ocupamo-nos em mostrar algumas tendências dos estudos linguísticos que explicitam a significação levando em consideração o nível enunciativo.

Esse olhar para o material linguístico permite teorizar a posição do enunciador em relação à sua fala e à fala do outro. Como consequência dessa teorização, o sentido revela-se como um tema não exclusivo de qualquer modelo teórico, porém, as representações e as hipóteses teóricas de como o sentido figura nas formas linguísticas são exclusivas de um modelo.

O trabalho com os dados presentes em nosso *corpus* orienta-se a partir de um modo de considerar o sentido. Na verdade, preferimos trocar a palavra sentido pela designação de Culioli (1999b) conhecida como noção. Não consideramos sentido e noção termos equivalentes, mas consideramos que a constituição dos sentidos é regida pela noção.

O elemento interessante da abordagem culioliana é que o conceito de noção possibilita o abandono de um raciocínio dicotômico. Para sustentar a afirmação anterior, é necessário pontuar claramente os motivos dessa recusa. Abandonar não significa invalidar o raciocínio dicotômico. A justificativa para o emprego do termo noção é escapar de uma associação com a terminologia estruturalista.

A questão motivadora do conceito de noção é:

Comment concilier la plasticité des représentations, des ajustements intersubjectifs, la polysémie, etc. et la nécessaire stabilité de un système robuste, qui doit avoir les propriétés de tout système fermé (d'où du prévisible, et ouvert (de où des étagements et des déformations qui comportent une part d'imprévisible)?¹⁶ (CULIOLI, 1999b, p.21)

A necessidade de tratar de um sistema que é aberto e fechado ao mesmo tempo torna justificável representar a significação a partir de um espaço metalinguístico plástico. Nesse universo, uma representação dicotômica não contribui para abordar satisfatoriamente a atividade de representação, referenciação e regulação dos sujeitos, uma vez que essa abordagem pode recuperar representações algébricas e distribucionais que podem conduzir a discussão a um novo sistema de etiquetas linguísticas.

¹⁶ Tradução livre: Como conciliar a plasticidade das representações, dos ajustamentos intersubjetivos, a polissemia etc. e a necessária estabilidade de um sistema robusto que, por sua vez, deve ter a propriedade de um sistema fechado (previsível) e aberto (em que os níveis e deformações comportam uma parte imprevisível)?

A capacidade dos sujeitos enunciativos de ajuste incessante de representações diante de inúmeras situações enunciativas não se satisfaz a partir de uma metalinguagem que não leva em conta a interação de sistemas heterárquicos. Conforme Culioli:

Ainsi, à la belle simplicité d'un système de horlogerie va se substituer la complexité de systèmes qui interagissent, d'étagements, de relations qui forment des architectures heterarchiques, d'où une prolifération de relations et l'émergence de phénomènes imprevisibles. (CULIOLI, 1999b, p.18)¹⁷

A imagem da espiral de Culioli (1999a) demonstra como a noção é projetada sobre seu próprio eixo em um trajeto que marca a incessante reformulação de suas propriedades.

O conceito de noção nos dá meios para afastarmo-nos da etiquetagem de categorias linguísticas que consideram as formas linguísticas como um decalque ou da realidade ou de uma representação estável das formas linguísticas. Segundo Culioli:

Si la relation dissymétrique entre production et reconnaissance n'existait pas, si es textes se ramenaient à des séquences où la compositionnalité linéaire suffisait, si l'on travaillait, en tant que sujets, avec des blocs matériels munis de sens stables, stockés en mémoire, que il suffit d'enchaîner pour produire du texte et de la signification, le tout récupérable et interprétable à l'autre bout par l'auditeur, tout serait simple; mais il suffit d'observer ce quise passe effectivement pour constater que ce tableau est erroné, mis à part quelques cas où le linguiste travaille sur un ensemble restreint de textes aseptisés, où le vocabulaire, ça syntaxe, l'intonation, les situations sont tritures afin de faciliter l a vie du dit linguiste. (CULIOLI, 1999b, p.18)¹⁸

Desse modo, o conceito de noção nasce de uma dupla necessidade: teórica e metalinguística. Culioli (1999b) ressalta uma série de concepções filosóficas que discutem a questão entre a mente e a matéria, transpondo essa discussão para o campo linguístico.

Através de uma passagem de Spinoza (*apud* Culioli, 1999b), na qual o filósofo discute que os seres humanos possuem noções que são essenciais para o funcionamento

¹⁷ Tradução livre: Assim, a bela simplicidade de um sistema de engrenagens de relógios será substituída pela complexidade de sistemas que interagem, de níveis, de relações que formam arquiteturas heterárquicas, das quais há a emergência de uma proliferação de relações e de fenômenos imprevisíveis.

¹⁸ Tradução livre: Se a relação assimétrica entre produção e reconhecimento não existisse, se os textos se limitassem a sequências em que a composição linear bastasse, se se trabalhasse com blocos materiais munidos de sentidos estáveis, estocados na memória, nos quais falta apenas o encadeamento para produção do texto e da significação, o todo recuperável e interpretável pelo ouvinte na outra extremidade, tudo seria simples; mas basta que se observe o que efetivamente acontece para constatar que esse quadro é equivocado, salvo em casos em que o linguista trabalha com um conjunto restrito de textos assépticos, nos quais o vocabulário, a sintaxe, as entonações, as situações são trituradas com o propósito de facilitar a vida do dito linguista.

da mente e que não são, portanto, idênticas em todos os indivíduos - de modo que um indivíduo que está admirado com a estatura dos homens os definirá como um animal ereto; enquanto outros indivíduos, admirados com outras propriedades, o farão de outro modo definindo-os, por exemplo, como criaturas dotadas de riso -, a seguinte questão é colocada¹⁹: não é então a admiração que levou os filósofos a explicar as coisas naturais apenas por meio das imagens das coisas responsáveis por gerar um grande número de controvérsias?

Segundo Culioli (1999a), a noção supre nossas representações do mundo e, além disso, permite a extração de suas propriedades gerais. Essas operações mentais podem ser preenchidas por inúmeras experiências gerando, portanto, as diferentes imagens do mundo que Culioli mostra por meio de Spinoza (*apud* Culioli, 1999b). Dessa forma, um sujeito depara-se sempre com a seguinte situação: por um lado, ele está ancorado a formas linguísticas munidas de regras relativamente estáveis, que garantem a comunicação; por outro, essas formas linguísticas permitem que ele reorganize a todo o momento suas ideias. Logo, o sujeito não está livre, mas também não está restrito. Esse fato revela-se importante porque o ensino de produção e interpretação de textos pode se beneficiar com uma teoria que explicita que as formas linguísticas só possuem propósito no nível enunciativo, nível que envolve a relação intersubjetiva.

Um enunciado, portanto, é responsável por deixar traços das relações enunciativas. Assim, a história de uma cultura deixa sua marca nas formas linguísticas, mas essas marcas podem ser submetidas a todo o momento à revisão e às mudanças tanto formais quanto culturais.

Tendo em vista que o conceito de noção apela para o dinamismo e o processo, Culioli (1999) formula o emprego da noção pautado na topologia, e é esse emprego que possibilita o uso metalinguístico desse conceito.

Culioli (1991, 1999a, 1999b) mostra-nos, também, por meio de seu conceito de noção, que não compete à linguística resolver o problema de como o extralinguístico é apreendido por um determinado sujeito. Mas, segundo o autor, há que se teorizar esse lugar inacessível.

A defesa dessa proposta está ancorada no caráter híbrido da noção, conceito instaurado entre representações de ordem experiencial e linguística. A partir desse hibridismo, compete à TOPE observar como um agenciamento de marcas, por parte de

¹⁹ Fizemos uma paráfrase da passagem original.

um dado sujeito, revela traços de um trabalho com a linguagem. Nesse quadro teórico, de fato, o conceito de noção pode ser tomado como o conceito de linguagem; portanto, a articulação entre língua e linguagem nasce nas três operações fundamentais de representação, referenciação e regulação que caracterizam o processo de enunciação. No interior desse processo de interação compreende-se a comunicação da seguinte maneira: um sujeito possui um complexo sistema de representações de ordem psico-físico-cultural o qual será referenciado por marcas da língua e, imediatamente, sofrerá ajustes no contato com outro sujeito. Nesse contexto, afirmamos, com base em Rezende (2008), que os seres humanos não se comunicam, ou seja, a comunicação é um árduo processo resultante de um trabalho incessante entre o sujeito com ele próprio (dimensão psicológica) e com o outro (dimensão sociológica).

Visto que a noção não está diretamente disposta ao lado das formas linguísticas, a teoria nos coloca de antemão a impossibilidade de rotular itens lexicais seja do ponto de vista gramatical, seja do ponto de vista semântico. Com efeito, nessa corrente teórica a indeterminação é condição essencial da linguagem.

CAPÍTULO II. A ENUNCIÇÃO LINGUÍSTICA

2 Enunciação: diferentes abordagens e domínios enunciativos

A observação das discussões de Culioli (1990) e Fuchs (1985) leva-nos a identificar o momento paradigmático e o momento pré-paradigmático da linguística.

A história presente no texto de Fuchs (1985) nos dá, portanto, a dimensão de que a enunciação não é uma questão nova, pois sempre esteve presente em inúmeras disciplinas. Por outro lado, recuperar essa história serve mais para marcar uma escolha consciente dos problemas a serem tratados pela TOPE, e menos para propor alguma unificação real dessa fragmentação do conhecimento. Nesse ponto surge a dúvida: qual seria, então, a contribuição da linguística enunciativa culioliana? Nesse contexto, a posição de Culioli (1991; 1999a; 1999b), segundo Aurox (1991), é não ignorar a historicidade deflagrada por Saussure (2006) ao definir o domínio da linguística, nem negar a possibilidade de contribuir para elucidar questões referentes à linguagem.

A enunciação culioliana, ao se demarcar em relação a outras correntes da linguística, delimita também sua terminologia e seu percurso de pesquisa. A delimitação do campo traz implicações sobre como considerar o sujeito, a língua, a linguagem, a significação, o enunciado e a enunciação. Não é possível discorrer separadamente sobre qualquer um dos elementos citados anteriormente. Porém, gostaríamos de centrar a atenção, inicialmente, no problema do sentido.

No que diz respeito à linguagem, Culioli (1990; 1999a; 1999b) compreende que para tratar de problemas locais há que se postular uma teoria dos observáveis para que haja possibilidade de generalização de tais problemas. Dessa forma, por meio de observações rigorosas de inúmeras línguas, levanta hipóteses sobre o funcionamento da linguagem representadas por operações que, em tese, estão presentes em todas as línguas e sustentam a linguagem.

O objeto de interesse preciso de Culioli (1990) não atenua o fato de que a enunciação é um domínio de estudos variado que raramente possui uma definição precisa. Tendo em vista tal dificuldade poderíamos, para garantir o rigor do trabalho, partir diretamente da perspectiva enunciativa de Culioli (1990; 1999a; 1999b) e restringir o diálogo com outras linhas de pesquisa que se debruçam sobre problemáticas similares. Contudo, escolhemos abrir espaço para o diálogo, mas essa abertura coloca-

nos em uma posição difícil, pois há sempre o risco de criar uma má assimilação de outros paradigmas de pesquisa.

O propósito do diálogo com outros autores é demonstrar como o signo, a forma, a expressão, a palavra etc. são constituídos por uma opacidade. Além de demonstrar essa faceta instável do signo, pretendemos ressaltar a contribuição da TOPE, qual seja a de apresentar um referencial de análise operatório para estudar ocorrências linguísticas em produções textuais de vestibulandos, ressaltando elementos enunciativos que julgamos essenciais para a construção textual. Essas ocorrências²⁰ dizem respeito a confluências de planos enunciativos e são focalizadas por meio da noção temporal que vem a ser o foco de nosso trabalho.

O panorama histórico de Fuchs (1985) proporciona-nos uma síntese teórica das grandes questões enunciativas. Em um primeiro momento, expomos as considerações da autora sobre os problemas históricos da enunciação. Em um segundo momento, inspiramo-nos na organização do texto da linguista (1985) para ampliar a discussão inserindo autores que contribuem para sustentar uma perspectiva dialógica da significação e da subjetividade.

Há uma série de estudos enunciativos e discursivos contemporâneos que estão redescobrando suas origens na história dos estudos sobre linguagem. Fuchs (1985) inicia suas considerações referindo-se ao *trivium medieval* composto pela retórica, a gramática e a lógica.

A retórica aristotélica demonstra preocupação com três elementos fundamentais da enunciação: o orador, o auditório e o discurso. Configura-se como uma arte prática que tem por objetivo estabelecer princípios básicos para a produção de um discurso persuasivo e organiza-se em torno de três partes: as provas (*inventio*), a elocução (*elocutio*) e a disposição (*dispositivo*).

As provas dizem respeito aos dados que o orador deve manter ou descartar para a elaboração de sua argumentação e podem ser consideradas referentes disponíveis à representação discursiva por parte de um determinado orador. Pensamos ser desnecessário arrolar uma descrição de *ethos*, *pathos* e *logos* como procede Fuchs (1985) em seu texto, porém, é essencial recuperarmos que a retórica apoia-se em um

²⁰ Embora não tenhamos feito uma investigação exaustiva, é possível considerar que as questões enunciativas com as quais trabalhamos não aparecem com clareza, quer no contexto de ensino e aprendizagem de produção de texto, quer na avaliação da produção textual do aluno.

princípio enunciativo composto pelo orador, pelo discurso e pelo auditório, conhecido atualmente como situação de enunciação.

No século XVI, a retórica ganhou uma configuração nova ao ser expropriada das provas e da disposição. O foco da retórica naquele momento estava na elocução. O período em questão foi marcado pela ascensão da retórica poética e o seu florescimento deflagrou a preocupação com a ornamentação da linguagem. A preocupação com a beleza do discurso abriu espaço para a ascensão de inúmeros tratados de figuras de linguagem.

Na modernidade, Fuchs (1985) aponta alguns continuadores da retórica: as teorias da literatura, as teorias do discurso, as teorias da argumentação e as aplicações práticas. A título de exemplo, nas aplicações práticas podemos identificar conceitos da retórica aplicados às técnicas de expressão, como ocorre geralmente ao resumo e à dissertação.

Outro pilar de estudo importante que veicula algumas problemáticas enunciativas é a gramática, visto que os dêiticos, as modalidades e as problemáticas do sujeito tocam em questões enunciativas.

Desde a antiguidade, os estudiosos deparam-se com termos que apresentam determinação momentânea. Fuchs (1985) ressalta a importância desses termos explicando seu funcionamento.

Para a autora, o *eu* é responsável por designar a pessoa que assume a enunciação. A designação só se orienta a partir daquele que serve de âncora da predicação, e é a partir dos chamados índices que aquele que fala é capaz de orientar o espaço e o tempo derivados do mesmo centro enunciativo. Os índices do discurso são, portanto, importantes porque comportam um caráter peculiar da linguagem: a capacidade que esta tem de trazer em si mesma unidades que permitem remeter, a partir do código linguístico, ao próprio código linguístico.

A faceta enunciativa da língua incomodou durante muito tempo lógicos e filósofos:

Estes sonham em normalizar a linguagem, reduzir sua pluridimensionalidade, eliminando, sobretudo, os termos dêiticos, que eles consideram como “quase-signos” ou como “signos vazios”, pelo fato de eles adquirirem referência precisa somente através da enunciação. (FUCHS, 1985, p.114)

Se, para alguns estudiosos, os dêiticos são responsáveis por comprometer a transparência da linguagem, para outros eles se mostram como uma propriedade essencial da linguagem.

Fuchs (1985) menciona dois estudiosos que possuem heranças da tradição gramatical: Jakobson (*apud* Fuchs, 1985) e Benveniste (2006). O primeiro focaliza seus estudos na questão dos *shifters* (ou embreadores); o segundo, no problema dos índices. Um dos objetivos principais do projeto enunciativo de Benveniste (2006) é distinguir os elementos linguísticos que possuem estatuto pleno dos elementos que possuem estatuto vazio, ou seja, que existem apenas na enunciação.

A partir das considerações históricas, observamos que a enunciação situa-se em uma zona fronteiriça entre diversas disciplinas. Cada uma molda o problema à sua maneira. Mas, ao mesmo tempo, podemos verificar um elemento invariante: a preocupação com o modo que o sujeito relaciona-se com outro sujeito e com o mundo.

As variáveis sujeito e mundo, embora pareçam simples, desdobram considerações sobre a organização das formas linguísticas e dos conteúdos, além de impor considerações sobre como o sujeito é concebido a partir das variáveis mencionadas.

No texto de Fuchs (1985), podemos observar uma organização panorâmica das inúmeras correntes teóricas. A quantidade de pontos de vista teóricos pode suscitar uma sensação de impotência no que tange à possibilidade de conhecer com propriedade os estudiosos mencionados pela autora. Mesmo assim, esforçamo-nos para identificar zonas temáticas reveladoras do objeto de interesse dos estudos enunciativos, que são compartilhadas em maior ou menor grau com a lógica, a gramática e a filosofia.

Outra zona temática importante para a enunciação é o problema da modalidade presente nas gramáticas clássicas que, sustentadas por uma tradição lógico-gramatical, subdividem as proposições a partir do tipo de modalidade que as formas linguísticas expressam. As gramáticas de tradição helênica, como as estoicas e aristotélicas, classificam os *lekta* em funcionamento cognitivo e apelativo, por exemplo.

No cognitivo, a asserção é responsável por garantir o valor de verdade de uma informação; por sua vez, no apelativo observa-se o funcionamento de todos os outros tipos de *lekta* que coloca em relação um locutor dirigindo-se a um receptor.

Fuchs (1985) continua sua exposição mencionando diversos estudiosos clássicos que propõem uma distinção entre os diferentes tipos de modalidades.

Em nosso trabalho, a exposição da ampla variedade de definições que a enunciação assume contribui para demonstrar a predominância de uma relação dual que a linguagem e a língua deflagram. No que diz respeito ao sentido, percebe-se que as inúmeras reflexões presentes na gramática, na lógica clássica e na filosofia não separam radicalmente forma e sentido e, conseqüentemente, o sujeito da língua. Por outro lado, as mesmas disciplinas não possuem clareza entre as diferenças e as similaridades entre as dicotomias instauradas. Apenas verificamos a tentativa de se criar uma ponte entre essas questões em alguns estudiosos que procuram não excluir a riqueza da linguagem, como, por exemplo, Benveniste (2006).

2.1 Enunciação e subjetividade

O problema do sujeito não pode ser desarticulado da noção de sentido. O modo como os constituintes linguísticos veiculam os sentidos depende da interação entre o enunciador e o co-enunciador. A mecânica do diálogo permite considerar que o sentido só tem sua razão de ser quando não se separam sujeito, formas linguísticas e sentido. Os textos de Benveniste (2005; 2006) refletem isso.

Em *Da subjetividade na linguagem*, é possível verificar como as formas linguísticas perdem seu sentido se se ignorar a especificidade da categoria de pessoa presente na linguagem. Benveniste (2006) ensina que a linguagem só é possível porque os locutores têm a capacidade de se proporem como sujeitos. Essa capacidade é marcada na língua pelo pronome “eu”. Mas o pronome “eu” apenas é significativo porque existe o “tu”. As marcas “eu/tu”, portanto, demonstram que a subjetividade não se constitui sozinha, no entanto, apenas o sujeito pode ocupar o lugar do “eu”.

Essa singularidade de lugar do “eu” não impede a reversibilidade da relação: o “eu” pode tornar-se “tu” na alocação do outro eu. Esse princípio de troca revela que Benveniste (2006) considera que um conjunto de formas linguísticas determina o sujeito tanto na própria língua quanto fora dela, de modo que a intersubjetividade é própria das formas linguísticas e passível de ser apropriada pelo sujeito por meio de um ato de apropriação.

Acreditamos que o problema da subjetividade não está desligado do problema da significação, pelo menos para a TOPE. Não ampliaremos a discussão sobre a noção de sujeito em outros modelos em função de preferirmos, nesse momento do trabalho,

restringir nossa atenção à noção de subjetividade a partir de Culioli (1999a) e Benveniste (2006).

Há, reconhecidamente, influências do pensamento de Benveniste em Culioli, e grande parte de sua corrente enunciativa está posta de modo embrionário nas discussões de Benveniste. O princípio de não separar linguagem da língua, por exemplo, está presente em ambos os autores; assim como o está a noção de invariância - presente em Benveniste -, que pode ser aproximada da busca por invariantes dinâmicas dos textos de Culioli (1999a; 1999b.).

Na obra de Culioli (1990; 1999a; 1999b), o conceito de enunciador é representado por uma notação que se esforça por manter coerentemente as relações e as diferenças que podem ser estabelecidas entre locutor e interlocutor. Ao se reportar às obras de Benveniste (2005; 2006), identifica uma proliferação dos termos que servem para designar o sujeito (CULIOLI, 1999b) que aparece marcado por inúmeras designações: EGO, ego, sujeito, etc. (BENVENISTE, 2005).

A variedade de termos para designar o sujeito na enunciação é ampliada por um discurso que, em algumas passagens do texto de Benveniste (2005), retiram a precisão de seu pensamento. Culioli (1999a) menciona, a certa altura, a passagem em que o conceito de *ser* (être) - para expor a importância da subjetividade na linguagem - é por ele utilizado: “a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.”²¹ (BENVENISTE, 2005, p.286). Em seguida, Culioli coloca outra passagem do texto de Benveniste que, de certa forma, mostra como a citação anterior possui uma imprecisão no que diz respeito à noção de *ser*:

O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos tempo; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não é mais. (BENVENISTE, 2006, p. 85-86)

Acreditamos que a imprecisão levantada por Culioli se dá pela dificuldade que existe em se determinar se o conceito de *ser* reporta-se a um cenário origem da enunciação que, por sua vez, coloca-se como um ponto híbrido entre o sujeito e o mundo. Esse ponto origem só é veiculado por formas linguísticas ao mesmo tempo em

²¹ Fizemos *apud* da citação de Culioli (1999b, p.121), porém utilizamos a edição em português para as passagens do texto de Benveniste (2005).

que aponta para um elemento inerente à própria linguagem: as noções de pessoa, espaço e tempo. Existe a possibilidade de se recuperar, a partir de uma leitura atenta das duas citações anteriores, a proposta de clivagem entre língua e linguagem no pensamento de Benveniste (2005).

As dificuldades apontadas por Culioli (1999a) em relação ao texto comprometem a natureza das relações existentes entre um sujeito concebido por uma teoria da enunciação e o sujeito (interlocutor) que é o suporte dessas operações. Na verdade, há em Benveniste (2005; 2006) oscilações bruscas entre elementos oriundos da linguagem e elementos oriundos da língua. Há um esforço de sua parte em integrar as duas dimensões, embora, segundo Culioli (1999b, p.122), essa integração vacile pelo fato de que “Il n’ existe pas chez Benveniste de frontières, de valeurs transitoires, de représentations spéculaires, de régulation complexes.”²².

A crítica de Culioli (1999a) a Benveniste (2005) é justificada a partir de modos diferentes de conceber a enunciação. Tal diferença demonstra que o sujeito ganha diferentes configurações para cada autor.

Para tornar mais precisa a discussão, podemos diferenciar como a enunciação é considerada em Culioli (1999a) e Benveniste (2005) a partir da visão de De Vogüé (1992).

Culioli (1990) preocupa-se em estudar como um enunciado se constitui. Para o pensamento culioliano, a enunciação é recuperada a partir do enunciado. Já para Benveniste (2005; 2006), a preocupação seria compreender como o sujeito se enuncia.

A diferença reside no papel que o sujeito desempenha no processo da enunciação. No caso de Benveniste (2005), a enunciação constitui o sujeito o qual também constitui-se pela enunciação. O aparelho formal da enunciação, no pensamento benvenistiano, é tomado como um conjunto de formas responsáveis pela enunciação.

No caso de Culioli (1990), não há nenhuma proposta de se definir um conjunto de índices formais da enunciação, visto que a enunciação é composta pelo agenciamento de marcas presentes em toda a língua.

Benveniste (2006) estabelece diversos planos para tentar diferenciar elementos oriundos da enunciação dos elementos oriundos da língua. Por exemplo, suas distinções entre história e discurso, semântico e semiótico, ilustram como o sujeito, exterior à língua, apropria-se das formas responsáveis por movimentar a enunciação.

²² Tradução livre: Não existem na obra de Benveniste fronteiras, valores transitórios, representações especulares e regulações complexas.

Na acepção de Culioli (1990), caso fosse possível designar um aparelho formal da enunciação, ele seria a língua toda.

A questão do sujeito em linguística é polêmica, algumas teorias consideram que as formas linguísticas são apenas o reflexo de uma estabilização social. O sujeito, nesse contexto, é assimilado pela história, e a língua é o reflexo daquela. É certo que existem ponderações para não colocar a relação entre língua e história de modo direto, mas elas afastam-se de uma perspectiva construtivista.

A perspectiva de Culioli (1990; 1999a; 1999b) rejeitaria esse tipo de relação entre o sujeito e a língua, pois o ajustamento de representações é o coração da própria atividade de linguagem. Os contornos sociais, embora não sejam negados, são vistos com fragilidade diante da ilusão de estabilidade quando se considera que as palavras apontam para sentidos construídos.

Não saberíamos ampliar o debate e dizer quais as consequências para TOPE de rejeitar a prevalência do fator social na relação entre a língua e o homem. Contudo, sabemos que propor a possibilidade de ajustamento na construção de sentidos é favorável ao processo formativo preconizado no contexto de ensino e aprendizagem de língua.

O tempo, como outras categorias linguísticas da enunciação, encontram-se representados na linearidade superficial do texto. Mas a evidente condição estável das marcas temporais é fragilizada quando tomamos consciência da possibilidade de cenários enunciativos que um simples morfema verbal do presente do indicativo abre quando glosamos o texto.

Considerando o morfema de presente do indicativo em um nível enunciativo, poder-se-ia questionar o estatuto clássico atribuído à marca como parte de uma morfologia, visto que ele comunica para o enunciatário não só o tempo mas também o modo e a pessoa.

Com isso, podemos generalizar e dizer que quando determinamos que tipo de relação os morfemas de qualquer tempo verbal desempenham, estamos abarcando apenas o aspecto mais evidente e superficial das marcas temporais na língua, que estabilizam a capacidade de constituição de sentidos.

Dessa forma, não são apenas os dêiticos os termos linguísticos responsáveis por remeter à enunciação, uma vez que na TOPE todo termo é resultado de uma construção operada pela enunciação.

Para pontuar o caráter constitutivo da enunciação, concluímos a discussão sobre a questão do lugar do sujeito na TOPE referindo-nos ao modo que Culioli (1969) concebe a comunicação.

Na teoria enunciativa culioliana, há claramente a assunção de um paradoxo que se nutre da complexidade da linguagem. Esse paradoxo diz respeito à relação entre a palavra e os sentidos e entre a palavra e a realidade (seja a realidade extralinguística ou mental).

A relação entre as palavras e as coisas²³ advém de uma ilusão. A ilusão é a capacidade que os seres humanos possuem de organizar as coisas e estabelecer relações entre as mesmas. As palavras são capazes de apontar para a realidade construída. A linguagem está tão integrada em nosso ser biológico que percebemos as categorias de língua como representantes diretos das categorias do pensamento. Dessa percepção, surge a simetria entre a linguagem e a realidade.

A relação direta que podemos estabelecer entre as palavras e as coisas é considerada uma ilusão válida, pois possuímos gramáticas e signos escritos que representam nossa fala. Existem os antônimos, as relações denotativas e conotativas. No entanto, a ilusão válida que é sustentada pela experiência que temos com a linguagem pode fazer com que nos esqueçamos de que essa transparência vacila. Porém, o vacilo dessa transparência não significa defender o caos ou destruição da simetria, mas sim pontuar que existe a capacidade de transformação das relações entre as palavras e as coisas. Desse modo, a realidade (extralinguística ou mental) é um fator que orienta nossa atividade de linguagem. A palavra orientação demonstra, portanto, que existe assimetria entre a linguagem e a realidade.

Essa condição pontua que é uma ilusão considerar que a relação palavra e coisa estejam prontas como também é, igualmente, uma ilusão dizer que não é possível que tal relação seja construída.

A defesa de que as palavras não são etiquetas da realidade permite um olhar para o diálogo como resultado de trabalho construído pelo sujeito por meio de uma relação dialógica.

A concepção de comunicação em Culioli (1969) abre espaço para se considerar o diálogo como resultado de um ajustamento complexo que se dá numa relação entre o

²³ Estamos considerando o termo coisas como os sentidos e as realidades extralinguística e mental.

emissor com próprio emissor (retroação), entre o emissor e o receptor virtual concebido pelo emissor.

No outro lado do circuito, encontramos o receptor que investe o texto do locutor de significado, ou seja, ao invés de ser um receptáculo de informação ele ajusta-se à relação de diálogo instaurada e novamente o ciclo se reinicia em uma transmissão de informação dissimétrica, que exige a atividade de ambos.

A retroação permite que consideremos também que o emissor pode ser seu próprio receptor, logo o monólogo possui os mesmos princípios do diálogo.

CAPITULO III. A NOÇÃO TEMPORAL

3 Breve descrição do tempo na gramática tradicional

Na reflexão que vimos conduzindo até o momento, demonstramos que a significação é resultado do processo de orientações enunciativas. O termo noção serve de base para considerar que subjetividade, objetividade, tempo, aspecto e modo são categorias construídas na enunciação, sendo que o tempo não pode ser apreendido fundamentalmente pelo verbo.

A seguir apresentamos duas gramáticas que apreendem, especialmente, as noções temporais pelo verbo, e uma gramática descritiva que se preocupa em demonstrar a complexidade existente entre as noções temporais e as marcas linguísticas.

É na descrição dos verbos e dos advérbios que encontramos menção ao tempo apenas nas três orientações temporais - presente, pretérito e futuro (BECHARA, 1987). Após menciona-las, Bechara (1987) arrola alguns verbos e demonstra que cada um dos tempos possui formas verbais correspondentes.

Outro momento do texto de Bechara em que verificamos menção ao tempo é a seção destinada a descrever os verbos auxiliares. O gramático afirma que, em algumas locuções verbais, podemos ter o auxiliar emprestando “[...] um matiz semântico ao verbo principal, dando origem ao chamado aspectos do verbo.” (*op. cit.*, p. 110).

Consultamos também a gramática de Lima (1973), que igualmente apresenta os elementos temporais nas seções destinadas ao verbo, descrevendo os tempos verbais a partir das expressões temporais que denotam passado, presente e futuro.

Um elemento diferencial na gramática de Lima é a categorização do particípio na função de adjetivo e a do gerúndio na função de advérbio. No gerúndio, reconhece, dentre outras noções adverbiais, a noção de tempo; enquanto descreve que o particípio tem a função de modificar o substantivo, embora não mencione se existe alguma noção temporal nesse caso. Nas duas gramáticas consultadas verificamos a ausência de alguma reflexão que considere o tempo fora de uma categoria estática ou que mencione as conseqüências semânticas das relações entre os diversos tempos. Há explícita uma maior preocupação em descrever quais elementos mórficos compõem o verbo.

A observação das noções temporais nas gramáticas de Bechara (1987) e Lima (1973) fez-nos chegar à mesma conclusão que Lopes (2006, p.27) de que “O tratamento gramatical aos morfemas flexionais de tempo não é diferente do tratamento conferido a

outras unidades gramaticais, reduzindo-se, comumente, à classificação em si e por si ou a definições incompatíveis com os fatos de língua observados.”.

3.1 O tempo e o TEMPO em uma gramática descritiva de língua portuguesa

Consultamos a gramática descritiva de Matheus, Brito, Duarte & Faria (1983).

Na referida gramática, há uma seção destinada a estudar como as marcas temporais conjugam-se para formar distintas configurações semânticas nos enunciados.

O tempo linguístico - expresso pelas marcas verbais, adverbiais e conectores frásicos com valores temporais - encontra-se articulado à noção de TEMPO. O TEMPO é uma categoria linguística equivalente a um modo de enunciação experiencial em que se observa a ordenação de distintos intervalos de tempo.

A enunciação experiencial é aqui entendida a partir da presença de um locutor e de um alocutário. Os integrantes da interlocução remetem a noções temporais que se organizam a partir do *aqui* e do *agora* da enunciação, de modo que as noções de presente, passado e futuro são explicitadas a partir de uma dada relação do tempo linguístico com o TEMPO da enunciação.

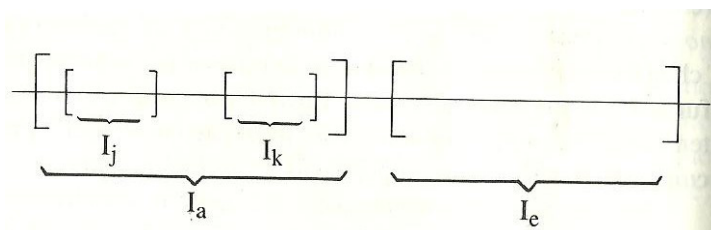
Assim, o presente é instaurado a partir da simultaneidade entre um intervalo de tempo e o estado de coisas descrito; o passado exprime a anterioridade entre o intervalo de tempo e o estado de coisas descrito; e o futuro exprime a posterioridade entre o intervalo de tempo e o estado de coisas descrito.

A partir das definições expostas acima, a gramática descritiva arrola inúmeros exemplos para ilustrar as relações temporais que ocorrem no português.

Selecionamos o enunciado de Matheus *et al.* (1983, p.105): “João tinha saído quando telefonamos para casa dele” para ilustrar como as noções temporais são consideradas nas marcas linguísticas.

Conforme Matheus *et al.* (1983, p. 106), podemos representar os acontecimentos a partir da seguinte linha de tempo:

Figura 1 – Representação dos instantes enunciativos



O instante Ie representa o *agora* da enunciação e o instante Ia representa o instante anterior ao *agora* da enunciação. Para Mira Matheus et al (1983) a sequência <<João ‘sair’>> ocorre em um subintervalo de Ia, ou seja, ocorre em Ij e é anterior ao subintervalo <<Nós ‘telefonar’>> .

Embora a gramática descritiva de Mira Matheus *et. al* (1983) exponha a temporalidade com maior detalhe, a seção destinada a descrever o tempo não oferece base suficiente para discutirmos o que ocorre quando as orientações temporais remontam umas sobre as outras e acabam por gerar confluências de planos enunciativos. Essa questão é o ponto central de nosso trabalho. Se se parte do princípio de que os deslocamentos enunciativos são problemas, podemos desconsiderar que tais deslocamentos revelam informações importantes sobre a natureza plástica da linguagem.

A partir do momento em que escolhemos trabalhar com os mecanismos enunciativos de constituição da temporalidade, a aparente simplicidade que as gramáticas classificatórias constata na relação entre o morfema temporal e as noções de presente, passado e futuro não se revelam suficientes para discutir como o texto se ajusta mediante as diferentes possibilidades de planos temporais que a atividade epilinguística deflagra.

Isso significa que, na interpretação e na produção de textos, é possível que marcas denominadas classicamente como responsáveis por denotar o passado chamem simultaneamente por enunciados situados no presente.

O que queremos dizer aproxima-se sempre da discussão central de Culioli (1990; 1999a; 1999b) sobre a natureza complementar noção (p,p’). Embora não possamos confundir a topologia do tempo com a do aspecto e a do domínio nocional, percebemos que elas se remontam e podem proceder da mesma marca linguística.

3.2 Os deslocamentos enunciativos de tempo: a infringência por erro e por projeto

Expusemos algumas considerações sobre a reflexão de tempo em duas gramáticas normativas e uma gramática descritiva.

A gramática de Matheus *et al.* (1983) não recorta os elementos enunciativos para demonstrar como o Tempo pressuposto na enunciação está disposto nos enunciados de língua portuguesa, e isso se justifica na medida em que o seu objetivo é descrever o

funcionamento da temporalidade em enunciados aceitáveis empiricamente. Dessa forma, não aborda o assunto da confluência de planos temporais.

Um trabalho diferente dos apresentados anteriormente é o de Fiorin (2005), estudioso que propõe em sua obra inúmeras análises linguísticas de textos literários dando ênfase aos deslocamentos enunciativos. Como exemplo, há deslocamento enunciativo em uma ocorrência como:

(1) **O presidente** fará o possível para melhorar a situação econômica do país.

Onde se identifica que a sequência **O presidente** é equivalente ao sujeito enunciador origem da enunciação. Se se imagina um contexto em que o próprio presidente produz esse enunciado, a sequência **O presidente** tem o valor do pronome Eu. Por outro lado, se o enunciador não se identifica com **O presidente**, poder-se-ia trocar a noção em negrito pelo pronome:

(2) **Ele** fará o possível para melhorar a situação econômica do país.

O que se verifica é que o deslocamento é válido apenas quando o **Ele** é equivalente ao **Eu** subjacente a todo o enunciado e, nesse caso, a noção nominal assume o valor do pronome pessoal **Eu**:

(3) O presidente = **Eu farei** o possível para melhorar a situação econômica do país.

A essa operação, Fiorin (2005) nomeia de embreagem enunciativa, mecanismo responsável pela troca de um valor por outro, ancorada no mecanismo de debreagem. Esta última é responsável por instaurar em um texto as categorias de pessoa, espaço e tempo. Como nenhuma pessoa, espaço e tempo são realmente as instâncias enunciação: “A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado, um não-eu, um não-aqui e um não-agora” (op.cit., p.43). Portanto, a debreagem é responsável pelos efeitos de objetividade e subjetividade.

Fiorin, ao caracterizar operações enunciativas como deslocamentos, demarca que quando a sequência **O presidente** é compreendida como um sujeito distinto do sujeito enunciador, ou seja, quando mostra que tal sequência tem um valor de terceira pessoa (O presidente [= ele] fará o possível para melhorar a situação econômica do

país), a sequência encontra-se em seu sentido natural, correto, denotativo etc. A teoria culioliana, por seu turno, assume a indeterminação radical, motivo pelo qual não há um valor primeiro na atividade de linguagem, e sim uma possibilidade nova a cada situação enunciativa. Na reflexão da teoria culioliana não se pode, portanto, qualificar o sentido da ocorrência (1) como primeiro e o da ocorrência (3) como deslocado.

A questão do trabalho de Fiorin (2005) que nos interessa diz respeito à distinção entre um texto que usa esse mecanismo de forma “correta” e outro que o utiliza de forma “errada”. Essa distinção aparece denominada como “erro por desvio” e “erro por projeto”, e é levantada na discussão sobre a subversão do tempo através da qual Fiorin estabelece as relações temporais e as neutralizações de um tempo linguístico por outro. Para justificar essa questão, o autor recorre aos conceitos de embreagem e debreagem, e conceitua a neutralização temporal da seguinte forma: “Ora, quando se neutralizam termos da categoria do tempo, o efeito de sentido que se produz é o de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc.” (FIORIN, 2005, p. 191). Para discutir essa observação, o linguista apresenta dois exemplos que se caracterizam, respectivamente, por representarem uma ocorrência por erro e outra por projeto (op.cit., p. 192-193, grifos nossos):

(a) No dia 13, terça feira, freqüentei uma única sessão, cujas comunicações versaram sobre morfossintaxe; às 9:00h, Características formales y funcionales del sintagma en el sistema de la lengua espanhola, de M. Dominguez, da Espanha; não houve a **próxima** [= seguinte] comunicação por ausência do pesquisador (X, Relatório científico encaminhado à FAPESP, 24/4/1993, p.13).

(b) Vá jantar logo comigo em Santa Tereza, disse Palha ao despedir-se. Não tem que hesitar, lá o **espero** [=esperarei] (MA, v 1, p. XXIII).

No primeiro caso, (a), o autor diz que se trata de um erro, uma vez que nada justifica o uso de “próxima” por “seguinte”, enquanto no segundo caso, (b), explica que “o emprego do presente pelo futuro do presente mostra que, para o interlocutor, a presença do interlocutário em Santa Tereza não era vista como algo possível, mas certo” (FIORIN, 2005, p. 193). Assim, o texto (b) é válido porque nele existe, no contexto da ocorrência, uma marca temporal que permite a identificação de um tempo verbal sendo usado no lugar de outro. Já o texto (a) vale-se do sistema enuncivo e a passagem para o enunciativo não gera nenhum efeito de sentido. Essa é a explicação linguística para a infração por erro no texto (a) e para a infração por projeto no texto (b).

A explicação de Fiorin parece desconsiderar, no entanto, a possibilidade de se identificar a troca de um tempo por outro como significativa, tal como ocorre em (a). Se essa troca de “próxima” por “seguinte” não gerasse efeito de sentido, não seria possível a compreensão de que a palestra ocorreu no passado e de que a marca “próxima” também é compatível com o eixo enuncivo. O uso da marca “próxima” não compromete, então, a compreensão do enunciado (a), pois podemos observar que o “próxima”, em alguns casos, substitui o valor da marca “seguinte”, embora em outros casos a substituição comprometa o sentido:

(c) Devagar, cruzou a linha de chegada em 13º, uma posição atrás do companheiro Piccolo. “Agora, estou pensando na próxima corrida, em Mônaco”, afirmou Nguyen após a prova. Não houve **próxima** corrida. A BCN, que já tinha demitido três pilotos até então (Mazzacane e o espanhol Marcel Costa ainda na pré-temporada e Scasselatti após a prova de Imola), percebeu que Nguyen não tinha muito mais bala no cartucho e não teve a menor cerimônia em mandá-lo embora sem mais nem menos²⁴.

No exemplo (c) o enunciador também parte do eixo enuncivo e insere a marca “próxima” para situar a corrida posterior em relação à fala do piloto Nguyen. Mas, abre-se, novamente, um dilema: podemos condenar o uso de “próxima” no enunciado, mostrando que há a troca de um tempo por outro, ou podemos manter o uso de “próxima” alegando que “próxima corrida” é uma retomada direta da fala de Nguyen. Pelo uso do “próxima corrida”, o enunciador mistura o tempo da fala de Nguyen - situado no eixo enuncivo, porém reportado como se estivesse no eixo enunciativo -, com o tempo da enunciação. Essa mistura de tempos gera um efeito no qual o enunciador desmonta as expectativas do piloto que, após sua enunciação, foi frustrada por conta de sua demissão.

A observação de Fiorin (2005) sobre a diferença entre os textos (a) e (b) é válida; porém, pode instaurar outro tipo de categorização: a de que a subversão nos textos literários sempre é consciente, e de que as subversões de textos de alunos sempre são desvios, erros. Além disso, essa postura pode enveredar a análise linguística para uma análise do sujeito no mundo.

Tal procedimento pode ocasionar o desvio do propósito do estudo linguístico, qual seja, o de explicar porque um texto é bom ou por que um texto é ruim sem demarcar traços da personalidade de quem o escreveu. Essa situação é extremamente

²⁴ Excerto extraído do blog pessoal **Bandeira Verde**. Disponível em: <<http://bandeiraverde.com.br/tag/formula-holden/>>. Acesso em 26 de abril de 2012.

complexa porque, por um lado, não se pode negar que o texto remete a algumas características do sujeito de carne e osso, por outro, há falta de competência ao linguista para proceder nesse tipo de análise. O modo que Fiorin (2005) encara o embate entre o texto artístico e o texto escolar parece considerar apenas a parcela mais geral do problema: o texto artístico tem um projeto e revela o uso consciente da língua; já o texto escolar não. Mas todos os textos que se enquadram no gênero literário merecem o lugar de exceção? Além disso, o texto escolar não tem intenção de gerar efeitos de sentido? O propósito desses questionamentos não é borrar a diferença existente entre o texto literário e o texto escolar, mas simplesmente deixar claro que existem operações de linguagem similares tanto em um como em outro. Além de existirem operações de linguagem similares, existe também, em todo texto, uma intenção de significação que pode ser reconstruída, seja ela explícita ou não.

Vignaux (1988) tem uma afirmação interessante sobre a argumentação que pode ser transposta para a questão de intenção de significação presente em um texto. Ele afirma que todo texto pode ser considerado argumentativo, no sentido de que traduz a necessidade do sujeito de afirmar uma impressão, um saber, uma visão, ou seja, uma representação de uma situação ou de um domínio determinado. Se a argumentação traz sempre a necessidade de se afirmar algo, podemos inferir que ela também sempre traz em si uma intenção. Um texto sempre traz, portanto, um agenciamento de marcas que revela suas operações. O que podemos julgar é apenas a representação do texto e o ensino ganharia mais se trabalhasse com as representações infratoras tentando explicitar e explicar essas intenções que se instauram em textos ditos deslocados.

Tendo em vista a consideração de Vignaux, poderíamos, ainda, afirmar que o texto (a) não possui nenhuma intenção de sentido e o texto (b) sim? A análise de Fiorin (2005) se mostra, então, pouco satisfatória do ponto de vista do contexto de ensino e aprendizagem.

O modo de definir a diferença entre (a) e (b) parece recair sobre um julgamento que não pode ser sustentado apenas do ponto de vista linguístico. Com isso queremos dizer que a presença ou a ausência de intenção não pode ser o parâmetro para diferenciar as expressões dos alunos das expressões artísticas. O que o linguista identifica é o desvio de um padrão, esse desvio é acessado pelo fazer teórico, ou seja, pelas glosas e pelas noções psíquicas e culturais que o linguista consegue extrair do texto. Mas o desvio, em alguns casos, instaura problemas complexos cuja demarcação entre “certo” e “errado” fecha possibilidades de diálogo entre domínios heterogêneos

como a arte e a linguagem do cotidiano. As relações de tempo, a troca de um tempo por outro não são, a partir de nossas reflexões, mecanismos exclusivos da linguagem literária.

Fiorin (2005) aproxima as ocorrências por meio de um mecanismo presente tanto na linguagem literária quanto na linguagem comum. O deslocamento enunciativo é, então, identificado e definido por uma generalização derivada de inúmeros exemplos. A generalização dos mecanismos de embreagem e debreagem, por exemplo, não apaga a interação singular entre as noções de um enunciado, embora Fiorin compare ocorrências com mecanismos similares deflagradas por marcas linguísticas diferentes. É com o intento de delimitar melhor como tratamos da questão do tempo em nosso trabalho que retomamos a discussão de tempo no interior do quadro enunciativo de Culioli (1999a).

As representações metalinguísticas presentes em Fiorin (2005) possuem similaridades com as noções de concomitância e não concomitância de instantes temporais em Culioli. Mesmo assim, acreditamos haver um modo de se considerar os movimentos temporais em Culioli (1999a) que prezam pela não demarcação da confluência de planos enunciativos temporais como deslocados ou não deslocados.

Assim, não restam dúvidas que o pronome “eu” remete à posição do emissor e que o pronome “tu” remete à posição do receptor. Todavia, na TOPE essa posição inicial sempre deve ser considerada a partir da instabilidade e estabilidade constitutivas da atividade de linguagem.

3.3 A questão dos instantes e das noções aspectuais no tempo linguístico na TOPE

Um dos grandes desafios de se abordar a questão do tempo situa-se na dificuldade de erigir uma definição coerente do problema. Segundo Culioli (1999a), o equívoco de muitos pesquisadores é tentar amarrar o tempo a uma categoria linguística específica. O ponto de partida de Culioli (1999) situa-se, assim, na exclusão de definições precipitadas, pois parte da ideia de que uma definição pode conduzir a discussão a um reducionismo do problema.

Ao invés de partir-se de uma definição, parte-se do senso comum que as palavras tempo e espaço evocam. As noções de tempo e espaço²⁵ são categorias construídas no enunciado, ou seja, articulam estabilidade e instabilidade. O problema do tempo, para a TOPE, reside no esforço de construir uma simulação do processo de construção das noções temporais, e a generalização do problema não necessariamente garante sua definição. Por outro lado, tal generalização é resultado de um cálculo operado pelo linguista que busca identificar quais categorias entram em jogo em um determinado agenciamento de marcas linguísticas. Assim, o linguista se esforça para extrair propriedades gerais do fenômeno observável tentando, porém, não excluir as particularidades do fenômeno.

Nossa análise das produções textuais de vestibular apoia-se nas recomendações de Culioli (1999). O linguista preocupa-se em demonstrar que todos os níveis presentes em sua teoria estão relacionados a problemáticas temporais, o que significa que estamos diante de uma relação complexa entre elementos temporais oriundos de noções semânticas e elementos temporais oriundos do que Culioli (1999) nomeia de instantes. Percebemos que o estudioso possui, em sua obra, algumas insatisfações diante da diferenciação entre elementos temporais ligados a noções semânticas e elementos temporais ligados aos instantes. Tal insatisfação surge na dificuldade em se estabelecer um corte preciso entre algo que começa e algo que termina. Assim, Culioli (1999) afirma que falar de instantes torna-se possível apenas por um abuso de linguagem, dado que os instantes são elementos relacionados a uma topologia do tempo. Essa topologia estabelece, então, representações ligadas aos fenômenos de concomitância (identificação) e consecução (diferenciação), sendo que, na consecução, há também a anterioridade e a posterioridade. Essas relações permitem ligar problemas relacionados aos instantes a problemas de quantificação. Conforme Culioli:

Procedendo dessa maneira, o tempo é assimilado a uma sucessão de instantes representados por pontos (que são generalizados por uma direita), isso permite criar operações da mesma natureza que as operações de quantificação: poderemos ter uma ocorrência singular: ‘—|’, que em seguida poderá ser um intervalo; poderemos ter uma classe de ocorrências (cf. o genérico, o habitual). (CULIOLI, 1999, p. 154)

²⁵ De agora em diante utilizaremos apenas a palavra tempo, porém, há que se considerar que espaço e tempo não se separam. A noção de espaço deve ser diferenciada da noção espaço referencial, pois nas operações enunciativas propostas por Culioli (1999a) o espaço é uma categoria abstrata. Uma relação temporal já se encontra disposta em um espaço. Por exemplo, a representação topológica de limite linguístico só é possível pela relação de orientação espacial de dois termos linguísticos.

Essa representação abstrata do tempo ajuda-nos a pensar como as relações de anterioridade, posterioridade e concomitância são responsáveis por gerar um cenário enunciativo em que noções semânticas podem afetar os instantes linguísticos. Quando, por exemplo, consideramos uma ocorrência como

(1) Eu li o livro que você me emprestou.

, a marcação de anterioridade veiculada pelo pretérito perfeito nos faz recuperar uma relação de orientação abstrata entre ler e livro. A marca livro coloca-se como o legível da relação primitiva <leitor ler legível>. Portanto, *livro* determina certa quantidade de leitura. Na ocorrência em questão, uma vez que o *livro* foi lido, ele continua lido. Essa relação nos leva a recuperar, ainda, que entre a relação complementar ler/não ler há uma consecução entre o momento da leitura e o momento em que se está, momento em que já não há mais leitura.

No enunciado (1) operamos com os três níveis presentes no sistema de representação metalinguístico proposto por Culioli. A análise é resultado de uma simulação metalinguística da atividade epilinguística e, para deixar claro como procedemos na análise, descrevemos as operações primitiva, predicativa e enunciativa que visam apreender a atividade metalinguística pré-consciente inerente aos sujeitos enunciadorees.

O enunciado (1) é resultado de operações predicativas e enunciativas. Conforme a teoria, um dado sujeito enunciador opera com as marcas linguísticas intuitivamente. Postular a atividade epilinguística dessa maneira permite, então, reconhecer que o próprio linguista não possui a capacidade de se separar radicalmente de sua língua. Tal fato permite ainda colocar em evidência que, muitas vezes, o olhar do linguista pode não apreender todos os caminhos percorridos por um sujeito enunciador na produção de um enunciado. Dessa forma, na obra de Culioli (1999a; 1999b; 1999c) observamos o esforço do estudioso para criar representações que simulam a compreensão de enunciados bem formados, ou seja, que são aceitos pela maioria dos sujeitos enunciadorees em situação de enunciação. No entanto, as ocorrências que selecionamos para trabalhar não necessariamente se enquadram nos parâmetros de boa formação enunciativa e esse não enquadramento revela justamente a variedade de representações linguísticas que os alunos criam para adequar seus textos a um determinado modelo textual. Essas representações linguísticas colocam-nos diante de um universo

extremamente complexo e imprevisível, pois muitas das ocorrências de deslocamentos enunciativos presentes nas produções textuais geram efeitos que comprometem os textos dos alunos.

Enxergar tais ocorrências de deslocamentos enunciativos nas produções textuais apenas como um defeito de linguagem parece colocar em contradição não só os postulados teóricos ao qual nos vinculamos, mas também toda a história que a linguística construiu ao longo dos séculos. Nesse ponto, estamos nos referindo a um traço geral da linguística, que é forjar explicações racionais tanto para ocorrências linguísticas padronizadas quanto para ocorrências que rompem com a padronização linguística. Culioli (1999) deixa claro que não está interessado somente em ocorrências que possuem boa formação gramatical, e identificamos essa preocupação em sua distinção entre enunciado e frase:

A frase é definida por regras de boa formação que regem essencialmente uma relação predicativa; um enunciado é uma relação predicativa orientada em relação a um sistema de coordenadas enunciativas. As regras de boa formação enunciativa não são necessariamente idênticas às regras de boa formação de frase. (CULIOLI, 1999, p.129)

Partindo das considerações de Culioli (1999), percebemos que não é possível prescrever de modo absoluto as regras de boa formação gramatical de um enunciado. Percebemos, ainda, que essa distinção permite defender que não se deve separar sintaxe e semântica no quadro de estudos culioliano no qual o analista não pode confinar-se em uma norma, sem que isso signifique postular a inexistência da mesma. O analista, por seu turno, deve reconhecer que toda comunidade possui uma norma que permite determinados graus de estabilidade que podem ser tanto fundamentados por regras gramaticais quanto pelo imaginário dos falantes em relação à língua. O analista também possui essa representação, porém ele não deve criar limites imaginários para o problema. O limite ao qual referimo-nos é o da postura que apenas constata diferenças e tenta reparar erros que são gerados pela ampla variabilidade gerada na atividade de linguagem dos sujeitos enunciadoreis.

3.4 Tempo e tempo em Weinrich

A diferença que fazemos entre tempo das marcas linguísticas e Tempo pertencente às noções semânticas e enunciativas é similar à distinção presente em

Weinrich (1973) entre Tempo e tempo. Conforme sua terminologia existe uma homonímia, tanto em português quanto em francês, na palavra tempo. Isso significa que empregamos a palavra tempo, correntemente, tanto para designar um conjunto de formas linguísticas que exprimem o tempo, quanto para designar noções de Tempo fora da língua ou que remetem à linguagem.

Mesmo havendo a possibilidade de tal distinção entre tempo linguístico e Tempo não linguístico, não significa que a língua organize o tempo de forma homogênea. Conforme Weinrich (1968), seria mais profícuo para os estudos linguísticos mencionar os tempos no plural, pois não se pode eleger o verbo como o único elemento responsável por veicular as noções temporais.

Em sua discussão, Weinrich (1968; 1973) menciona como a filosofia e outras disciplinas, no decorrer da história, deram foco ao estudo do Tempo escolhendo como princípio organizador do mesmo a tripartição em passado, presente e futuro. Desse modo, pouco foi questionado sobre a correlação direta entre tempo e Tempo. Mesmo as línguas ocidentais, por estarem submetidas à dominância das gramáticas latinas, não se dispuseram a questionar essa exata tripartição do Tempo.

Weinrich (1968) mostra que a filosofia ocidental, desde longa data, submete o Tempo a uma organização gramático-poética. Em contraposição a um olhar clássico para o Tempo, há também estudiosos como Buffin (1925, *apud* Weinrich, 1968) que estudaram os tempos e o Tempo aliando aspecto e duração, tempo verbal e tempo especializado da civilização. O linguista citado por Weinrich é um estudioso que reconheceu que a tripartição do tempo pouco se ajusta ao modo em que o Tempo é representado pelas mais variadas línguas, e Weinrich (1968, p.19) exemplifica essa falta de ajuste com a língua alemã: “a peculiaridade do sistema dos tempos do alemão consiste em que estes se baseiam na diferenciação fundamental entre passado e não passado.”.

O estudo de Weinrich (1968) revela-nos a presença de uma não correspondência direta entre o Tempo e os tempos. Diante dessa não correspondência, coloca-se um questionamento importante para os estudos linguísticos: é necessário explicar o Tempo pelos tempos? Segundo esse autor, é importante inverter a questão abordando o problema do Tempo pelos tempos linguísticos.

CAPÍTULO IV. A ARTICULAÇÃO ENTRE O TEXTO E GRAMÁTICA NO ENSINO DE LÍNGUA

4 Reflexão sobre gramática, norma e ensino

No capítulo anterior, construímos as bases teóricas do trabalho. Neste capítulo, pretendemos fazer uma ponte entre a TOPE e o ensino e aprendizagem de língua materna. Iniciamos nossa discussão questionando o modo como a gramática é pensada e transposta para o contexto de ensino.

Os estudos linguísticos questionam frequentemente a padronização linguística presente nos quadros classificatórios da gramática normativa. Esse embate apresenta-se tanto no âmbito teórico quanto no prático: no primeiro caso, quando a linguística diverge de proposições teóricas da gramática; no segundo caso, quando questiona sua aplicação excessivamente normativa no ensino. Essa reação contrária à gramática se torna mais fervorosa ainda quando o contexto escolar repele a reflexão com a linguagem e transforma a gramática em um conjunto de regras cristalizadas e intocáveis. Com efeito, a crítica operada pela linguística para com a gramática mostra-se justa quando esta sofre a cristalização do conjunto de suas proposições lógico-filosóficas que, de certa forma, esconde um trabalho mais conceitual em sua origem. Por outro lado, a própria linguística também está sujeita a esse mesmo tipo de cristalização importando-nos, nesse contexto, uma reflexão que dialogue respeitosamente com o conteúdo conceitual que a gramática e a linguística apresentam.

Tal postura implica reconhecer interferências que o pensamento gramatical sofre da linguística e vice-versa. Já a prática, portanto, pode ser criticada por se revestir excessivamente de regras gramaticais, influenciadas em maior ou menor grau por reflexões linguísticas que excluem a atividade com a linguagem. Desse modo, questionamos a padronização linguística presente tanto na gramática nocional quanto nas linguísticas descritivas, e esse embate se justifica ao concebermos a linguagem como uma atividade de produção de significação que não impede que se reconheçam convergências e intuições fortuitas no domínio conceitual da gramática nocional e em algumas proposições da linguística descritiva.

É pertinente afirmarmos também que as discussões originárias que sustentam as inúmeras gramáticas técnicas e escolares advêm de um contexto de trato mais filosófico-reflexivo, fruto de uma tradição de estudos milenar que buscava revelar a

ampla questão da relação do homem e do mundo. A sinuosidade de tal embate passa, indiscutivelmente, pelo problema dos signos linguísticos, pois é por meio destes que, segundo a filosofia helênica, o homem é capaz de revelar as coisas do mundo. A percepção de que os sons produzidos pelos homens podem ser representados graficamente e, ainda, que tal representação pode adquirir uma linguagem mais sofisticada, que é a representação da representação (a metalinguagem), expõe o refinamento do conhecimento humano. Basta, entretanto, consultarmos inúmeros autores²⁶ que se preocupam com a linguagem humana (filósofos, gramáticos, linguistas, matemáticos, lógicos, sociólogos, entre outros) para verificarmos um aumento exponencial na complexidade dos problemas e dos inúmeros enfoques epistemológicos e metodológicos empreendidos.

Esse aumento de complexidade deve-se tanto à permanência para as sociedades posteriores das discussões do pensamento clássico quanto ao surgimento de outras propostas de compreensão de mundo. Uma delas, fundamental na constituição dos estudos sobre a linguagem, é a sujeição à cientificidade²⁷ calcada na revolução operada por Descartes com *o Discurso do Método*. A passagem do teocentrismo ao antropocentrismo é muito bem ilustrada pela máxima descartiana: “penso logo existo”. A proposta de Descartes carrega uma mudança de paradigma: não mais o indivíduo mostra-se passivo diante da vontade de um ser supremo; pelo contrário, é ele que, ao ganhar forças novas, pode compreender e atuar no mundo que o circunda. Portanto, as discussões sobre linguagem, reorganizam-se na órbita da objetividade, do método bem construído que permite mapear os conhecimentos, moldar a natureza.

Podemos afirmar que essa mudança de paradigma é estendida para o contexto escolar por meio do pensamento linguístico ancorado nas tendências positivistas. Com efeito, não é difícil encontrar nas gramáticas escolares autores como Vossler, Stendhall, Saussure, Bally, Jakobson convivendo em uma mesma obra. Autores cujos modos de se relacionarem mais ou menos entre si variam conforme suas apropriações dos pensamentos vigentes em suas épocas. E dentre as inúmeras gramáticas há ainda aquelas que se situam também no pensamento grego, cujo expoente é ilustrado pela Gramática de Port-Royal.

²⁶ Autores situados mais ou menos próximos de um divisor de águas: Humboldt. Este último identificado por Bakhtin como sendo um dos mais influentes pensadores sobre a questão da linguagem.

²⁷ Identificadas por Bakhtin como objetivismo abstrato.

Diante das diferentes concepções de gramática e linguagem, parece, portanto, que o ensino se revestiu de normas e descrições, expelindo a reflexão sobre a linguagem e, mais importante ainda, o trabalho com a mesma. Desse modo, não é um equívoco afirmar que tanto a linguística quanto a gramática normativa acabam apresentando o mesmo problema: o descompasso entre teoria e prática. Tal descompasso se instaura na apropriação descontrolada de inúmeros recortes teóricos que possuem sentido apenas no domínio em que se inserem.

Tendo em vista esse turbilhão de estudos sobre a linguagem, que Culioli, de modo perspicaz, qualifica como proliferação de pensamentos e descrições, não é uma tarefa fácil dialogar com a prática. No que diz respeito à prática, limitamo-nos a opinar sobre o ensino de produção e interpretação de textos no qual identificamos um contexto de ensino prenhe de problemas sociais, políticos e conceituais que ressoam tanto nas produções textuais dos alunos quanto nas concepções que os professores têm sobre o ensino. Assim, acreditamos ser no diálogo entre professor e aluno (e aluno e professor), muitas vezes por meio de textos, que se situa o aprendizado. A gramática parece desfigurar tal diálogo e apagar as contradições inerentes ao processo de aprendizado dos sujeitos que veiculam, por sua vez, sentidos mais ou menos estáveis pelos arranjos léxico-gramaticais presentes nas produções textuais.

Por outro lado, a gramática ainda está presente e parece se sustentar na ilusão de fixidez que ela gera. É extremamente comum no ensino a separação entre as disciplinas de gramática e produção de texto. Além disso, a gramática se reforça por meio do Estado, que a eleva a um documento garantidor da unidade nacional.

Desse modo, sendo a linguagem a faculdade humana por excelência, seria suficiente o estudo e a classificação das formas linguísticas para tratar da complexidade da relação homem e mundo? Essa questão incita-nos a julgar que a gramática tradicional imobiliza um estado de língua e é útil enquanto nos dá um panorama de seu funcionamento sistêmico. Além disso, a lógica de base aristotélica amarra a reflexão gramatical a testes de verdade e falsidade. Por isso a gramática se cristalizou como uma arte com fins definidos e úteis aos discursos que prezam pela clareza e pela racionalidade. Mas ao submetermos esta arte sob análise, verificamos que ela é um construto do pensamento aristotélico e está, portanto, pautada em suas categorias de pensamento. Como foi apontado por Benveniste (2005), Aristóteles (*apud* Benveniste, 2005) julgava ter encontrado a base do pensamento nas formas linguísticas, entretanto, o que realmente encontrou foram categorias de língua fundamentais na língua em que

ele pensava, por exemplo: A substância; ou quanto; ou qual; ou relativamente a que; ou onde; quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer. Todas essas categorias se ligam à substância de algum objeto no mundo, ou seja, o substantivo é a categoria linguística âncora da predicação na qual se adjungem as qualidades, quantidades, processos e ações.

Tudo o que se afasta dessa relação direta entre língua e mundo tende a ser considerado um desvio pela filosofia aristotélica. Como afirma Benveniste (2005), Aristóteles parte da língua grega para encontrar suas categorias fundamentais que se separam umas das outras perfeitamente. Obviamente tal categorização esbarra em certas dificuldades que o próprio Aristóteles encontra ao tentar separar os verbos perfeitos e médios em grego. Conforme Benveniste:

Há, de fato, entre o perfeito e o médio gregos, diversas relações ao mesmo tempo formais e funcionais, que, herdadas do indo-europeu, formaram um sistema complexo; por exemplo, uma forma *γέγονα*, perfeito ativo, faz par com o presente médio *γίγνομαι*. Essas relações criaram inúmeras dificuldades para os gramáticos gregos da escola estóica: ora definiram o perfeito como um tempo distinto – o *παρὰχρῆμενος* ou o *τέλειος*; ora o alinharam com o médio na classe chamada *μεσότης*, intermediária entre o ativo e o passivo. É certo, em todo caso, que o perfeito não se insere no sistema temporal do grego e permanece à parte, indicando, conforme o caso, um modo de temporalidade ou uma maneira de ser do sujeito. A esse título, concebe-se, tendo em vista o número de noções que só se exprimem em grego sob forma do perfeito, que Aristóteles o tenha tornado num modo específico do ser, o estado (ou *habitus*) do sujeito. (BENVENISTE, 2005, p.75)

Benveniste nota que Aristóteles, no intuito de adequar a análise linguística ao conceito de essência (substância), acaba dando primazia para o conceito do “ser” expresso na língua grega.

A disposição de todas as tábuas de categorias na gramática nocional revela o esforço de separar os atributos dos objetos, de um lado, e o extralinguístico, de outro. Mas o que acaba possibilitando essa categorização é a própria língua.

Um caminho produtivo para estudar ocorrências que não exprimem a padronização esperada pela escola é colocar em cena a atividade epilinguística.

4.1 A centralidade da atividade epilinguística para o ensino de língua

A linguística enunciativa de Culioli (1990; 1999a; 1999b) não toca diretamente no problema da criatividade, porém isso não impede a visualização dessa questão quando o autor refere-se à linguagem. O trabalho de Rezende (2006) é um ponto de

partida para se pensar em que ponto a concepção enunciativa de Culioli (1990) revela preocupação com o fazer criativo da linguagem.

Rezende (2008) expõe duas preocupações centrais: de um lado, a dimensão teórico-prática alicerçada pelos pressupostos teóricos e metodológicos da TOPE de Culioli (1990), e, de outro, a dimensão do ensino de língua materna. O diálogo entre essas dimensões nasce de um deslocamento, empreendido por Rezende (2012, 2006), do grande projeto culioliano de estudar a linguagem por meio das línguas naturais. Constata-se como motivo desse deslocamento a percepção de que a corrente teórica culioliana permite o vislumbre, através de um sistema de representação metalinguístico, da atividade de linguagem. A necessidade de garantir a visibilidade da linguagem obriga o linguista a se deslocar continuamente entre polos estáveis e instáveis. Isso garante que a dimensão teórico-prática²⁸ seja constitutiva do próprio modelo culioliano, visto que a TOPE é uma teoria da prática (REZENDE, 2008).

O fator que permite essa visibilidade da linguagem - este objeto defeituoso²⁹ - é a possibilidade de teorizá-lo. Desse modo, duas questões são centrais para o modelo teórico em questão: como trabalhar a variação infinita de representações por meio de um discurso homogêneo? Como garantir que esse discurso não resulte em uma nova categorização, perdendo de foco o processo, o trabalho de significação posto em movimento por todo falante em situação de enunciação? Essas questões do âmbito linguístico parecem apontar para um caminho produtivo, desenvolvido por Rezende (2000) em seu percurso acadêmico, para se propor mudanças nas práticas de ensino de língua portuguesa ao permitir que a variação, sustentada pelo empírico, seja (re) pensada em um processo contínuo.

Ao discutir o papel da atividade epilinguística no ensino, Rezende (2008) retoma os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs –, afirmando que o objetivo central do ensino de língua portuguesa é a produção de textos orais e escritos. Segundo Rezende (op.cit.), o ensino de gramática será mais produtivo se servir a este grande objetivo. No entanto, tem-se constado um problema recorrente nas produções textuais dos alunos; a saber, o problema da artificialidade e da padronização dos textos produzidos em ambiente escolar. O problema em questão tem impellido os pesquisadores a proporem inúmeras soluções, dentre elas a tentativa de trazer a realidade do aluno para o contexto

²⁸ Teórico-prático no sentido de que a TOPE necessita da dimensão prática (literalmente o bloco gráfico ou sonoro que os sujeitos enunciam) para calcular teoricamente o modo como se dá a atividade epilinguística ou a atividade de representação, referenciação e regulação.

²⁹ Nos termos de Culioli (1991).

de ensino de língua materna. Rezende (2008) apresenta algumas ressalvas diante dessa proposta, que de certa forma ilustra a postura de teorias linguísticas que segmentam a língua da linguagem, no sentido com que a concebe Culioli, e tais ressalvas afloram diante do questionamento, motivado pelo modo como a autora concebe as questões de linguagem, da polarização de um dos lados do problema, significando que não há na sala de aula só a dimensão do aluno, mas também a dimensão do professor. Um modo de abordar essa tensão seria dialogar com essas identidades em construção e não anular a identidade do professor em benefício da identidade do aluno ou vice-versa. O espaço de sala de aula, diante desse ponto de vista, não está pronto, pois ele traz em si o que a autora referencia como *ambiguidade constitutiva*. Assim, a sala de aula é um espaço no qual as identidades estão sempre em construção, espaço, portanto, onde impera a variação radical de experiências.

A variação radical de experiências revela que os sujeitos desenvolvem inúmeras habilidades linguísticas - principalmente habilidades orais - fora do ambiente escolar, as quais não necessitam de nenhum aparato teórico-explicativo. Tendo em vista o ambiente natural, Rezende (2008) insere a seguinte questão: como desenvolver um ensino de produção de texto autêntico diante de um rival tão forte quanto o ambiente natural? A autora, ao opor ambiente natural e escola, quer mostrar que a escola tem se revestido de uma artificialidade geradora de um descompasso entre a instituição e os indivíduos que a compõem. De maneira mais precisa, a escola se transformou em um espaço no qual as práticas de ensino destituem-se da responsabilidade formativa em prol de uma prática instrumental. No caso do ensino de língua materna, verifica-se esse problema geral num paradoxo: enquanto as orientações do PCN postulam que o aluno deve dominar a habilidade de produzir textos orais e escritos, há, ao mesmo tempo, uma separação, na organização curricular das instituições, das disciplinas de gramática e produção textual. Soma-se a essa situação conflituosa uma verdadeira proliferação de teorias linguísticas transpostas de seus domínios teóricos para o ambiente escolar. No contexto defendido por Rezende (op.cit.) percebe-se que a TOPE relacionar-se-ia melhor com um ensino que colocasse em pauta a preocupação com o projeto de vida dos alunos. Dessa forma, é proposto que o objetivo do ensino de produção e interpretação textual é “ensinar o aluno a pensar o seu pensar”. A atividade epilinguística é a porta de entrada para esse processo, pois se pauta nos mecanismos de parafraseagem e desambiguação que devem estar presentes no ambiente escolar. Isso permitiria ao aluno sempre buscar uma adequação ao cenário psicossociológico dos textos.

O termo epilinguístico nasce na Teoria linguística de Culioli, a grande contribuição desse termo é que ele mostra a linguagem como uma atividade sempre em construção, sustentada pela parafrase e pela desambiguação. Além disso, a atividade epilinguística é uma atividade metalinguística inconsciente³⁰ de atribuição de sentidos às sequências léxico-gramaticais produzidas na enunciação. A palavra inconsciente, embora Rezende (2008) não toque neste assunto, remete a um elemento já vivenciado pela psicanálise freudiana: a tentativa de acessar o inconsciente por meio das representações linguísticas alicerçadas pela linguagem. Freud iniciou sua prática observando prioritariamente atos falhos, lapsos, sonhos, etc. Todos esses elementos se ligam, de alguma forma, a um mecanismo inconsciente, fundados em uma atividade de representação mental veiculados pelas formas linguísticas. De alguma forma, talvez haja similaridade entre o trabalho do psicanalista e o do linguista quando os dois tentam dar visibilidade à linguagem mediante objetivos diferentes. No caso do linguista, a atividade epilinguística é fundamental para tornar visíveis núcleos invariantes que sustentam a variação radical de formas linguísticas. Culioli, em passagens muito curtas nos textos *Théorie du langage et théorie des langues* e *La formalisation en Linguistique*, faz apelo a algumas passagens de textos de Freud³¹. Em ambos os textos pode-se inferir que a enunciação não é um processo legitimado pelo ato de colocar a língua em funcionamento, conforme a concebia Benveniste (2005; 2006); mas sim um processo de constituição incessante do próprio sujeito que esbarra em áreas fronteiriças, identidades em conflito, instabilidades difíceis de precisar quando se coloca em relação linguagem e línguas naturais.

A desambiguação e a parafrase, por exemplo, são mecanismos essenciais para que um mesmo enunciado seja manipulado e apreendido pelos sujeitos enunciadores. Tornar esses processos mais conscientes seria de grande valia para o aluno, pois possibilitaria a ênfase na necessidade do sujeito se equilibrar a todo o momento em face do outro e de si mesmo. Rezende (2008), ao afirmar que o sujeito se

³⁰ Rezende (2008, 2006) utiliza em seus textos pré-consciente e inconsciente. Acreditamos que o conceito de atividade epilinguística pode ter alguma relação com o processo de conflito dinâmico entre Id, o Ego e o Superego. O que incita-nos a retomar essa relação é a referência de Culioli a Freud (apud Culioli, 1999a), quando o primeiro mostra o funcionamento em forma de espiral entre a experiência do sujeito e o uso das formas linguísticas. A forma espiralada mostra o eterno conflito do sujeito constituído pelo eterno diálogo entre as dimensões subjetiva e objetiva, que se mostra marcado nas formas linguísticas. O espiral e os operadores lógicos-formais de Culioli (1999a) são uma tentativa de formalizar o funcionamento complexo da linguagem.

³¹ Os textos *O homem dos ratos* e *A negação*.

encontra no céu e no inferno ao mesmo tempo, enfatiza que ele é singular, mas essa singularidade tem um preço e deve ser conquistada dialogicamente.

Após mostrar a base teórica da atividade epilinguística, Rezende esboça a imagem de uma predominância do ensino instrumental na educação brasileira. Esse tipo de organização institucional restringe o trabalho epilinguístico, pois conta com um aluno que possui um projeto de vida constituído, de modo que aquele aluno que não possui um projeto de vida está fadado ao fracasso. Por isso, a autora defende que a língua apócrifa, do outro, dos documentos oficiais, da bula de remédio e sem ambiguidades, deve ser o resultado da função lúdica da linguagem, ou seja, do ato de usar a linguagem para a produção de significação.

A questão que se coloca para o ensino é como tornar os alunos produtores de textos? Como fazer com que esses textos se enquadrem na modalidade de língua instituída e ao mesmo tempo tragam as marcas da apropriação do cenário psicossociológico?. Se o sujeito não reconhecer a existência em seu interior de uma “cisão original”, a qual o impele à busca do outro, e se ele não reconhecer também que este outro também possui essa cisão, ele não saberá ser criativo.

Tanto para Rezende (2006) quanto para Franchi (2006), a criatividade assume um contorno diferente. A criatividade não é apenas o comportamento divergente ou o ápice de uma criação artística humana, mas sim a capacidade de descoberta e redescoberta de conhecimentos ou sentidos já inseridos no eixo histórico. Assim, é necessário postular a existência de um ponto de origem, de certa forma ficcional, que garante a apropriação dos sujeitos, por exemplo, da língua inserida na história como se fosse nova. Quando, por exemplo, lê-se um romance os sujeitos podem atingir leituras que não necessariamente satisfaçam a crítica especializada; no entanto, nada o impede de retrair a leitura da crítica especializada e, portanto, atingir a língua do outro. O trabalho importante encontra-se no movimento entre esses lugares. Como afirma Moraes (1996) a respeito do prazer da leitura:

Perguntemos antes se, em nome do sacrossanto princípio da compreensão, devemos matar o prazer na origem. Devemos realmente exigir da criança que compreenda – à nossa maneira – o texto que lê, antes de sentir prazer na leitura? Se ela compreende o texto de maneira diferente da nossa, não é necessariamente porque se engana ao decodificar os signos gráficos, mas, muitas vezes, porque as palavras lidas ativam um universo mental, conhecimentos e processos que não correspondem exatamente aos nossos. (MORAIS,1996, p.14)

Por esse motivo, a criatividade pode ser encarada também como a capacidade de novas apropriações por parte de um dado sujeito. Desse modo, ser criativo não significa estar apenas no ponto flagrante de uma criação artística ou estética.

Para concluir seu texto, Rezende expõe um pequeno poema de Meireles no qual mostra como trabalhar com um texto de acordo com a atividade epilinguística (MEIRELES *apud* REZENDE, 2008, p.104):

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
— Em que espelho ficou perdida
a minha face?

A autora mostra, basicamente, que há um cenário enunciativo que garante algumas coordenadas para a leitura e compreensão do texto. A base invariante é a ancoragem de noções linguísticas em um sistema de referência espaço-temporal, que deverá sofrer a regulação por parte de um co-enunciador. O linguista deve manipular essas operações de linguagem subjacentes às formas linguísticas e fazer com que elas aflorem por meio de um cálculo formal. Essa formalização não é uma nova categorização, pois o texto tem sua própria gramática devido às operações de localização entre as sequências léxico-gramaticais. A manipulação parafrástica da primeira estrofe do poema acima revela que a noção em jogo agrupa os seguintes enunciados <eu tenho um rosto calmo, triste e magro, hoje> e <antigamente eu tinha um rosto, não calmo, não triste e não magro>. A negação é responsável por ancorar em um mesmo domínio nocional o exterior e o interior de uma noção, assim, o enunciador, ao afirmar “não calmo”, necessariamente traz o seu complementar calmo, conforme P e P'. Os segmentos linguísticos, a seguir, encontram-se em confronto: *o rosto que tenho hoje* arrasta *o rosto que tinha*. Assim, pela interação entre relações enunciativas e temporais, pode-se retrair o cenário enunciativo em questão. Rezende (2008) mostra que existem dois tempos e duas posições do sujeito. Então, S1 e T1 para *o rosto que tenho hoje* e S2 e T2 para *o rosto que tinha*. Logo, S0=S1=S2 e T0=T1≠T2. Isso representa o

movimento dialógico do texto entre o presente e o passado. Para terminar a proposta de atividade epilinguística, Rezende orienta que se houver, por parte do professor, o incentivo de se modificar esse cenário enunciativo, então essa mudança afetará a parte lexical (nocional) do texto.

Esse tipo de exercício é interessante ao ensino porque mostra sentidos próximos que devem ser trabalhados na busca de um ajustamento enunciativo. Dessa forma, o exercício trabalha o diálogo entre processos generalizáveis e específicos inerentes a todos os seres humanos.

4.2 A questão do erro e da criatividade no contexto de ensino e aprendizagem

Rezende (2006) e Franchi (2006) mostram que há espaço para se articular a noção de criatividade na linguagem a uma reflexão linguística. Tal articulação dá liberdade para se abordar questões importantes para o contexto de ensino e aprendizagem³² de produção e interpretação de textos.

Franchi (op.cit.) incita, em seu trabalho, que os professores considerem os textos dos alunos não apenas do ponto de vista da tradição gramatical, e ressalta que as interdições veementes às ocorrências de ambiguidade, pontuação, encadeamento, concordância etc. podem cegar o professor para o caráter significativo desses recursos na linguagem do cotidiano e, também, na linguagem poética.

Seu encoraja-nos a imaginar uma contradição presente no contexto escolar: em que medida a lógica, alicerçada pela gramática normativa, não termina por desencorajar a leitura e a compreensão de textos que rompem com o padrão de língua idealizado? Iterar a simetria que existe entre linguagem e pensamento seria, então, contradizer a natural plasticidade da linguagem.

O nosso objetivo geral, portanto, é trazer contribuições para uma reflexão que está situada na ordem da linguagem. Para a TOPE, a linguagem é encarada como uma atividade de produção de sentidos, sendo os sentidos considerados como interiores ao próprio texto.

Colocar o sentido como um dado gerado pelo material verbal ou gráfico aponta para a centralidade do conceito de paráfrase. A paráfrase, na acepção culioliana, deve ser tomada como a extensão de uma capacidade naturalmente humana: a atividade

³² Conforme as discussões presentes em Rezende (2010; 2008) e Franchi (2006).

epilinguística. Os diversos arranjos léxico-gramaticais revelam um elemento invariante: a capacidade de fazer as palavras circularem sobre si mesmas. Essa labilidade da linguagem se dá pela sua capacidade de deformação³³. Assim, a paráfrase não se resume a dizer a mesma coisa por outras palavras. Outras palavras conduzem os sentidos próximos a se tornarem sentidos totalmente diferentes.

A discussão de Rezende (2008) sobre a atividade epilinguística permite que o fracasso, o lapso, o erro sejam tão importantes quanto o sucesso das representações linguísticas. Será que quando a ambiguidade textual ressalta o valor de uma representação linguística ela pode ser vista como um fracasso?

Dentro do objetivo geral preconizado pela TOPE, inserimos um questionamento que toma como centro uma discussão sobre a organização enunciativa do tempo em produções textuais de vestibular. Essa discussão leva-nos a retomar o problema que se situa na difícil relação entre gramática e o texto. Um dos desafios do ensino é propor caminhos para se abordar tal relação.

A dificuldade da relação entre texto e gramática tem origem histórica. A tradição gramatical quebra a língua em níveis morfológicos, morfossintáticos, frasais, oracionais etc. A partir desses níveis, há uma nova categorização das palavras em, por exemplo, prefixos e sufixos; na sintaxe, em sujeito e predicado; na morfossintaxe estudam-se as conjunções coordenadas, conjunções subordinadas, os verbos como palavras responsáveis por fazer a ponte entre os termos da oração etc. Essa tradição preocupa-se com a clareza, a precisão e, geralmente, não permite que os alunos vejam a capacidade que a linguagem oferece quando não separamos forma e sentido.

Dialogamos com uma questão ampla e almejamos abordá-la a partir de produções textuais de vestibular, textos dissertativos que são vistos como o pináculo da tradição gramatical. Por outro lado, devemos dar crédito a inúmeros trabalhos dentro da linguística que têm se preocupado em reorientar diversos estereótipos que o texto dissertativo traz e podemos apontar, como mérito desses estudos, o esforço em afirmar que a argumentação não é propriedade do texto dissertativo.

O texto dissertativo arrasta como parâmetro de validação a presença da argumentação. Um fator fundamental para a constituição da argumentação dissertativa localiza-se na longa tradição grega de estudo das partes do discurso e da retórica. No

³³ Não no sentido negativo de aberração, deformidade e deturpação, mas sim no sentido de algo que muda ou perde sua forma original. Para compreender melhor esse conceito podemos retomar a metáfora do polvo presente em Culioli (1999b): o polvo possui um centro, representado pela cabeça, e os tentáculos movem-se produzindo inúmeras formas.

contexto tradicional grego, a dissertação adquiriu uma determinação que levou à constituição de verdadeiros modelos de aplicação da retórica, e a necessidade de sua aplicação na vida prática dependia da articulação das partes do discurso (gramática) a uma situação específica de uso.

Os elementos históricos responsáveis pela constituição de uma dissertação clara e coesa mantiveram-se ao longo da história. A dissertação trouxe consigo também um modo de valorização da linguagem ligado ao raciocínio de modo que o fascínio pelo discurso racional está presente também na concepção de linguagem tradicional para a qual a linguagem é a expressão do pensamento.

Todo esse movimento histórico que atravessa o texto dissertativo garante sua identidade e apresenta a parcela de verdade de quais elementos um texto ideal deve possuir. Por outro lado, a recorrência excessiva dessas características centrais da dissertação gerou um engessamento do modelo dissertativo, e aplicação excessiva de modelos, como os que são encontrados nos inúmeros tratados gramaticais e livros didáticos, transformou a produção textual em um exercício mecânico de reprodução de regras.

Diante dessa situação complexa, a contribuição que almejamos trazer para o tema instaura-se na seguinte problemática: seria possível afirmar que textos dissertativos qualificados como abaixo da média pelas principais instituições públicas de ensino superior do país, não apresentam nenhum traço criativo? Ou melhor, não haveria ocorrências que se situam em um espaço fronteiro entre o criativo e o não criativo?

Essas duas questões revelam a contribuição que a TOPE tem a oferecer. Observar o produto, ou seja, o texto, como traços de operações de linguagem cujo acesso nos é ofertado pelas marcas linguísticas preza, segundo o quadro enunciativo culioliano, pela não assunção de parâmetros de valores cristalizados.

O espaço de aplicação da dissertação mudou e, conseqüentemente, o caráter prático desse tipo de texto também. Mas isso não significa que não seja possível identificar nesse terreno questões de linguagem que são flagrantes para o ensino e aprendizagem de língua. Assim, nosso trabalho situa-se em um contexto que preza pela desmontagem das ocorrências selecionadas com o intuito de visualizar o processo de geração³⁴ de sentidos.

³⁴ Geração no sentido dos processos de montagem e desmontagem de enunciados ofertados pelo referencial teórico culioliano.

No contexto de ensino, a percepção que possuímos em relação aos deslocamentos enunciativos em textos literários, jornalísticos e até mesmo em textos científicos pauta-se em lugares socialmente estabilizados, que de alguma forma passaram pela regulação de outros sujeitos. Nossa intenção de recontextualizar as noções de erro e criatividade surge na ideia de que é possível recuperar momentos nos textos dos alunos que revelem tentativas de apropriação de uma determinada discussão. O que caracteriza o estilo instaura-se mediante inúmeras marcas linguísticas, as quais podem subverter mais ou menos os padrões gramaticais e semânticos de um texto. No caso da dissertação, poderíamos dizer que o que marca sua distinção enquanto gênero do discurso é a ausência das marcas de subjetividade. No entanto, paradoxalmente, exige-se do autor do texto, principalmente em avaliações de vestibular, um posicionamento crítico e, portanto, uma proposta criativa na articulação e desenvolvimento do problema suscitado pelas coletâneas.

No interior das inúmeras dissertações, conforme o trabalho de Onofre (2003b), podemos observar que a ausência de subjetividade, marcada pela impessoalidade no plano enunciativo, e a presença da subjetividade, marcada pela presença explícita das marcas de pessoalidade, não garantem a inserção dos textos nos padrões esperados pelo vestibular. Por isso defendemos, com base em Onofre (2003b), que a polarização entre a subjetividade e a objetividade não é caminho para se propor o refinamento das produções textuais operadas pelos alunos.

Outras correntes teóricas³⁵ que levam em conta o discurso expõem muito bem a complexidade encontrada na questão dos gêneros. O dilema é mobilizado pelo fato de que não são somente as marcas linguísticas são responsáveis por constituir o gênero, mas constituem igualmente seu meio de veiculação na sociedade.

Podemos recuperar uma síntese dessa problemática de modo detalhado em Schneuwly (1994). O autor afirma que o gênero possui uma dimensão estável gerada pelas interações sociais, dimensão estável comparável a um instrumento. Para sustentar sua posição, o autor pauta-se em uma relação tripolar na qual o instrumento deve sofrer uma dada apropriação por parte de quem o utiliza:

[...] Na perspectiva do interacionismo social, a atividade é necessariamente concebida como tripolar: a ação é mediada por objetos específicos, socialmente elaborados, frutos das experiências das gerações precedentes, através dos quais se transmitem e se alargam as experiências possíveis. Os instrumentos encontram-se entre o indivíduo que age e o objeto sobre o qual

³⁵ Correntes teóricas com postulados diferentes da TOPE.

ou a situação na qual ele age: eles determinam seu comportamento, guiam-no, afinam e diferenciam sua percepção da situação na qual ele é levado agir. [...] (SCHNEUWLY, 1994, grifo nosso, p.21)

A comparação do gênero a um instrumento pode parecer insuficiente diante da natureza peculiar que, conforme o termo de Schneuwly (op.cit.), o *instrumento semiótico complexo* evoca. Por esse motivo o autor desloca a noção de instrumento:

A analogia com a situação descrita, de um ponto de vista mais geral, para o instrumento salta aqui aos olhos, mas deve ser completada e desenvolvida: há visivelmente um sujeito, o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar/escrever), numa situação definida por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento que aqui é um gênero, um instrumento semiótico complexo, isto é, uma forma de linguagem prescritiva, que permite, a um só tempo, a produção e a compreensão de textos (SCHNEUWLY, 1994, p. 23-24).

Dessa forma, Schneuwly (op.cit.) mostra que o gênero configura-se como um objeto estável e disponível à apropriação dos sujeitos, mas essa característica determinista esconde outra problemática: a da adaptação do gênero à situação. Schneuwly conclui que o gênero instaura esquemas de utilização gerais que devem ser dominados pelos sujeitos ao mesmo tempo em que deve haver a adaptação desses esquemas a uma situação determinada. Assim, o autor reforça seu argumento afirmando que para escrever um romance é necessário ter, no mínimo, um conhecimento parcial de como funciona o gênero, do mesmo modo que é necessário o conhecimento e o controle do machado para cortar uma árvore. Nesse sentido, “[...] A ação discursiva é, portanto, ao menos parcialmente, prefigurada pelos meios. O conhecimento e a concepção da realidade estão parcialmente contidos nos meios para agir sobre ela [...]” (SCHNEUWLY, 1994, p.25).

Embora seja inegável a presença de uma estabilidade no gênero, a reflexão de Schneuwly também chama atenção para o fato de que os *gêneros primários e secundários*³⁶ seriam distinguidos por uma definição em que o *primário* mobilizaria contextos imediatos e, o *secundário*, contextos mediatos. Nesse ponto, a discussão dos gêneros coloca uma dificuldade, presente em inúmeras reflexões linguísticas, que diz respeito à tentativa de se distinguir duas dimensões indissociáveis por meio de paradigmas. Por um lado, reconhece-se a necessidade de articulação entre dois

³⁶ Conforme a nomenclatura de Bakhtin.

domínios; por outro, tenta-se definir as particularidades de cada um. Scheneuwly afirma:

Numa primeira aproximação, podem-se definir, ao contrário, os gêneros secundários como não controlados diretamente pela situação (o que, evidentemente, não significa descontextualizados, como pretendem certos enfoques psicológicos, mas apenas sem contexto imediato; ver a respeito, os comentários muito pertinentes de Brossard no prelo); como funcionando psicologicamente por entidades mais separadas; como necessitando de outros mecanismos de controle mais potentes. (SCHNEUWLY, 1994, p.27)

O enfoque teórico ao qual nos filiamos não toca na questão dos gêneros e nos leva a recusar a tentativa de afirmar a existência de níveis que possuam contextos mais mediatos ou menos mediatos. Isso, porém, não nos impede de reconhecer a complexidade do tema dos gêneros e, além disso, de afirmar que não podemos dar conta de todas as questões que envolvem a relação entre a língua e a sociedade. O intuito de Culioli ao recusar desarticulações entre língua e linguagem, porém, permite misturar, transformar conscientemente, contextos mediatos em contextos imediatos pelos mecanismos de parafraseagem e desambiguação.

Levando em consideração a capacidade de transformar os textos pela atividade epilinguística, selecionamos inúmeras ocorrências que colocam em confluência diversos planos temporais. A partir da identificação de tais planos, buscamos retrazar caminhos que os textos mobilizam a partir da localização de diversos instantes temporais. A partir de análise, defendemos que explorar o processo de constituição do texto permite visualizar um trabalho criativo do aluno e não apenas desvios da norma instituída.

CAPÍTULO V. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS JOGOS ENUNCIATIVOS TEMPORAIS EM PRODUÇÕES TEXTUAIS DE VESTIBULAR

5 Análise do *Corpus*

O *corpus* é composto por 200 produções textuais de vestibular da *Vunesp* e da *Comvest*, textos dissertativos no interior dos quais buscamos inúmeras ocorrências de confluências de planos temporais. Das 200 produções textuais selecionadas extraímos 22 ocorrências de deslocamentos enunciativos de tempo. A partir dessas 22 ocorrências, selecionamos duas ocorrências representativas em que as noções temporais permitem a visualização dos possíveis argumentos dos textos dos alunos.

A busca pelas ocorrências foi orientada pela identificação das noções de concomitância e consecução em relação ao momento zero da enunciação (Sit0).

Além dos textos dissertativos, compusemos nosso *corpus* com oito ocorrências de confluências de planos temporais em textos literários e uma ocorrência de deslocamentos enunciativos de tempo de uma produção textual de ensino fundamental.

O foco de nossa análise é demonstrar que as confluências de planos temporais, classicamente vistas como exceção ou defeito, revelam um trabalho de construção que envolve um conjunto de operações enunciativas. Essas operações revelam que a criatividade é constitutiva da linguagem. Nosso trabalho, portanto, almeja chamar atenção para que essas ocorrências sejam explicitadas e trabalhadas no contexto de ensino e aprendizagem de produção e interpretação de textos.

A busca pelos cenários enunciativos direcionou nossa atenção a explicar a presença dos deslocamentos enunciativos a partir dos jogos léxico-gramaticais presentes no recorte que fizemos do *corpus*. Ao proceder dessa forma, escolhemos³⁷ discutir, manipulando as formas linguísticas, se determinada ocorrência causa estranhamento ou não. Para determinar essas noções simulamos a orientação do enunciado em relação à categoria de instantes linguísticos e, quando necessário, identificamos marcas aspecto-modais.

Para perseguir o objetivo geral de demonstrar como a criatividade é constitutiva da própria atividade de linguagem, fizemos uma divisão da análise em três momentos:

³⁷ Orientados pela hipótese presente na TOPE.

no primeiro momento mostramos uma análise de uma ocorrência que revela um exercício expositivo de quais operações enunciativas podemos encontrar em uma produção textual; no segundo momento, uma apresentação de duas ocorrências representativas de nosso *corpus* ressaltam quais marcas deflagram um deslocamento enunciativo de tempo; no terceiro momento reorganizamos as ocorrências e analisamos com mais detalhe algumas ocorrências de deslocamentos enunciativos de tempo em textos literários e uma produção textual de ensino fundamental.

5.1 Percurso de constituição da análise

Para construir nosso referencial de análise, necessitamos de expor as operações fundamentais que o quadro da TOPE oferece. Essas operações são generalizações criadas por Culioli (1999a), situando-se no âmbito metalinguístico da teoria.

Podemos iniciar a exposição a partir das relações primitiva, predicativa e enunciativa. Essas relações revelam o resultado de uma representação formal³⁸ do modo de constituição dos enunciados.

O nível metalinguístico oferecido por Culioli (op.cit.) não está em uma relação termo a termo com os constituintes linguísticos. Todas as formalizações do estudioso oferecem uma síntese de problemas sintáticos e semânticos, sem a preocupação de estabelecer cortes entre as duas dimensões.

Em nosso trabalho, esforçamo-nos para trazer o cerne da discussão desse autor com o cuidado de não transpor diretamente as representações formais do estudioso para nossas análises. Ao proceder dessa maneira, apreendemos as ocorrências por meio da simulação parafrástica dos enunciados, tais simulações situam-se em um espaço híbrido entre a nossa atividade epilinguística pré-consciente e uma atividade parafrástica orientada pela TOPE e, portanto, metalinguística.

Nossas simulações acerca do *corpus* de pesquisa instauram três ordens de problemas: a ordem do verbal, a do linguagístico e a do linguístico. Esses problemas colocam o linguista em um domínio extremamente complexo e suscetível de interdisciplinaridade.

Na ordem do verbal, a linguagem é vista a partir do bloco sonoro que se dá na fonação e na audição, sendo os problemas da linguagem vistos sem nenhuma

³⁸ No sentido de uma representação metalinguística construída conscientemente pelo linguista.

preocupação teórica (REZENDE, 1989). No contexto em questão, trabalha-se com uma visão de língua ingênua.

Na ordem do linguagístico, leva-se em consideração a atividade de linguagem dos sujeitos em situação de enunciação. Enquanto na ordem do verbal não há nenhuma preocupação em se criar uma análise da totalidade do problema, na ordem do linguagístico pretende-se ver a língua e a linguagem de modo complexo, podendo ser a linguagem encarada de diversas maneiras como, por exemplo, capacidade dos seres humanos de elaborar símbolos a partir do material ofertado pelo extralinguístico, de abstração, de organização do pensamento, de organização psicológica e de organização sociológica (REZENDE, 1989). A passagem dos problemas da ordem do verbal para os da ordem do linguagístico, conseqüentemente, arrastam tudo o que pode ser relacionado ao que se reconhece como linguagem ou que se serve da linguagem de alguma maneira.

Essas operações de linguagem fazem-se visíveis com o auxílio de um sistema de representação metalinguístico que dá suporte ao analista para manipular o texto. Munido da sua subjetividade, o analista faz aflorar as operações postas em jogo pela enunciação através dos meta-operadores, forjados pelo sistema de representação metalinguístico culioliano, que servem de suporte para que o analista realize um cálculo dos elementos postos em causa pelos marcadores linguísticos.

A noção coloca em jogo um pacote de relações psico-físico-culturais que estão disponíveis à experiência do enunciador. O trabalho do analista resume-se, portanto, na explicitação da atividade linguagística e na busca de invariantes subjacentes às variáveis superficiais dos marcadores linguísticos.

Para ilustrar como uma noção materializa-se no texto, precisamos nos reportar inicialmente à léxis, representante direta de relações primitivas derivadas da noção.

A léxis é similar a um conteúdo proposicional e garante a união sintática e semântica do predicado presente em um dado fragmento de texto. Garante, assim, a plasticidade do enunciado e, ao mesmo tempo, sua identidade. A fórmula $\lambda \in \langle \text{Sit}2 (S2, T2) \in \text{Sit}1 (S1, T1) \in \text{Sit}0 (S0, T0) \rangle$ ilustra bem a relação entre um Sit³⁹ e uma léxis (CULIOLI, 1999a).

A léxis se desdobra em dois argumentos X e Y, por exemplo, unidos por um relator π . Essas relações podem sofrer alterações mediante sua localização em relação traço de orientação situacional, ou seja, um Sit. O Sit sempre dá suporte para qualquer

³⁹ Retornaremos ao Sit adiante.

predicação; no entanto, ele pode ser mais ou menos explicitado pelos marcadores linguísticos que veiculam as noções de pessoa e tempo, significando que não só os verbos marcam as orientações temporais presentes em um enunciado. Uma relação de consecução ou uma relação de concomitância não está, então, apenas no morfema do verbo, mas sim na relação que podemos estabelecer entre o morfema e as possíveis noções semânticas e temporais que as relações entre os enunciados deflagram.

A relação primitiva permite a visualização de propriedades fundamentais que atuam em uma relação predicativa. Para Culioli (1999a), uma relação primitiva configura-se como uma hipótese do funcionamento complexo de uma relação abstrata e geral entre um termo e outro termo.

O olhar para um constituinte linguístico apresenta um conjunto de combinações possíveis que se situam entre propriedades extralinguísticas e propriedades culturais. Para um dado enunciado, Culioli postula que há uma relação entre os termos e que os mesmos possuem uma orientação relativamente estável, estabilidade que, no entanto, não pode ser considerada absoluta, pois varia de cultura para cultura.

Em uma relação primitiva encontramos, então, um esquema de organização de uma léxis que deflagra uma dada orientação dos termos, pois podemos identificar um termo de partida, a origem e o objetivo da relação.

A predicação é o arranjo de uma léxis e, conseqüentemente, de uma relação primitiva sob a forma de uma relação predicativa. Nessa operação, verifica-se que dois termos serão postos em relação e um termo será eleito como ponto de partida em relação ao outro. Por exemplo, “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, “O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral”, “A descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral”. Nos três exemplos verifica-se um termo de origem sendo localizado em relação ao resto do enunciado construído. Logo,

Toda localização se resume em “identificar” e, então, extrair um objeto ou uma situação entre outras, e desse modo, construir a referência a um certo tipo em domínio determinado. Trata-se de estabelecer uma relação de diferenciação baseada na alteridade: aquilo que é, será preciso sempre considerá-lo em relação ao que é outro. (REZENDE, 2000, p.102)

A enunciação estabelece-se sobre a predicação. Esse conceito depende de um conjunto de parâmetros que definem a relação do sujeito do enunciado (S) e do sujeito enunciadador (\mathfrak{S}) e, por outro lado, do momento ao qual se refere o enunciado (T) e do momento da enunciação (\mathfrak{T}). Em um dado enunciado, essas referências serão validadas

conforme o ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que o mesmo supõe ser o a posição de seu interlocutor. Nessa operação, ganham grande importância as modalidades, pois estas representam a maneira como o sujeito enunciador encara um determinado conteúdo predicativo.

Há três tipos de modalidade na acepção de Culioli (1990), cuja descrição expomos aqui conforme o texto de Rezende (2000).

As chamadas *modalidades 1* são de asserção, de interrogação e de ênfase. Rezende postula que as *modalidades 1* são essenciais para a tematização (ou localização) que se apresenta no nível predicativo. Nas *modalidades 2* verificam-se os efeitos do necessário, do possível, do eventual e as da certeza, sendo a união desses dois níveis de modalidades resultante em enunciações que finalizarão “[...] sobre julgamentos universais (é necessário que...) ou sobre julgamentos estritamente localizados (é possível ou é provável que em certas circunstâncias...)” (REZENDE, 2000, p.105). As *modalidades 3* são responsáveis pelos efeitos de apreciação e de afetividade que se encontram centradas no sujeito enunciador, e os seus componentes são responsáveis por construir os efeitos de afastamento e aproximação nos jogos enunciativos.

O aspecto é o conceito responsável por revelar, em um dado enunciado, as operações de tempo e espaço. Tais operações são responsáveis por situar o enunciador em relação ao seu próprio discurso, em relação ao discurso do outro e em relação à percepção do tempo que se ancora no espaço. A união dessas características funda os jogos temporais e espaciais operados pelos sujeitos na atividade de linguagem.

Nosso interesse na questão do tempo, no interior da TOPE, torna importante a remissão ao problema da localização, problemas que pode ser responsável pela estabilização de diferentes noções.

Estamos preocupados em analisar quais operações enunciativas sustentam as confluências de planos enunciativos nas ocorrências selecionadas no *corpus*. A seguir demonstramos, com base em Campos e Xavier (1991), alguns conceitos fundamentais utilizados para identificar os planos temporais presentes nas produções textuais.

Conforme Campos e Xavier, na TOPE, predicar é equivalente a construir determinação. A determinação é gestada por uma série de operações de localização que incidem simultaneamente sobre a relação predicativa e sobre os jogos enunciativos. Na teoria culioliana, a operação de localização é responsável por gerar, assim, a

determinação entre os termos do enunciado. Dessa forma, a partir da relação entre dois termos, o segundo termo ganha uma determinação que não possuía antes.

Um elemento central para a construção da análise é identificar que, paralelamente às orientações predicativas, todo enunciado está orientado por uma situação enunciativa origem (Sit). O enunciado é resultado, portanto, de uma série de localizações abstratas que se organizam em torno de uma origem, notada na teoria como Sit₀. O Sit₀ agrupa o sujeito da enunciação (S₀) e o tempo da enunciação (T₀).

Podemos tomar como exemplo um enunciado extraído do *corpus* (Ocorrência x) para representar como a léxis, a relação predicativa e a enunciativa estão imbricadas:

No brasil (sic) e no mundo as práticas [agrícolas] estão intensificando-se e espera-se destes um pensamento menos individualista e que visem o bem de nós seres humanos, e também de nosso patrimônio, passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo e ainda tomar como exemplo, nossos descendentes os índios, que tanto **lutavam** para defender a vida, ou seja, a natureza.

Existe uma ampla gama de potenciais de orientação oferecido pelo texto anterior, visto que o texto do aluno apresenta problemas de coesão e problemas sintáticos. Mesmo com tais problemas podemos manipular o texto e mostrar que existe uma orientação na própria léxis e orientações interléxis. Podemos mostrar essa configuração a partir do seguinte enunciado:

(1) Os índios lutam para defender a vida, ou seja, a natureza.

Em (1) temos as relações predicativas <índio, lutar para defender, vida > e <índio, lutar para defender, natureza> das quais podemos extrair as seguintes léxis: <índio lutar vida>, <índio defender vida> e <índio defender natureza>. A partir das relações predicativas e das léxis presentes em (1) percebemos infinitas orientações possíveis para cada léxis:

- (2)
- (a) O índio luta pela vida
 - (b) O índio defende a vida
 - (c) O índio luta para defender a vida
 - (d) O índio luta pela natureza
 - (e) O índio defende a natureza
 - (f) Há índios que lutam pela natureza
 - (g) Alguns índios defendem a natureza
 - (h) A natureza deve ser defendida pelo índio
 - (i) A natureza é a vida

As inúmeras organizações presentes em cada relação predicativa em (2) abrem um universo de possibilidades que envolve marcas de quantificação e qualificação, temporais e modais, confluindo para a construção do espaço-tempo dos enunciados.

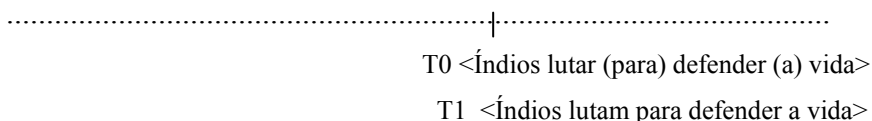
Em (2f), (2g) e (2h), por exemplo, há a atribuição de novas determinações para <natureza> e <índio>.

Conforme tomamos contato com enunciados mais complexos, encontramos possíveis orientações predicativas que, segundo Campos e Xavier (1991), já passaram por quantificações e qualificações anteriores. No enunciado (2f), houve a necessidade de se percorrer a classe da noção <índio> para quantificar e qualificar que, dentro da classe dos índios, existem os que não lutam pela natureza e os que lutam pela natureza.

Em uma orientação predicativa existe, além de uma confluência de localizações predicativas, sucessivas orientações enunciativas responsáveis por situar o sujeito e o tempo do enunciado em relação ao sujeito e o tempo da enunciação.

É possível ilustrar isso tomando novamente o enunciado (1), no qual existe uma sequência de pontos, denominada por Culioli (1999b) de instantes, que pode ser ilustrada pelo seguinte esquema:

Figura 2 – Concomitância entre instantes.



O esquema ilustra que o parâmetro abstrato Sit0 (T0) é concomitante ao ponto T1. Isso significa que todo enunciado pode ser representado por uma relação entre tempo do acontecimento linguístico (T1) com o tempo da enunciação (T0). Nos exemplos de (2), as orientações entre os termos ocorrem no interior da própria relação predicativa, porém, quando consideramos (1), existe uma localização que remete a operações enunciativas. O que nos permite dizer que T0 é concomitante a T1 é a existência de uma orientação em que T0 é o termo localizado e T1 o termo localizador, porém, ao mesmo tempo, podemos constatar que é possível propor que T0 é o termo localizador e T1 o termo localizado. A possibilidade de inverter a localização gera a

noção de identificação ao mesmo tempo em que não desconsidera a diferenciação entre T0 e T1.

As noções modais afetam as localizações enunciativas presentes nos enunciados e há que se tomar cuidado na discussão sobre modalidades na TOPE para evitar a sua categorização.

As modalidades 1, 2 e 3 que expusemos anteriormente remetem ao fato de que as mesmas são veiculadas por algumas marcas linguísticas específicas. Ao mesmo tempo, temos operações de modalização que geram ajustes entre as modalidades.

No âmbito nocional, modalizar significa orientar um predicado; tal orientação remete a um posicionamento do enunciador em relação a uma noção validável (p,p'). Podemos observar, assim, que todo enunciado pode ser desmontado e montado, sendo que o que garante a passagem de um enunciado a outro é a existência de um termo pré-assertado que a teoria nomeia de léxis. A léxis demonstra que, simultaneamente, em um enunciado como:

(1) O índio lutou pela natureza

podemos encontrar uma construção anterior como <índio lutar natureza> que não pondera <lutar> (p) nem <não lutar> (p').

Essa operação de modalização estruturada como validável (p, p') revela-se mais explicitamente em uma interrogação:

(2) O índio luta pela natureza?

Em (1), a marca assertiva presente em <lutou> expressa o fato de que há <natureza lutada> e, portanto, valida-se (p'). Já em (2), a interrogação leva-nos a assumir a relação entre (p) e (p').

5.2 Primeiro momento: análise de uma ocorrência

O conceito de noção possibilita a visualização de como uma noção lexical sofre diferentes jogos de força de noções gramaticais e de localizações enunciativas. Embora estejamos dividindo noções lexicais, noções gramaticais e noções enunciativas, há que se considerar que essa divisão é meramente esquemática. No quadro teórico culioliano, um léxico apresenta inúmeras potencialidades de combinação, deflagrando, além de um

domínio nocional com *interior*, *exterior* e *fronteira*, noções de *agentividade*, *determinação*, *indeterminação*, *transitividade*, entre outras. O objetivo do modelo teórico culioliano não é tipificar essas noções, mas sim mostrar que uma afeta a outra e que não há transparência⁴⁰ entre uma noção e um léxico. A reflexão de Culioli (1990; 1999a; 1999b) nos faz reconhecer, então, a existência de categorias gerais como as mencionadas anteriormente, mas não as reduz a uma marca linguística específica. Por exemplo, para a TOPE, a determinação não é veiculada apenas pelos artigos definidos, e se houvesse uma relação biunívoca entre o artigo *o*⁴¹ e a determinação, não seria possível a constatação da noção de determinação em línguas que não possuem artigos. Essa constatação, no entanto, não conduz a discussão a sustentar universais linguísticos.

A postura assumida pela TOPE traduz-se pela busca por invariantes dinâmicas que apenas podem ser acessadas pela especificidade de cada língua. No entanto, a especificidade de cada língua não é radical, pois se as coisas fossem assim haveria impossibilidade de tradução de uma língua para outra. Essa não radicalidade preza pela articulação do empírico e do formal, sendo o empírico as línguas naturais com toda sua historicidade, e o formal, a tentativa de representar as operações, categorias e noções gerais que as línguas mobilizam por meio de um discurso homogêneo, este último ofertado por um sistema de representação metalinguístico.

Inserimos um enunciado, inspirados nos exemplos de Culioli (1999a), para matizar o que significa postular a existência de uma relação assimétrica entre as propriedades psico-físico-culturais e as marcas linguísticas. No enunciado

(1) José espera o táxi

podemos identificar o sentido de permanência de tempo, ou seja, a noção de intervalo deflagrada pela relação instaurada entre <José> e <táxi> e pela aspectualidade presente na noção esperar. No enunciado (1), <esperar> significa que alguém permanece em um intervalo de tempo indeterminado esperando o táxi. Além da noção aspectual deflagrada pela noção <esperar>, Culioli afirma que todo enunciado possui a categoria de instantes. Os instantes estão relacionados ao parâmetro enunciativo notado pela teoria como Sit0. Isso equivale a dizer que todo enunciado mobiliza uma situação origem em que se pode identificar a pessoa, o espaço e o tempo origens da enunciação.

⁴⁰ A falta de transparência sempre pode ser sanada por ocorrências à direita e à esquerda de uma noção.

⁴¹ Como em <o carro>, <a casa> etc.

Então, no enunciado (1), o tempo origem 0 (que notaremos T0) está relacionado ao sujeito do enunciado origem (que notaremos S0) os quais, por sua vez, não se identificam com o sujeito do enunciado José (que notaremos S1) e com o tempo do enunciado (que notaremos T1). O T1, conforme a noção de aspecto de Culioli, encontra-se em uma relação de concomitância em relação a T0, pois o presente mobilizado pelo T1 está no mesmo plano enunciativo de T0. Nesse caso, tanto a noção de aspecto quanto a noção de instante são orientadas pela mesma marca, ou seja, pela marca morfológica presente no verbo *esperar*. No enunciado

(2) Eu espero que José seja feliz

A noção <esperar> assume outra configuração, a ocorrência de esperar pode ser trocada pela noção <desejar>. Desse modo, a relação hipotética deflagrada pela modalidade subjuntiva abre dois instantes possíveis a serem validados: <feliz> (T2) e <não feliz> (T3). A marca <esperar> valida um desses instantes hipotéticos no qual se verifica maior probabilidade de que o interior da noção <feliz> seja validado. Contudo, o acesso ao exterior da noção <não feliz> não é bloqueado. A síntese dessa relação revela um sujeito enunciativo que manifesta o desejo de que a felicidade seja validada em um instante hipotético.

Essa análise pontual de dois enunciados demonstra que os elementos à direita e à esquerda de uma ocorrência podem modificar a noção de uma marca linguística. No enunciado (1), a espera nos remete noções aspectuais, enquanto no enunciado (2) a espera a noções modais. Com efeito, por meio dos princípios teóricos, ilustra-se que a mesma marca tematiza propriedades psico-físico-culturais diferentes.

Centralizamos nossas ocorrências em uma das categorias enunciativas fundamentais para a organização do texto: a categoria do tempo. Mas o foco na noção de tempo não pode excluir outras categorias fundamentais da enunciação que trabalham em conjunto, quais sejam as de pessoa e espaço.

No exemplo a seguir (Ocorrência x), extraído do nosso *corpus*, trazemos como a categoria de tempo, deflagrada pela interação do verbo “lutavam” com outras marcas linguísticas, é responsável por comprometer as noções que o sujeito enunciativo almeja validar. Ao mesmo tempo em que há o comprometimento do texto, há possibilidades de ajustes léxico-gramaticais que podem tornar a representação do aluno válida.

No brasil (sic) e no mundo as práticas [agrícolas] estão intensificando-se e espera-se destes um pensamento menos individualista e que visem o bem de nós seres humanos, e também de nosso patrimônio, passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo e ainda tomar como exemplo, nossos descendentes os índios, que tanto **lutavam** para defender a vida, ou seja, a natureza.

Para conduzir nossa análise, desmontaremos a redação em enunciados:

- (E1) No brasil e no mundo as práticas estão intensificando-se...
- (E2) (...) e espera-se destes um pensamento menos individualista e...
- (E3) (...) que visem o bem de nós seres humanos, e também de nosso patrimônio, passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo.
- (E4) (...) e [espera-se] ainda tomar como exemplo, nossos descendentes os índios, que tanto **lutavam** para defender a vida, ou seja, a natureza.

Podemos extrair a seguinte relação primitiva da noção <intensificar>: <algo intensificar algo>. Em Língua Portuguesa, nada impede que algo intensifique a si próprio, ou seja, as <práticas intensificar práticas>. Essa operação está imbricada no “se” reflexivo. A marca <estar> localiza essa relação primitiva e garante a localização enunciativa dessa relação, a qual possui uma mescla de um valor modal assertivo e um aspectual pontual. A asserção presente na marca <está> valida a relação primitiva <práticas intensificar práticas>, trazendo o parâmetro Sit0 no jogo de construção do enunciado, marcando o início de um processo em desenvolvimento. A noção de duração se dá pela marca morfológica <ndo> de <intensificando>. Se não houvesse a modalidade assertiva e a aspectualidade mobilizada pela marca <estar>, em nenhum momento poderíamos apreender o início do processo de intensificação. Por esse motivo, faz-se necessária a introdução da alteridade constitutiva de qualquer enunciado. Sem o <estar> não haveria possibilidade de se demarcar o interior da noção intensificar. Desse modo, a modalidade assertiva do <estar> revela como o enunciador se posiciona diante da relação intensificar/não intensificar. A noção de intervalo necessita de um ponto inicial, a marca <estar> desempenha este papel garantindo o estabelecimento de um início para a duração. Portanto a noção de duração presente em <intensificando> precisa ser assumida e localizada por um enunciador, caso contrário, estaríamos infringindo o nível de análise da TOPE, que é o enunciado. Por exemplo, há possibilidade de se verificar a dificuldade em se compreender uma sequência linguística como <práticas agrícolas intensificando-se>. Uma ocorrência desse tipo poderia ser considerada um

sintagma, mas ela não diz nada, pois não há nenhum parâmetro enunciativo e, portanto, nenhuma tentativa de se validar o que Culioli nomeia de léxis. O enunciador, então, ao se posicionar em relação a uma léxis, sempre deixa traços da relação complementar p/não p.

Em síntese, a noção <intensificar> situa-se na fronteira do domínio nocional, pois não há no enunciado o final da intensificação e sim o movimento da não intensificação para a intensificação. O Enunciado 1 revela, portanto, como a noção de sujeito enunciador é uma construção mobilizada pelo texto.

O enunciado 2 “(...) e espera-se destes um pensamento menos individualista e...” localiza o enunciado 1 por meio da conjunção “e”. A conjunção “e” tem seu valor construído pela interação que se pode extrair entre o E1 e o E2. Claramente, não se trata da relação de adição que existe em enunciados como <Ele gosta de sanduíche e batata frita>, essa relação não tematiza um possível complexo causal entre as noções <sanduíche> e <batata frita>. O gostar de sanduíche não é consequência do gostar de batata fritas e vice-versa. Portanto, em <Ele gosta de sanduíche e batata frita> não há relação de causa e consequência. Já no enunciado 2, um olhar tradicional condenaria o uso da conjunção “e” entre o E1 e o E2, mas apenas condenar não nos dá meios para explicar como compreendemos o E2. Essa compreensão nos é ofertada pela atividade epilinguística. O analista deve simular a compreensão da relação entre E1 e E2, embora essa simulação possa não dar conta do verdadeiro caminho percorrido pelo aluno em seu texto, defendemos que tornar visível esse processo abre caminhos para a regulação. A relação entre E1 e E2 extraída pelos processos de parafraseagem são: <Porque as práticas agrícolas estão intensificando-se, espera-se do Brasil e do mundo um pensamento menos individualista>; <As práticas agrícolas estão intensificando-se, por isso, espera-se do Brasil e do mundo um pensamento menos individualista>; <As práticas agrícolas estão intensificando-se; logo, espera-se do Brasil e do mundo um pensamento menos individualista>.

Nossa paráfrase não consegue tornar o texto mais natural, mas possibilita visualizar um caminho para sua compreensão. O texto do aluno, ao não explicitar qual o agente responsável pela intensificação das práticas agrícolas, tenta reinseri-lo pelo demonstrativo “destes”. Logo, poderíamos propor a seguinte paráfrase: <O Brasil e o mundo estão intensificando suas práticas agrícolas, por isso espera-se deles um pensamento menos individualista>. Ao tornarmos visível o agente como origem da relação primitiva, <intensificador intensificar intensificável>, a compreensão do

enunciado melhora. O elemento que compromete o texto do aluno é o apagamento da agentividade e sua referenciação linguística pelo pronome “destes” que pode remeter às marcas <brasil> e <mundo>.

No E3, “(...) que visem o bem de nós seres humanos, e também de nosso patrimônio, passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo”, a noção modal introduzida pelo subjuntivo da marca “visem” produz a noção de hipótese, introduzindo um ponto de ramificação. O ponto de ramificação é sugerido por Culioli (1999b), essa representação metalinguística está presente em inúmeras relações hipotéticas: o subjuntivo, por exemplo, é uma delas, e introduz um ponto de indistinção: <que visem> <o bem de nós seres humanos>. O ponto de indistinção é a relação complementar visar/não visar. A marca “que” orienta esse complementar visar/não visar que podemos parafrasear por: “eu espero que <visem> <o bem estar de nós seres humanos>. É como se o <que> e o <visem> se desdobrassem em dois valores ao qual apenas a paráfrase nos dá acesso. Conseqüentemente, embora a modalidade assertiva incida sobre a relação complementar visar/não visar, marcando o desejo do enunciador de que o <bem estar dos seres humanos> seja um elemento considerado, o ponto de ramificação presente na relação hipotética não bloqueia o acesso ao complementar dessa relação. O que nos garante paráfrases como <o bem estar dos seres humanos> <não é visado pela maioria das pessoas>; <eu gostaria que> <o bem estar dos seres humanos> <fosse considerado>. Novamente, o <visem> instaura o desejo do enunciador de que a pessoa responsável pela intensificação das práticas agrícolas seja responsável por seus atos. Desconsideramos o resto do enunciado 3: “(...)e também de nosso patrimônio, passando a adotar mecanismos de desenvolvimento limpo”.

Nossa análise não dá conta de extrair todas as relações possíveis do texto do aluno; por isso, estamos nos focando apenas nos elementos essenciais que demonstram como é extremamente complexa a tentativa de simular o processo de geração dos significados do texto em que noções predicativas, noções gramaticais e noções enunciativas apresentam-se totalmente imbricadas. Por conta desse motivo, preferimos utilizar o termo marca ao invés de verbos, substantivos, advérbios etc. Essa análise enunciativa revela o movimento e atesta para o fato de que quando observamos a dinamicidade dos processos de predicação, é impossível trabalhar com categorias estáveis porque, na verdade, o que importa é como uma categoria afeta a outra.

No enunciado 4, “(...) e [espera-se] ainda tomar como exemplo, nossos descendentes os índios, que tanto **lutavam** para defender a vida, ou seja, a natureza.”, o

<Brasil> e o <mundo> devem levar em consideração o exemplo dos <índios>. A noção imperfectiva instaurada pelo <lutavam> introduz um intervalo de tempo anterior ao momento da enunciação, e esse intervalo diferencia-se dos enunciados anteriores se reportando a um momento posterior em relação à enunciação como, por exemplo, <espera-se x> ou <visem x>. A inserção do imperfectivo afeta o argumento defendido pelo enunciador, pois o <lutar> desenvolve-se no passado, enquanto seu complementar <não lutar> não tem continuidade no presente. Logo, podemos inferir que <a luta do índio> é algo terminado ao mesmo tempo em que o enunciador chama a atenção para o fato de que ela é um exemplo a ser seguido. A inserção do verbo <lutavam> no imperfeito, embora não se configure como um erro, abre a necessidade de se reorientar o texto do aluno de um <índio> genérico para um <índio> orientado espaço-temporalmente que o próprio texto não constrói. É como se faltasse, pela inserção do imperfeito, uma formatação de um grupo de índios que serviu de exemplo para a qualidade de <lutador>. O texto do aluno cria, assim, um cenário genérico no qual o <índio> incorpora os valores de esperança do comportamento do homem. Essa qualificação pode ser comprometida pela transferência do que Weinrich chama de *mundo comentado* para *mundo narrado* gerado pelo imperfeito em <lutavam>. Na perspectiva culioliana, a passagem de uma formatação enunciativa com preponderância qualitativa para uma formatação enunciativa com preponderância quantitativa.

5.3 Segundo momento: duas ocorrências representativas

Nos exemplos apresentados (excertos das redações), destacamos em negrito as marcas que julgamos deflagrar os deslocamentos enunciativos sobre os quais incidem nossa análise. Identificadas as marcas de deslocamentos, operamos com a manipulação dos enunciados (destacados em negrito) visando a apresentar as possíveis relações parafrásticas pelas quais se pode explicitar as operações enunciativas em jogo.

A manipulação dos textos contribui para a identificação dos cenários enunciativos ou, conforme o termo técnico sugerido por Culioli (1999a), Sit (traço de orientação situacional). Em seguida, trocamos as marcas que julgamos responsáveis por gerar concorrência de planos enunciativos por marcas que, supostamente, poderiam neutralizar o deslocamento enunciativo em questão.


As duas ocorrências selecionadas possuem uma marca linguística que permite a identificação de uma confluência de planos enunciativos. Quando ressaltamos nosso

interesse nos movimentos temporais, precisamos manipular os textos para identificar que marcas linguísticas permitem tais movimentos. Para buscar essas marcas, partimos inicialmente de uma interpretação livre pautada no referencial teórico apresentado ao longo do trabalho.

Ocorrência 1:

Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam. Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas, então começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.

Na ocorrência 1 observamos que a marca <eram> instaura a seguinte confluência:

- (1a) Atualmente/quando percebemos que essas fontes não  eram eternas
são eternas

Essa confluência chama pelas seguintes relações:

- (1b) Em um passado não muito distante a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam <porque pensava que as fontes eram eternas>
- (1c) Atualmente <quando percebemos que as fontes não são eternas começou uma luta por fontes renováveis...>

Encontramos, assim, por meio dessa confluência “temporal” a instauração de uma marca de causalidade a qual o aluno recorre para sustentar suas relações enunciativas:

- (1d) <a preocupação não era com o quanto essas fontes renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam> <porque> <o homem pensava que as fontes eram eternas>

Ao instaurar a relação de causalidade, notamos outra relação enunciativa que isenta o homem de um comportamento responsável em relação à natureza:

- (1e) <O homem não se preocupava por descaso, mas porque desconhecia que as fontes renováveis não eram eternas>

Essa isenção puxa por um trânsito de noções abertas pela marca <preocupar>:

- (1f) <Preocupar-se com algo> implica <reconhecer as causas da preocupação>
<Não preocupar-se> implica <reconhecer as causas da preocupação> mas não se preocupar>
<Não preocupar-se> por <desconhecer as causas da preocupação> implica < não preocupação por desconhecimento>

É importante notar também que é possível misturar uma marca de presente como <atualmente> com o passado veiculado por <percebemos>. A relação entre <atualmente> e <percebemos> mostra que a orientação de tempo instaurada refere-se a um acontecimento linguístico situado no passado. Mas o <atualmente> força que haja uma diminuição qualitativa da distância entre o <perceber> e o <não perceber> do que se tivéssemos algo do tipo <No passado percebemos x>. Assim, podemos defender que todas as marcas temporais estão em uma relação complexa de orientação entre um instante e outro instante. A tematização delas pode causar mais ou menos estranhamentos dependendo da ocorrência.

O que acontece a seguir é que a inserção do pretérito imperfeito <eram> tende a se diferenciar da posição do enunciador (Sit0). A marca <atualmente>, ao chamar novamente pelo Sit0, gera uma orientação mista em que a relação predicativa <essas fontes renováveis> chama por um instante em que recuperamos:

- (1g) <as fontes renováveis daquele passado não muito distante> <que se pensava que eram eternas>
(1h) <as fontes renováveis às quais me refiro atualmente> <que hoje se sabe que não são eternas>.

O foco de nossa atenção na ocorrência 1 situa-se em torno do relator <eram>. A seguir, glosamos o texto do aluno a fim de mostrar que é possível encontrar um encaixe para a relação predicativa < fonte ser eterna>.

- (1i) Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto as fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam <**o homem tinha essa preocupação porque pensava <no passado não muito distante> que as fontes eram eternas. Atualmente que percebemos que > as fontes que os homens pensavam que eram eternas > não são eternas**>, por isso começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.

A glosa em (1i) demonstra que, ao construir uma relação entre passado e presente, o enunciador arrasta os dois planos temporais que podem ser retomados pela relação que o imperfeito estabelece com o presente construído pela enunciação. Quando construímos a orientação temporal <em um passado não muito distante>, arrastamos simultaneamente um pré-constructo <não passado>. Embora o T0 da enunciação trave uma relação de consecução com o T1 <em um passado não muito distante>, <a preocupação do homem era x>, ao mesmo tempo o T0 vai se determinado cada vez mais. Isso possibilita que a marca <atualmente> retome com força todo o esforço de velar o presente da enunciação. A retomada, no entanto, deixa traços de alguns caminhos possíveis que possibilitam reorientar a quais instantes temporais estamos nos referindo quando localizamos o imperfeito em relação ao presente.

Ocorrência 2:

As vacinas são o principal meio de combate aos vírus. Sem as vacinas não seria possível conter os vírus, como por exemplo a poliomielite que **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.

Na ocorrência 2, podemos perceber que o texto trabalha as noções de tempo e modalidade:

- (2a) As vacinas são o principal meio de combate aos vírus <e isso pode ser comprovado> = <são mesmo> <Pelo fato atestado no passado> <quando sem vacinas a poliomielite arruinava a vida de milhares de pessoas>.

A marcação temporal do pretérito imperfeito disposta no verbo <arruinava> causa um estranhamento. O estranhamento é deflagrado pelo pertencimento da poliomielite a dois cenários temporais.

Um cenário revela que a poliomielite está contida porque as vacinas existem. Recuperamos essa informação a partir da negação <Sem vacinas> e de sua orientação em relação a uma noção hipotética disposta na noção <seria>. O instante T0 pode ser representado pelo enunciado:

- (2a) <(T0)As vacinas existem, logo é possível conter os vírus >(T0') Sem vacinas não seria possível conter os vírus.

Em seguida, o texto suscita a ideia de que, caso as vacinas fossem interrompidas, a poliomielite não seria contida. Esse cenário deixa a possibilidade de se considerar que, apesar de a poliomielite estar contida, existe a possibilidade de não contenção. O cenário hipotético é atenuado pela inserção do pretérito imperfeito, que nos faz buscar uma modalidade assertiva em que a poliomielite não arruinou mais a vida das pessoas no presente, porém arruinou no passado.

Esse cenário concorre com o fato de que a possibilidade de contenção da poliomielite está orientada no <futuro do passado> em relação a não existência de vírus. O imperfeito causa uma quebra na relação mista entre T0 e um instante validável <ser possível conter vírus>.

Pela marca do futuro do pretérito <seria> há possibilidade de se mostrar que a noção <Sem vacinas> remete a um instante em consecução ao T0 da enunciação. A noção <Sem vacinas> pode ser parafraseada pela noção <**Se as vacinas não existissem**>. Essa noção precisa se diferenciar do T0 da enunciação para situar um instante irreal (T0') em relação ao instante T0 <as vacinas existem>.

Consideremos as seguintes glosas:

- (2b) As vacinas são o principal meio de combate aos vírus. Sem as vacinas não seria possível conter os vírus como, por exemplo, a poliomielite. **A poliomielite ainda pode arruinar** a vida das pessoas caso elas não tomem a vacina, porém não pode arruinar hoje do mesmo modo que arruinava a vida de milhares de pessoas no passado.
- (2c) **As vacinas são** o principal meio de combate aos vírus. Se as vacinas **não existissem**, não **seria possível** conter os vírus, como por exemplo, a poliomielite que **poderia arruinar** a vida de milhares de pessoas todos os anos.
- (2d) **Hoje**, as vacinas **são** o principal meio de combate aos vírus. **No passado, quando não havia** vacinas não **era** possível conter os vírus como, por exemplo, a poliomielite que **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.

Na glosa (2b), mostramos que a separação da noção <poliomielite> do enunciado *Sem as vacinas não seria possível conter os vírus como, por exemplo, a poliomielite* permite que geremos um enunciado que aceite o pretérito imperfeito sem que sua modalidade assertiva interfira no cenário hipotético veiculado pelo futuro do pretérito <seria>.

Na glosa (2c), mudamos a orientação do pretérito imperfeito (presente em *arruinava*) para a orientação temporal do futuro do pretérito. A padronização estabiliza

a orientação temporal do enunciado em um instante anterior ao momento da enunciação e posterior ao acontecimento *Sem vacinas*.

Em (2d) procedemos da mesma maneira, porém, mudamos a orientação do futuro do pretérito para a do pretérito imperfeito. A mudança orienta os acontecimentos linguísticos <ser possível conter os vírus> e <poliomielite arruinar a vida de milhares de pessoas> em eixos anteriores ao momento da enunciação, estabilizando, portanto, a concorrência de planos enunciativos.

As paráfrases a seguir são caminhos que abrimos no intuito de se verificar quais marcas permitem tornar visíveis os planos enunciativos superpostos pela noção <arruinar>. A seguir recortamos um enunciado da ocorrência 2 a fim de centralizar nossa análise em duas noções <conter> e <arruinar>.

- (2e) Sem as vacinas não seria possível conter os vírus, como por exemplo a poliomielite que **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.

A partir de (2e) propomos algumas paráfrases do enunciado mantendo suas propriedades essenciais:

- (2f) (ontem) Sem vacinas, poliomielite **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.
- (2g) (hoje) Sem vacinas, outras doenças **arruinariam** a vida de milhares de pessoas todos os anos, tal como a poliomielite arruinava.

Nos exemplos (2f) e (2g) retiramos a relação predicativa <não seria possível conter os vírus>. O que fizemos foi demonstrar que, ao mesmo tempo, a noção <sem vacinas> pode absorver orientações temporais tanto da noção <seria> de <não seria possível conter os vírus>, quanto da noção <arruinava>.

A exclusão do segmento <não seria possível conter os vírus> transforma a marca de imperfeito em uma marca de futuro do pretérito. Esse choque de noções pode ser encontrado na interpretação do enunciado. Defendemos que o fato de o imperfeito compartilhar noções com futuro do pretérito pode ser a causa do estranhamento que encontramos na ocorrência 1.

Considerando os exemplos propostos, é possível perceber que quando mantemos a marca modo-aspectual <não seria possível> na ocorrência (2e) a passagem de <conter> para <arruinar> coloca em tensão dois instantes temporais.

Na ocorrência 1 há uma clivagem entre λ_1 e λ_2 , porém a marca modo-aspectual em <não seria possível> abre uma tensão que é neutralizada pelo pretérito imperfeito na noção <arruinar>.

5.4 Terceiro momento: uma ocorrência de texto literário

Além de buscar regularidades de ocorrências de confluências de planos temporais nas produções textuais de vestibular que compõem nosso *corpus*, julgamos necessário explorar se em outros textos literários é possível encontrar ocorrências similares. Por isso arrolamos ocorrências de confluências de planos temporais presentes em textos literários.

Ainda que existam diferenças qualitativas entre as ocorrências presentes nas produções textuais e nas ocorrências presentes nos textos literários, demonstramos, a partir de uma comparação, que a natureza dos mecanismos que fundam os jogos temporais é a mesma.

As ocorrências 1 e 5 são significativas para sustentar que há um esforço criativo, por parte dos alunos, em construir um cenário enunciativo que tematiza a relação entre instantes linguísticos:

Ocorrência 1

Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam. Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas, então começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.

Ocorrência 5

O ser humano cria e destrói, como vemos na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades imensas de poluidores na nossa atmosfera, o que **contribuiu** também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

Nas duas ocorrências mencionadas constatamos que, pelo exercício de paráfrase aberto respectivamente pelas marcas <eram> e <contribuiu>, os possíveis cenários temporais que os textos deflagram não permitem considerar as representações

linguísticas dos alunos apenas como desvios. Há dificuldades em se avaliar os textos quando os analisamos levando em conta os processos de constituição dos cenários temporais.

A presença dos textos literários em nosso trabalho pontua o fato de que apenas a restrição das confluências de planos temporais a exceções de uso não apaga o fato de a linguagem permitir a presença dos mecanismos jogos temporais em qualquer gênero de texto.

Para explicitar melhor que há similaridades entre os textos podemos tomar a ocorrência 25 de Gabeira (1982, p.11) e compará-la com a ocorrência 15 das produções textuais de vestibular deste *corpus*:

Ocorrência 25

Caminhávamos rumo à Embaixada da Argentina, deixando para trás uma parte gelada Cordilheira dos Andes e tendo à nossa esquerda o Estádio Nacional, para onde convergia o grosso tráfego militar na área.

Na esquina com a rua Holanda, **somos** abordados por alguém que nos **pede** fogo. Uma pessoa parada na esquina. Parecia incrível que se pudesse estar parado na esquina, naquele momento. (GABEIRA, p.11)

Ocorrência 15

O ser humano tem a opção de escolher entre garantir algum futuro para seus netos e bisnetos na Terra ou ficar apenas com seu dinheiro viver sua vida e depois os mais novos que concertem seus erros.

E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, **decidiram** pelo egoísmo, pelo poder de consumo, contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa.

Podemos observar que Gabeira (1982) inicia o texto narrando um fato no passado. A recorrência das marcas de imperfeito gera um cenário enunciativo no qual os acontecimentos linguísticos distanciam-se do momento zero da enunciação (Sit0 T0). Em seguida, o texto insere a seguinte relação predicativa que pode ser tomada como uma (Sit1, T1) , <Na esquina com a rua Holanda> e, pelo fato de termos anteriormente um cenário enunciativo orientado no passado, o (Sit1, T1) tende a ser orientado também no passado, mas a presença dos relatores <ser> e <pedir> no presente do indicativo gera outra orientação para o (Sit1, T1). Assim, ao invés de a relação predicativa puxar uma orientação <(Naquele momento em que estávamos) Na esquina com a rua Holanda>, a

presença do presente do indicativo faz-nos orientar o enunciador na cena enunciativa <(Eu-aqui-agora digo que nós estamos) Na esquina com a rua Holanda>.

Na ocorrência 15 temos um fenômeno temporal similar, mas ao invés do enunciador marcar a si próprio na cena ele marca a passagem de um acontecimento linguístico genérico para um acontecimento linguístico pontual. A similaridade entre os textos está na mudança de um plano temporal para outro. No caso do texto do aluno, a presença da marca <decidiram> no enunciado “E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, **decidiram** pelo egoísmo [...]” puxa várias interpretações, mas a mais evidente é a relação de localização operada pelo relator em relação ao predicado <a maioria das pessoas>.

Na primeira parte do enunciado o relator <escolher> permite que consideremos que o predicado <a maioria das pessoas> remeta a uma situação genérica do tipo: <Toda vez que as pessoas se deparam com a 2ª opção, a maioria escolhe a segunda>, sendo que essa situação não possui uma localização temporal explícita em relação ao momento da enunciação. Não identificamos se o fato ocorreu simultâneo, anterior ou posterior ao Sit0, T0. A inserção do relator <decidir>, com a marca de pretérito perfeito, incide novamente sobre o predicado <a maioria das pessoas> e permite que consideremos uma formatação temporal mais específica. É como se o enunciador apontasse para um fato delimitado espaço-temporalmente que não é construído pelo texto do aluno. O choque causa a confluência de planos temporais e, no entanto, vemos a tentativa do enunciador de abrir o cenário genérico pontuando uma situação mais específica.

No texto de Gabeira (1982) há a passagem de um fato orientado no passado para um fato simultâneo ao momento da enunciação. Na produção textual de vestibular a mudança gera especificação do fato narrado pelo aluno.

Podemos afirmar, assim, que o processo de constituição dos dois textos é sustentado pelos mesmos mecanismos de orientações temporais. Tal fato conduz-nos a defender a produtividade de explicitar esses movimentos no contexto de ensino e aprendizagem de produção e interpretação de textos.

Cada texto permite-nos, então, recuperar um trabalho de constituição de tais mecanismos que verificamos serem específicos e generalizáveis.

A especificidade é encontrada no sentido que a leitura de cada fragmento apresenta. Podemos tomar como representativa a ocorrência 27:

Ocorrência 27

Abria a geladeira, tirava a garrafa de água. Antes de chegar aos copos, já o camarada Antônio me passava um. As mãos dele deixavam no vidro umas dedadas de gordura, mas eu não tinha coragem para recusar aquele gesto. Servia-me, bebia um golo, e ficava à espera da resposta dele.

[...] Eu esperava sentado por mais palavras. O camarada Antônio fazia lá as actividades da cozinha, sorria, mas ficava calado. Todos os dias ele tinha o mesmo cheiro, mesmo quando tomava banho, parecia sempre ter aqueles cheiros de cozinha. Ele pegava na garrafa de água, enchia com água fervida, voltava a pôr na geladeira.

- Mas Antônio, ainda quero mais água...

- Não menino, já chega - ele dizia – Senão depois no almoço não **tem** água gelada e mãe **fica** chateada. (ONDJAKI, 2003, p.17-18)

O presente do indicativo nos relatores <ter> e <ficar> afetam o posicionamento do enunciador permitindo o reconhecimento do efeito de simultaneidade da situação enunciativa em relação a um acontecimento linguístico que é compreendido como posterior ao momento da enunciação. Isso significa que, no nível nocional, compreendemos o fato posterior não apenas em função do verbo, mas também em função da sequência de pontos enunciativos que as marcas espaciais e temporais como <depois> e <no almoço> permitem recuperar.

As marcas remetem a uma teia de relações que não estão dispostas apenas na linearidade do texto. Essa relação aberta pelo tempo incide sobre a interpretação do enunciado “Não menino, já chega - ele dizia – Senão depois no almoço não **tem** água gelada e mãe **fica** chateada” (ONDJAKI, 2003, p.19-20), no qual o presente do indicativo na verdade não exprime uma estrita simultaneidade da cena narrada. A especificidade que defendemos é que cada texto abre um conjunto de relações que emergem da capacidade que os sujeitos possuem de investir os textos de significado tanto na leitura quanto na escrita.

A parcela generalizável de cada ocorrência pode ser apreendida pelas noções temporais das relações entre instantes linguísticos que marcas linguísticas específicas presentes no sistema da língua portuguesa tematizam. Todo texto, quando consideramos o nível enunciativo, é orientado, portanto, pelas relações de concomitância e não concomitância em relação ao Sit0 da enunciação. Essas relações formais, no entanto, não neutralizam a ampla variedade de sentidos que podem emergir dos textos.

5.5 Uma Ocorrência de confluência enunciativa de plano temporal em produções textuais do ensino fundamental.

Além de textos literários e produções textuais de vestibular, destacamos uma ocorrência de confluência de plano enunciativo temporal em uma produção textual de ensino fundamental que reforça o caráter generalizável e específico das noções enunciativas temporais. Nessa produção de texto foi solicitado que o aluno escrevesse um conto de ficção sobre o tema Civilizações Futuras:

A partir do recorte em questão é possível observar que o aluno construiu um cenário enunciativo no qual o narrador está localizado no futuro. O interessante é que, para projetar seu narrador no futuro, ele inicia o texto simulando a voz de um enunciador situado no passado. Esse enunciador situado no passado, ou seja, em 2012, passa a dialogar com o enunciador do futuro por meio das marcas <quem diria só 100 anos depois>. Embora essa relação possa parecer simples, há de se considerar que para gerar a distinção generalizável concomitância e não concomitância entre futuro e passado há um diálogo pressuposto no texto que o aluno deve percorrer linguisticamente. Ocorrência 30

Quem achou que o fim do mundo era em 2012 estava muito enganado, o fim do mundo está acontecendo esse ano 2112, que diria só 100 anos depois. Ah mas será que estão tão ruim assim? Está, principalmente, nos países pobres como África e está tudo a mil maravilhas nos Estados Unidos, já te conto como está o mundo.

- (30a) <Eu-aqui-gora estou em 2012 > <2012 não é o presente e sim o passado> o presente é 2112 e o passado é 2012> alguém achou que o fim do mundo **era** em 2012 (meu presente <do enunciador> que estou considerando como passado)> Eu digo que o fim do mundo não era 2012> quem achou que era estava enganado> o fim do mundo é agora em 2112.

O exercício parafrástico em (30a) reforça o caráter criativo do texto do aluno, o qual é constituído pelo confronto de situações enunciativas recuperadas e reforçadas pelas marcas linguísticas presentes nas marcas morfológicas das noções verbais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas análises possibilitaram-nos traçar algumas conclusões sobre a pesquisa em questão.

O quadro da TOPE motivou-nos a criar hipóteses sobre os possíveis caminhos linguístico-discursivos percorridos pelos alunos no processo de produção de seus textos. Em nossa análise, tematizamos que as marcas temporais fazem emergir outras noções gramaticais que se encontram imbricadas como, por exemplo, modalidade, causalidade e transitividade. Essas noções foram constatadas por meio das confluências de planos enunciativos presentes nos textos dos alunos.

Esse exercício de reformulação revelou que o texto deixa traços da argumentação do aluno. Essa argumentação, pelo modo que é expressa linguisticamente, pode ser desconsiderada pelas apreciações normativas que os modelos textuais oferecem-nos. O que defendemos é que as confluências enunciativas de planos temporais não são apenas “erros” ou “desvios” que revelariam a falta de criatividade nas produções textuais dos alunos. Na realidade, o que constatamos, por meio de nossas análises, é justamente o contrário: é o ímpeto inventivo que impele o aluno a regular-se diante da situação avaliativa em que se encontra.

O resultado da construção linguística dos alunos pode não revelar, para colocar nos termos de Rezende (2010) e Franchi (2006), o “ápice de um processo”, porém revela um esforço de criação. Esse esforço aponta para o fato de que os alunos acessam os mesmos mecanismos de linguagem que sustentam tanto o texto artístico quanto o texto escolar.

O trabalho com a linguagem pode se aproximar, portanto, de valores construídos e reconhecidos, por exemplo, pela literatura; podendo, igualmente, afastar-se de tais valores. A TOPE possibilitou-nos reconhecer que a linguagem sustenta tanto o sucesso quanto o fracasso, de modo que sustentar essas duas dimensões significa afirmar que os parâmetros de “erro” e “acerto” variam psicossociologicamente. Pode-se ilustrar isso com um exemplo genérico: existem, na história, inúmeras obras importantes que foram mal compreendidas pelos contemporâneos de suas épocas, e essa divergência revela o embate entre um sujeito construindo novos valores e um sujeito sustentando valores construídos, o que nos mostra que os valores de “certo” e “errado” estão sempre variando. No entanto, o diferencial dessa reflexão é reconhecer que há momentos em que um discurso pode cruzar tanto valores considerados inaceitáveis quanto valores

perfeitamente normais ou até singulares. Perder de vista o esforço de criação desses valores é fechar qualquer possibilidade de diálogo entre o que está em construção e o mundo já construído. O ensino, caso seu objetivo, conforme Rezende (2010), seja “ensinar o aluno pensar seu pensar”, precisa sensibilizar os alunos para a existência de operações de linguagem constitutivas de qualquer enunciado, tanto na produção de um texto quanto no seu reconhecimento.

Anexo 1: Ocorrências de produções textuais de vestibular

Ocorrência 1

Em um passado não muito distante, a preocupação do homem não era com o quanto essas fontes não renováveis durariam e sim com o quanto suas indústrias lucrariam. Atualmente que percebemos que essas fontes não **eram** eternas, então começou uma luta por fontes renováveis como o álcool proveniente da cana ou mais recentemente do biodiesel.

Ocorrência 2

As vacinas são o principal meio de combate aos vírus. Sem as vacinas não seria possível conter os vírus, como por exemplo a poliomielite que **arruinava** a vida de milhares de pessoas todos os anos.

Ocorrência 3

O homem é o inimigo do planeta, mas antes era um inimigo inofensivo, pois a quantidade de poluição era aceita pela natureza, pois quando a natureza **reage**, causa destruições, um exemplo recente, é da enchente que aconteceu na região sul do país, e tudo causado pelo homem que forçou a natureza ao máximo.

Na ocorrência 3, o verbo *reage* instaura um acontecimento linguístico aparentemente desligado das orientações temporais anteriores. Mencionamos “desligado” porque o texto da ocorrência 3 inicia marcando uma orientação da enunciação no presente e em seguida gera uma comparação do presente com o passado: *O homem é o inimigo do planeta (presente), mas antes era um inimigo inofensivo (passado)*.

A partir da orientação da enunciação no passado, o enunciador desdobra mais acontecimentos orientados no passado. Em seguida, o enunciador quebra essa orientação retornando ao presente. O interessante é que a marca de causalidade *pois* gera a expectativa de que o texto se mantenha no passado, fato que não ocorre no texto do aluno. No entanto, se trocamos a noção de presente em <reagir> por <reagia> e, conseqüentemente, modificamos todos os verbos posteriores, percebemos que o estranhamento na ocorrência 3 permanece.

Conjecturamos a possibilidade da marca *pois* relacionar o enunciado *O homem é o inimigo do planeta*, orientado no presente da enunciação, com o enunciado *pois quando a natureza reage*, também orientado no presente da enunciação. Isso mostra que

apenas a padronização de instantes temporais, por si só, não define a natureza de uma relação de causalidade. Mas em alguns casos a não padronização dos instantes pode comprometer a força causal mobilizada pelo <pois>.

Ainda que o texto do aluno deixe o enunciado *pois quando a natureza reage, causa destruições* deslocado, as glosas permitem que recuperemos algumas possibilidades de relações entre os planos enunciativos instaurados. É o que simulamos em (3a), (3b) e (3c).

- (3a) O homem é o inimigo do planeta porque polui. Mas antes poluía menos. Antes o homem era um inimigo também, mas era um inimigo inofensivo porque a quantidade de poluição que produzia era aceita pela natureza. A natureza, porque aceitava a poluição, não **reagia**. Hoje ela reage e causa destruições pois não aceita a quantidade de poluição.
- (3b) **Quando o homem era** inimigo inofensivo a poluição era aceita pela natureza. Por ser aceita a natureza não reagia pois se aceitasse ela reagiria, já que sempre que a natureza não aceita a quantidade de poluição, ela reage.
- (3c) **O homem é** o inimigo do planeta mas não um inimigo inofensivo como já fora quando a quantidade de poluição que o homem produzia era aceita pela natureza mas é o inimigo “inimigo” que produz uma quantidade de poluição tal que a natureza não aceita. Porque não aceita reage pois sempre que não aceita, reage. Tanto é assim que reagiu à quantidade de poluição produzida pelo homem. Tanto reagiu que um exemplo pode ser citado esse exemplo que pode ser citado é o exemplo da enchente que aconteceu na zona sul do país e que foi causado pelo homem que forçou a natureza ao máximo pois produziu uma quantidade de poluição tal que a natureza reagiu.

A partir das manipulações de (3a), (3b) e (3c) podemos verificar que há possibilidade de se estabelecer uma relação causal entre <natureza, aceitar, poluição> <Homem, poluir, natureza> e <natureza, reagir, poluição>. Percebe-se que se não se marcar claramente as distinções temporais entres os predicados a marca de causalidade pode ser comprometida pela confluência de planos temporais como, por exemplo, em *O homem é o inimigo do planeta porque poluía*. No enunciado anterior há ainda a força de uma relação causal <homem é inimigo, porque poluir>, mas a marca do passado em *poluía* em relação ao presente da noção <é> causa uma sobreposição de instantes temporais que pode comprometer a força da causalidade. Essa sobreposição pode ser sanada no diálogo, no ajustamento e, além disso, se ele fizer parte de um co-texto mais amplo pode até ser validado.

O que se percebe na ocorrência 3 é que o texto marca um conjunto de relações temporais e causais tematizando a noção <homem>. O relator <pois> em *pois quando a natureza reage*, ao invés de retomar as orientações temporais e causais da noção <natureza>, retoma as orientações temporais e causais da noção <homem>.

Ocorrência 4

A natureza já vem mostrando sua força devolvendo todo o mal feito a ela, como o derretimento das calotas polares, que conseqüentemente **aumentará** o nível dos oceanos e **desaparecerá** com a faixa litorânea, tsunamis que direta ou indiretamente atingem toda a humanidade agravando cada vez mais a situação e deixando mais pessoas desabrigadas e sem alimento.

Na ocorrência 4 o enunciador começa reportando-se a um acontecimento (o fato da natureza mostrar sua força diante do mal feito à ela) concomitante ao momento da enunciação. Em seguida, o enunciador tenta exemplificar o motivo do acontecimento linguístico: o derretimento das calotas polares. O <derretimento das calotas polares> é orientado em concomitância ao momento da enunciação, pois <a natureza já vem mostrando sua força como o derretimento das calotas polares>. Os enunciados posteriores inserem instantes orientados no futuro por meio das noções <aumentar> e <desaparecer>. Dessa forma, o acontecimento linguístico <derretimento das calotas polares> é orientado em relação ao presente e em relação ao futuro. Essa concorrência gera confluência de planos enunciativos.

As glosas mostram a manipulação de cenários enunciativos em que há possibilidades de se manter ou descartar o fato de o <derretimento das calotas polares> estar orientado no presente ou no futuro. A mudança de orientação temporal (marcada em negrito) revelou outras relações possíveis dentro da ocorrência 3.

- (4a) **A natureza poderá mostrar sua força** devolvendo todo o mal feito a ela> por meio do derretimento das calotas polares> o derretimento das calotas polares, conseqüentemente, **aumentará** o nível dos oceanos e **desaparecerá** com a faixa litorânea.
- (4b) **A natureza já vem mostrando** sua força com os tsunamis que direta ou indiretamente estão atingindo toda a humanidade e agravando cada vez mais a situação> e deixando mais pessoas desabrigadas e sem alimento.
- (4c) **A natureza já vem mostrando sua força** e devolvendo todo o mal feito a ela> Além das reações da natureza> fenômenos naturais como os tsunamis> que atingem direta ou indiretamente a humanidade> estão agravando cada vez mais a situação e estão deixando mais pessoas desabrigadas e sem alimento.

Ocorrência 5

O ser humano cria e destrói, como vemos na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades imensas de poluidores na nossa atmosfera, o que **contribuiu** também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

A ocorrência 5 é um pouco diferente das ocorrências anteriores porque o enunciador mistura o presente histórico com um acontecimento narrado no passado. Na verdade, o que ocorre é que o texto opera satisfatoriamente com as marcas da narrativa histórica e, ao final do parágrafo, no enunciado (5) *o que contribuiu também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje*, o texto mistura os acontecimentos dos fatos no presente histórico com um instante que está orientado no passado. Tal conjuntura gera uma situação difícil para a avaliação do texto porque o aluno mostra que sabe operar com as marcas linguísticas do presente histórico, porém, ao colocar o pretérito perfeito o texto gera uma mistura de planos enunciativos. Para demonstrar porque isso acontece é necessário discutir como os planos enunciativos se organizam.

O presente marcado pelos verbos aponta para um enunciador que assume um papel de narrador. Esse narrador é similar ao narrador da história descrito por Benveniste (2005) no plano histórico da enunciação. Na dimensão histórica, o enunciador distancia-se dos fatos narrados porque ele não assume o aparelho formal da enunciação, o que diferencia o plano da história do plano do discurso é a ausência das marcas de pessoa. As orientações de Benveniste podem ser tomadas como um ponto de partida para mostrar que a noção do presente histórico passa realmente a ideia de que o enunciador não afeta os acontecimentos linguísticos que “[...] são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narra-se a si mesmos.” (Benveniste, 2005).

O apagamento da presença do enunciador ocorre não pela ausência do sujeito enunciadador, mas sim pelo apagamento de marcas enunciativas que remetem ao plano do enunciador Sit0 (S0, T0).

O interessante é que, pela TOPE, o que garante o presente histórico não é a presença ou a ausência do enunciador. O que acontece é que o S0 presente no T0 da enunciação são parâmetros abstratos que não coincidem com o S0'e T0'criados pelo texto do aluno. Estamos recuperando o fato de que o narrador da história precisa estar posicionado em um lugar intermediário entre T0 e o T0' imaginado pelo enunciador.

As marcas linguísticas mobilizadas pelo presente do indicativo nas noções <criar>, <destruir>, <ver,> <resolver>, pela noção <Segunda guerra mundial> e pela data < no ano 1945> cria a capacidade de orientar os acontecimentos linguísticos como concomitantes ao presente que não é o presente do enunciador. Mesmo se a experiência com a língua permite que consideremos os acontecimentos linguísticos localizados no

eixo da história como preponderantes, temos, ao mesmo tempo, o presente do enunciador em emergência.

O encadeamento dos enunciados gera relações entre os instantes temporais. É o que vemos no enunciado (5), que abre outro ponto temporal que remete ao presente do enunciador T0 e não apaga as relações com o T0'. Na verdade, ainda que exista um deslocamento temporal, é possível perceber o acontecimento orientado no T0' afetando o T0 do enunciador.

A <Segunda guerra mundial> contribuiu para o que acontece no presente do enunciador, ou seja, o <aquecimento global>. A inserção do pretérito pela noção <contribuir> marca uma quebra entre a guerra se desenvolvendo 1945 e o resultado que ela traz para o presente. Há uma assimetria entre a apreensão de algo se desenvolvendo no passado e algo terminado que é consequência do passado.

A seguir colocamos duas glosas. Em (5a) colocamos todos os tempos no presente; em (5b) colocamos todos os tempos no pretérito perfeito.

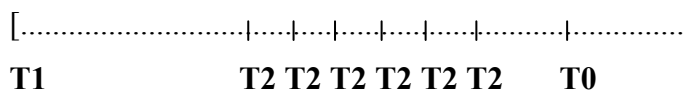
- (5a) **O ser humano cria e destrói** um exemplo disso vemos na segunda guerra mundial **no ano de 1945** a partir do momento em que os estados unidos resolve testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. O ato mata milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, elimina quantidades imensas de poluidores na atmosfera. O acontecimento **contribui** para o aquecimento global ocorrente **nos dias de hoje**.
- (5b) **O ser humano cria e destrói** um exemplo disso vimos na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolveu testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Milhares de pessoas morreram e, ao mesmo tempo, quantidades imensas de poluição foram liberadas na atmosfera tudo isso **contribuiu** para o aquecimento global ocorrente **nos dias de hoje**.

Ocorrência 6

Desde o big bang o planeta Terra vem se modificando para que **fosse** capaz de abrigar seres vivos.

Na ocorrência 6 a confluência de planos enunciativos pode ser representada pelo seguinte esquema de pontos:

Figura 3 – Intervalo aberto à direita.



T1: Desde o Big bang o planeta terra vem se modificando
T2: para ser capaz de abrigar os seres vivos

A noção <Desde o Big bang> estabelece um ponto inicial para intervalo aberto à direita, visando o desenvolvimento do acontecimento linguístico <planeta terra vir se modificando>. Não há orientação da relação predicativa T2 <ser capaz de abrigar os seres vivos> em relação ao intervalo T1 se se mantém o pretérito do subjuntivo na noção <fosse>.

Quando colocamos a noção <fosse> no infinitivo <ser> e retiramos o <que>, todos os pontos T2 são orientados no interior do intervalo de T1 e eles se proliferam infinitamente à direita no interior do instante T1. A presença do pretérito do subjuntivo não possibilita que se estabeleça nenhuma relação entre T2 e T1. A presença do subjuntivo <fosse> na ocorrência 6 cria, então, uma desorientação temporal entre um acontecimento de aspecto inacabado e um acontecimento de aspecto acabado, mas que dialoga com uma modalidade epistêmica hipotética. A relação X aconteceu para que Y fosse capaz de Z, e mostra que houve um instante em que a capacidade Z, no caso <ser capaz de abrigar os seres vivos>, oscilou entre a <capacidade> e sua <não capacidade>. Essa relação revela que é possível a adequação dos cenários enunciativos e a manutenção da modalidade epistêmica.

As glosas, a seguir, ilustram que é possível manter a modalidade epistêmica de hipótese nas adequações de planos temporais:

- (6a) **Após o big bang** o planeta Terra surgiu e desde **então** se modificou para que fosse capaz de abrigar seres vivos.
- (6b) **Após o Big Bang** o planeta Terra surgiu e **desde então** o planeta veio se modificando para **ser** capaz de abrigar seres vivos.

Ocorrência 7

[...] Destruição, poluição, secas, chuvas constantes. Tudo isso está ocorrendo graças a ação do ser humano, ou melhor, graças as nossas ações.[...]

Essas nossas ações nos tornam inimigos do nosso planeta, este que **talvez não existirá** mais, porque essas nossa brutalidade vai fazer com que nós nos auto-destruiremos, sem deixar vestígios.

Na ocorrência 7 o enunciador refere-se a um acontecimento linguístico situado em instante posterior ao momento da enunciação. O fato de que a destruição, a poluição e as secas etc. estão ocorrendo tem como consequência a condição de <não existência do planeta>. A presença da marca <talvez> e da orientação de futuro em <não existirá> possibilitam a referência a um eixo espaço-temporal orientado como posterior ao momento da enunciação. No entanto, a marca de futuro <existirá> mobiliza uma modalidade assertiva referenciando a <não existência da terra> como algo certo. A marca <talvez>, por sua vez, orienta uma relação entre <existência da terra> e <não existência da terra> como algo incerto e, portanto, validável. A coocorrência das duas marcas causa certo estranhamento em relação à ocorrência 7.

A seguir mostramos os enunciados que as marcas permitem abrir.

- (7a) Essas nossas ações nos tornam inimigos de nosso planeta. Este que **provavelmente não existirá** mais, porque essa nossa brutalidade nos autodestruirá sem deixar vestígios.
- (7b) **Essas nossas ações, quando ocorrem**, nos tornam inimigos do nosso planeta. Este que **talvez não exista** mais no futuro devido à nossa brutalidade, que **fará com que** nós nos autodestruamos sem deixar vestígios.
- (7c) **Essas nossas ações, que ocorreram, nos tornam inimigos** do nosso planeta. Este que **provavelmente** não existirá mais, porque nós nos autodestruiremos devido à nossa brutalidade.

Ocorrência 8

Pesquisa realizada no estado do Amazonas, contudo, mostra que essa ideia têm base com a realidade. Dados obtidos entre 2006 e 2008 revela que o desmatamento no Amazonas não parou. Estima-se por (ilegível) que a área degradada seja igual a 10 campo de futebol.

A pesquisa é estatisticamente significativa. É claro que algumas pessoas poderiam levantar objeções metodológica contra o estudo, mas por mais frágil que **fosse** este estudo, ela já serviria para mostrar a degradação do meio ambiente, capaz de alterar o clima da terra.

Na ocorrência em questão, o fato do enunciador referir-se à fragilidade do estudo no pretérito do subjuntivo acaba por tirar a força da asserção <A pesquisa é significativa>. Colocar o pretérito do subjuntivo em <fosse > abre espaço para que, realmente, o estudo seja considerado frágil. Não podemos afirmar que a construção do aluno esteja errada, no entanto, a experiência com a língua impele-nos a colocar o presente do subjuntivo <seja>. Ao fazermos isso, se marca que o enunciador não está concordando com a fragilidade do estudo.

- (8a) A pesquisa é significativa. É claro que algumas pessoas poderiam levantar objeções metodológicas contra o estudo> **pois realmente há algumas fragilidades na pesquisa>** mas **por mais** frágil que seja aquele estudo> ele não deveria ser desconsiderado> pois ele já serviria para mostrar a degradação do meio ambiente.
- (8b) A pesquisa é significativa> **Porém porque existem algumas fragilidades na pesquisa>** algumas pessoas poderiam levantar algumas objeções metodológicas> mas **por mais** frágil que seja a metodologia do estudo, ela já serviria para mostrar a degradação do meio ambiente.
- (8c) A pesquisa é significativa> **Porém se se pudesse levantar alguma objeção contra a pesquisa>** é claro que algumas pessoas levantariam objeções metodológicas. Mas **por mais** frágil que fosse a metodologia, ela já serviria para mostrar a degradação do meio ambiente.

Acreditamos que tomando como suporte as 7 ocorrências analisadas podemos retirar alguns elementos que possibilitam orientar nossa conclusão sobre a noção de criatividade nas confluências de planos enunciativos temporais.

Chamamos atenção para complexidade envolvida na simulação do que está ocorrendo com instantes nas produções textuais dos alunos.

Cada caso revelou uma especificidade, mas, ao mesmo tempo, conseguimos, por meio da aplicação das operações fundamentais que a TOPE oferece, mostrar que as noções de consecução e concomitância regem as noções temporais. A variedade de combinações entre os instantes demonstraram como a linguagem humana é plástica e susceptível de inúmeros ajustes enunciativos.

A seguir arrolamos mais ocorrências que demonstram como é regular a presença de confluências de planos temporais no *corpus* selecionado.

Ocorrência 9

A relação entre homem e natureza nem sempre foi de desprezo como hoje. Civilizações antigas em geral, tinham a natureza como um deus **estabelecendo** relações harmoniosas.

Ocorrência 10

O estado também tem como função lançar ações preventivas para tentar evitar as doenças ao invés de cuidar delas. A população nem sempre reage bem a essas campanhas

Não é difícil encontrar um cidadão que não **permitiu** a entrada de um funcionário da prefeitura para inspeção da dengue em sua casa.

Ocorrência 11

Com um vasto território, o Brasil possui vários programas de prevenção, alguns de caráter regional, outros, sempre visando o bem da população.

A intenção é boa mas nem sempre é vista por todos com bons olhos. Talvez por falta de conhecimento, informação, uma grande maioria da população **causa** revoltas, como a da vacina, no ano de 1904 no Rio de Janeiro. Devido a um saneamento precário da época Oswaldo Cruz implanta a lei de prevenção A população chocou-se, pois pensavam que a vacina ia matá-los ao invés de previr.

Ocorrência 12

Em casos que os programas de saúde é ativo não basta as ações de médicos, enfermeiros ou outros profissionais da área de saúde realizarem o exercício de suas profissões; necessita da colaboração da sociedade.

Exemplo desta Colaboração é o caso da dengue. Esta doença possui um rápido avanço da manifestação exigindo cuidados de todos. Estes cuidados necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde que **verificaram** se a população está vivendo de maneira adequada além de transmitir-lhes informações essenciais a prevenção da doença.

Ocorrência 13

Em pleno século 21 **nunca se falou tanto** no setor primário como fonte de renda e energia e investimento.

Ocorrência 14

Atualmente, embora a natureza continue oferecer, o homem interrompe convivência, mas continuando utilizá-la. O homem tornou-se grande egoísta. Com o desenvolvimento da ciência o próprio homem se acha que ele é mais forte do planeta. Como por exemplo, a arma fez o homem **seja** mais forte que animais.

Ocorrência 15

O ser humano tem a opção de escolher entre garantir algum futuro para seus netos e bisnetos na Terra ou ficar apenas com seu dinheiro viver sua vida e depois os mais novos que concertem seus erros.

E a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, **decidiram** pelo egoísmo, pelo poder de consumo, contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa.

Ocorrência 16

Portanto se nossos governantes parassem um pouco de gastar dinheiro com obras de longo prazo e investisse um pouco mais na saúde no país, muitas empresas apoiaram varios campanhas de conscientização de doenças para a população e com isso nosso sistema de saúde melhoraria muito e assim que sabe **torna-se** referencia para o resto do mundo.

Ocorrência 17

Ora, o estado já vem cumprindo o seu dever, com algumas falhas é claro, mas tem superado sim algumas de nossas expectativas. O que está faltando agora, nesse momento para a melhora, talvez não, é a responsabilidade e a cooperação da população, é necessário contribuir; fazendo a nossa parte, não só no caso da dengue, mantendo a casa limpa e sem água parada, aonde for necessário, por exemplo, ajudando na orientação às pessoas em relação as outras doenças.

Ocorrência 18

Caso ocorra uma interrupção no uso de animais para pesquisa, muitos **seriam** os prejuízos, principalmente para o avanço da ciência.

Ocorrência 19

Muitas pessoas ficam preocupadas se aqueles que dizem ser da saúde pública não são ladrões que assim que **abrirem** suas casas iram começar o assalto. Ou pode ser mesmo que estão trabalhando e as casas ficam sozinhas ou com seus filhos. E por meio de segurança ninguém entra ninguém sai. Sim essa é a nossa realidade.

Ocorrência 20

As pinturas rupestres **já revelam** a mais primitiva exploração eco-antropógena Desde o paleolítico, **registrou-se** a exploração dos recursos naturais para subsistência, por caça, coleta e utilização do fogo. No período neolítico, é visível a evolução do homem, o qual **passa** a explorar a terra a seu favor, pela agricultura. Grandes civilizações **foram** estabelecidas a margem de rios, e **ficou** claro que a exploração dos recursos naturais é instintiva e de fundamental importância para evolução.

Ocorrência 21

Em toda a história da humanidade só nos últimos cem anos **possuímos** comida em abundância sem precisarmos fazer grande esforço para obtê-la.

Ocorrência 22

O homem pode conduzir o planeta para a destruição, como **anda fazendo** nos últimos tempos, como também pode reverter esta situação e tentar mudar o futuro das próximas gerações, usando todo seu poder de planejamento e o avanço tecnológico de que foi capaz de chegar,

Cada recorte de texto apresentado expõe o choque de noções modais, aspectuais e temporais. Algumas confluências de planos temporais comprometem mais os textos dos alunos enquanto outras comprometem menos.

Anexo 2: Ocorrências de texto literários

Ocorrência 23

Ficamos existindo em território baixio da Sirga, da outra banda, ali onde o de-janeiro vai no São Francisco, o senhor sabe. Eu estava com uns treze quatorze anos...

De sorte que, eu estava contando, ao senhor, uma noite se passou, todo mundo sonhado e satisfeito. Declaro que era em abril, em entrar. Medeiro Vaz, para o que traçava, tinha querido se adiar das restadas chuvas de março – dia de São José e sua enchente temposa – para pegar céu perfeito, com os campos ainda subindo verdes, pois visto gente ia baixar primeiro por campinas de brejais, e daí avançar aquilo que se disse, dêpo-depois. Porque era extraordinária verdade, logo conheci; não achei terrível. Tangemos, esbarrando dois dias – lá se tinha boa cavalaria descansada, outros cavalos sob guarda dum sitiante amigo, Jõe Engrácio, por nome. Nos caminhos ainda se lambuzava muita lama **ôntem**. (ROSA, p.43).

Ocorrência 24

Esta é a história. Ia um menino, com os Tios, passar dias no lugar onde se construía a grande cidade. Era uma viagem inventada no feliz; para ele, produzia-se em caso de sonho. Saíam ainda com o escuro, o ar fino dos cheiros desconhecidos. A Tia e o Tio tomavam conta dele, justinamente. Sorria-se, saudava-se todos se ouviam e falavam. O avião era da Companhia, especial, de quatro lugares. Respondiam-lhe todas as perguntas, até o piloto conversou com ele.[...]

[...] Entregavam-lhe revistas, de folhear, quantas quisesse, até um mapa, nele mostravam os pontos que ora e ora se estava, por cima de onde. O menino deixava-as, fartamente, sobre os joelhos e espiava: as nuvens de amontoada amabilidade, o azul do ar, aquela claridade à larga, o chão plano em visão cartográfica, repartido de roças e campos, o verde que se ia a amarelos e vermelhos e a pardo e a verde; e além, baixa, a montanha. Se Homens, meninos, cavalos e bois – assim insetos? Voavam supremamente. O menino, **agora**, vivia; sua alegria despedindo todos os raios. (ROSA, p.8)

Ocorrência 25

Caminhávamos rumo à Embaixada da Argentina, deixando para trás uma parte gelada Cordilheira dos Andes e tendo à nossa esquerda o Estádio Nacional, para onde convergia o grosso tráfego militar na área.

Na esquina com a rua Holanda, **somos** abordados por alguém que nos **pede** fogo. Uma pessoa parada na esquina. Parecia incrível que se pudesse estar parado na esquina, naquele momento. (GABEIRA, p.11)

Ocorrência 26

Lentamente, começou a tornar-se desconfiada, cortante como um nordeste; respostadas, questões com as companheiras; não se havia de deixar pôr o pé no pescoço!

As antipatias que a cercavam faziam-na assanhada, como um círculo de espingardas que enraivece um lobo. Fez-se má; beliscava crianças até lhes enodoar a pele; e se lhe ralhavam, a sua cólera rompia em rajadas. Começou a ser despedida. Num só ano esteve em três casas. – Saía com escândalo, aos gritos, atirando as portas, deixando as amas todas pálidas, todas nervosas...

A inculcadeira, a sua velha amiga, a tia Vitória, disse-lhe:

- Tu **acabas** por não ter onde te arrumar, e **falta-te** o bocado de pão!

O pão! Aquela palavra que é o terror, o sonho, a dificuldade do pobre assustou-a. (EÇA DE QUEIROS, p.77)

Ocorrência 27

Abria a geladeira, tirava a garrafa de água. Antes de chegar aos copos, já o camarada António me passava um. As mãos dele deixavam no vidro umas dedadas de gordura, mas eu não tinha coragem para recusar aquele gesto. Servia-me, bebia um golo, e ficava à espera da resposta dele.

[...] Eu esperava sentado por mais palavras. O camarada António fazia lá as actividades da cozinha, sorria, mas ficava calado. Todos os dias ele tinha o mesmo cheiro, mesmo quando tomava banho, parecia sempre ter aqueles cheiros de cozinha. Ele pegava na garrafa de água, enchia com água fervida, voltava a pôr na geladeira.

- Mas António, ainda quero mais água...

- Não menino, já chega - ele dizia – Senão depois no almoço não **tem** água gelada e mãe **fica** chateada. (ONDJAKI, 2003, p.17-18)

Ocorrência 28

O camarada João era motorista do ministério. Como o meu pai trabalhava no ministério ele ajudava nas voltas da casa. Às vezes eu aproveitava a boleia e ia com ele para a escola. [...]

[...]Ele me deixou na escola. Os meus colegas estavam todos a rir porque eu tinha chegado de boleia. Nós **costumamos** gozar sempre quem chega de boleia, por isso eu sabia que eles iam me estigar. Mas até não estavam a rir só disso. (ONDJAKI, 2003, p.19-20)

Ocorrência 29

Passemos por alto sobre os anos que decorreram desde o nascimento e batizado de nosso memorando, e vamos encontrá-lo já na idade de sete anos. Digamos unicamente que durante todo **este** tempo o menino não desmentiu aquilo que anunciara desde que nasceu: atormentava a vizinhança com choro sempre em oitava alta; era colérico; tinha ojeriza particular à madrinha; e era estranhão até não poder mais. P. 14

Anexo 3: Produções textuais de vestibular

Texto 1

Redação 1 Unicamp

Lote: 2007 Seq.:45

ASSINALE A PROPOSTA QUE VOCÊ ESCOLHEU

A

B

C

Soluções para poucos explorados para muitos.

Uma solução ou um problema, como se encissem as explorações da agricultura para a obtenção de combustíveis renováveis também chamados de biocombustível.

Com o acelerado avanço da sociedade ao redor de todo o mundo, surge uma corrida frenética atrás de fontes de energia para sustentar essa evolução. Muitos recorreram aos combustíveis fósseis como petróleo, carvão mineral e gases também provenientes de matéria orgânica decomposta.

Em um passado não muito distante, a preocupação da humanidade não era com a quantidade mas fontes não renováveis duráveis e sim com a quantidade mas indústrias lucrativas. Atualmente que percebemos que essas fontes não eram eternas, então começa uma busca por fontes renováveis como a álcool proveniente da cana ou óleos recentemente da biodiesel.

Essas fontes de bioenergia são uma solução para a provável falta de combustíveis, mas são um grande problema para as áreas rurais quando não são tomadas as devidas precauções como repor nutrientes no solo, evitar fazer queimadas, desmatar florestas inteiros entre outros cuidados com o meio ambiente e a população dessas áreas que além de serem exploradas no trabalho rural ainda tem que competir com máquinas cada vez mais modernas e eficientes.

Um erro e verdadeira solução seria a tarefa que se que é impossível de consentir com os grandes produtores agrícolas de extrair sem explorar o destruir.

radges e ONG's de preservação ambiental) e responsável pelos leis de bioética e biossegurança. ~~(Assim sendo)~~

~~(Observando ~~tais fatos, podemos~~ essa decisão e outros aspectos relevantes, é possível concluir que os ~~tais~~ experimentos científicos em ~~com~~ animais ~~em~~ são absolutamente imprescindíveis para que tenhamos uma vida melhor e saudável. ~~(Progeria por causa de vacinas e etc?)~~ ~~(Sem entender o contexto, podemos)~~ deve modo é possível uma maior longevidade do ser humano, e por conseguinte, uma maior experiência de vida. Com isto, podemos tentar construir novas tecnologias (para termos conhecimentos acumulados suficientes para isso) para melhorar a vida na Terra, e assim estabelecer uma relação de mutualismo com os animais: ~~(Enquanto eles nos fornecem remédios e ~~tantas~~ vacinas)~~)~~

Observando essa decisão e outros aspectos relevantes, é possível concluir que os experimentos científicos em animais são absolutamente imprescindíveis para que tenhamos uma vida melhor e saudável.

Redação

Título: Devemos nossas vidas às vacinas

51	M	109
----	---	-----

→ Univas - P

Assinale a proposta que você escolheu

 A

 B

 C

Redação 3

O ano de 2009 foi um tanto conturbado para a ciência. Pesquisadores e integrantes de organizações (ONG) não-governamentais entraram em conflito, pois enquanto estes defendiam a proibição de testes (científicos) em animais alegando que poderíamos viver sem vacinas ou outros medicamentos provenientes de tais testes, os cientistas lutaram para manter o direito de realizá-los. Em meio a esse dilema, resta-nos a dúvida: Os experimentos científicos com animais são necessários para sobrevivermos ou são um mero comodismo de nossa parte?

As vacinas são o principal meio de combate à doenças que conhecemos. Sem elas não seria possível conter alguns vírus, como por exemplo a poliomielite, que arruinava a vida de milhares de pessoas todos os anos. Graças às pesquisas de Sabin, nos é possível evitá-la simplesmente engolindo algumas gotas, nas quais estão presentes os anticorpos.

Esses (anticorpos) anticorpos são produzidos pelo sistema imunológico de animais e testados em camundongos antes de fazermos uso deles. Aí reside a grande polêmica. Esses testes não causam mal algum a tais animais, pois eles têm, naturalmente, mais células de defesa contra tais antígenos que nós. Os experimentos só induzem a multiplicação dessas células, que posteriormente irão nos imunizar.

Mesmo sabendo do não-sapimento dos animais, a VETPA depende que o uso deles (mas na produção de medicamentos) é um ato que despreza a vida, e que para nos (preservar) preservar de tais doenças devemos mudar nosso estilo de vida, (sem) largando vícios e melhorando aspectos higiênicos, em vez de realizar experimentos em (bichos) outras espécies, para evitar essas enfermidades. Tal solução não é válida, pois bacilos causadores de (uma) epidemias com alta taxa de mortalidade, como a tuberculose, se (espalham) propagam pelo ar.

Levando esses fatos em consideração, o Senado aprovou em 9 de setembro a Lei Arcouca. Tal lei permite o uso de (os) animais como cobaias, sob determinadas circunstâncias estabelecidas pelo CONCEA, órgão formado por representantes de ambas as partes (pesqui-

REDAÇÃO

Redação 13
Unesp

"Luta com a Sucessão"

A Inimigade representa um sentimento ruim, relacionado a não querer o bem, o melhor. Mas, como é apontado no tema será que é realmente o homem o inimigo da Terra, seria também que é somente ele que faz isso, e porque faz uma coisa que fará mal para ele e para todos os seu redor.

É a peça que é, o homem por em relação ao buraco na camada de ozônio, as chuvas ácidas que acabam destruindo grandes áreas de florestas e também poluem rios e matam os peixes, e ele quem faz isso por meios relacionados as indústrias, o campo também.

Más pensando bem, se o homem não produz, não existe e não polui, como não vive se esse é o seu trabalho. Muitas pessoas castigam outros que não usam essas áreas, mas se cada um parar e pensar que quando anda de carro também polui, quem tem as condições também polui.

O homem é o inimigo, más antes era um inimigo "ineficiente", por a quantidade de poluição era aceita pela natureza, por quando a natureza reage, causa distúrbios, um exemplo recente, é da enchente que aconteceu na região sul do país, e tudo causado pelo homem que fez a natureza se misturar. Também podemos pensar no Rio Têti, que antigamente era limpo, e pessoas até nadavam e limpavam as suas roupas.

O homem passou de "ineficiente", para "letal" mas não só para a natureza, mas também para o próprio homem, e tem como prova se continuamos castigando o planeta como têm castigando, por de uma coisa toda sabem, que é que fazemos hoje, é o resultado de amanhã.

REDAÇÃO

Ainda tem jeito?

O ser humano está dependendo cada dia mais da era digital, não está colocando em prática a sua condição de planejar o futuro e a Terra pede socorro... Socorro do homem moderno, que não sabe o verdadeiro significado da palavra "preservar", que quer dizer: manter, cuidar de tudo o bem que a Mãe Natureza nos proporciona, deste mesmo homem que está totalmente ciente dos prejuízos que vem causando ao planeta.

Queimadas, poluição das águas, destruição dos ecossistemas, utilização inconsciente da tecnologia, enfim, uma série de barbaridades cometidas a cada dia, vem degradando o ambiente terrestre, e são noticiadas para toda a população, que não dá o mínimo de importância, muitas vezes achando que se apenas a sua família fizer o correto, não estará ajudando em nada o planeta.

A natureza já vem mostrando sua força, desobediência ao homem todo o mal feito a ela, como o derretimento das calotas polares, que consequentemente aumentará o nível dos oceanos e desaparecerá com a faixa litorânea, tsunamis, que direta ou indiretamente atingem toda a humanidade, agravando cada vez mais a situação e deixando mais pessoas desabrigadas e sem alimento.

É necessário que haja conscientização da população através de campanhas que mostrem o início da conservação dos recursos dentro de sua própria casa, como dar destino certo ao lixo, separar o que é reciclável, economizar água; além de o governo fiscalizar e aplicar multas severas às indústrias que se instalam à margem de rios para utilizar a água, e a retornam contaminada, além de muitas outras atitudes, que poderão em um futuro não muito distante, dar melhores condições de vida às próximas gerações, não deixando jamais de cuidar da natureza, que nos proporciona tudo o que necessitamos para viver.

O homem e sua criação

O homem fez sua tecnologia, descobriu curas para doenças que ele mesmo fez, altera o ecossistema e sem perceber, destrói o mundo e a si mesmo. Quantas vezes paramos para pensar e vemos que tudo feito pelo homem foi pensando nele mesmo?

O ser humano cria e destrói, como vemos na Segunda Guerra Mundial no ano de 1945 quando os Estados Unidos da América resolvi testar suas bombas atômicas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando milhares de pessoas e, ao mesmo tempo, eliminando quantidades enormes de poluidores na nossa atmosfera, o que contribuiu também para o aquecimento global ocorrente nos dias de hoje.

Outro fato, foi um vazamento na usina nuclear de Chernobyl, nos Estados Unidos, causando uma enorme degradação ambiental, contribuindo também para o aquecimento global que tem como consequência as enchentes e terremotos como também desertos como o ocorrido em Santa Catarina que deixou milhares de desabrigados.

Tudo feito até hoje pelo homem, tem a sua consequência ou está tendo, e onde está a culpa disso? Talvez seja a ganância pelo poder e querer mais do próprio homem homem. O que é fato é que o homem é um inimigo do planeta e dele mesmo.

A um passo da extinção.

A lei da natureza que diz "Nada se cria, tudo se transforma" pode ser contraditória quando se fala em inteligência humana, já que para o homem nada pode detê-lo, nem mesmo a possibilidade da extinção de sua própria raça.

Desde do Big Bang, o planeta Terra vem se modificando para que este fosse capaz de abrigar seres vivos. Mesmo na era dos dinossauros, onde quase todos os seres foram extintos, ele seguiu forte, ~~seguindo~~ ajustando-se para adequar-se a outras formas de vida, mas foi até chegar a era dos homens, "a vida inteligente", para que esse forte planeta se desequilibrasse.

Então pode-se dizer que a inteligência, ou melhor, a capacidade de pensar é uma ameaça a integridade física do planeta? Respondo sim, juntamente com sentimentos humanos, como ganância, egoísmo. O ser humano tem por instinto a atitude de levar vantagem, achar sempre um jeitinho de melhorar, mesmo que isso afete ao próximo ou até mesmo ~~destrua~~ o destrua.

O planeta sempre nos serviu bem, deu-nos tudo do que mais ~~precisávamos~~ necessitávamos, mas porque não melhorar, criar novas formas de viver, consteive coisas com madeira de árvores ao invés de continuar nas cavernas, comer frutas enlatadas, modificadas, ao invés de pegar no pó, por pouco preguiça, criar novas fontes de luz, novos meios de se ter luz.

Então, a cada criação dos homens, há uma nova destruição do planeta, a cada novo pensamento, mais um degrau para a própria destruição.

REDAÇÃO

Redação 14
UNESP

O homem e seu futuro

Estamos em uma era de muito consumismo, onde adotamos um estilo de vida totalmente destruído.

Dentro de pouco tempo poderemos não existir mais, acabando com o legado da raça humana, tudo isso se as coisas continuarem como estão.

Destruição, poluição, secas, chuvas constantes. Tudo isso está ocorrendo graças a ação do ser humano, ou melhor, graças as nossas ações.

O consumo exagerado nos torna pessoas burras, sem amor a vida, o que nos deixa no nosso próprio mundo, esquecendo de outras pessoas, de pessoas que realmente precisam.

E essas nossas ações nos tornam ^{inimigos} inimigos do nosso planeta, este que talvez não existirá mais, porque essa nossa brutalidade vai fazer com que nós nos auto-destruirmos, sem deixar vestígios.

Contudo, ainda podemos ter a esperança de reverter esta situação.

Se cada pessoa começar a ter consciência de seus atos, deixando de ser individualista, pensando num mundo que ainda nos tem um restinho de verde, dos rios, das nossas montanhas envidradas, deixando de poluir, de nos prejudicar, quem sabe ainda não conseguiremos sobreviver e preservar também as outras formas de vida.

Consciência ecológica

É necessário que as pessoas tenham medo da degradação ambiental. Ela se tornou rotina em nossa sociedade, por isso, têm consequências fatais. É por isso mesmo, portanto, cuidar-se, evitar de mais o meio ambiente e, até evitar o consumismo exagerado de nossa sociedade.

É quem inspira esse medo e a imaginação de indivíduos quando se depara com a possibilidade de esgotar nossas reservas naturais e inclusive a água, portanto, não tem a sensação de que esse meio está de mais poluído e consumista.

Pesquisa realizada no estado da Amazônia, concluiu, mostra que essa ideia tem uma base na realidade. Dados obtidos entre 2006 e 2008 revela que o desmatamento na Amazônia não parou. Estima-se por isso que a área degradada seja igual a 10 campos de futebol.

A pesquisa é estatisticamente significativa. É claro que algumas pessoas poderiam levantar objeções metodológicas contra o estudo, mas por mais frágil que fosse este estudo, ele já serviria para mostrar a degradação do meio ambiente, capaz de alterar o clima da terra.

Nos últimos cem anos, com a industrialização e avanços tecnológicos, o homem promoveu uma maior degradação do que em toda a história do planeta.

Conseqüências das atrocidades cometidas contra ele podem ser notadas como o aquecimento global, chuvas ácidas, furacões e terremotos que se intensificaram nos últimos décadas.

A relação entre homem e natureza nem sempre foi de desprezo como hoje. Civilizações antigas em geral, tinham a natureza como um deus estabelecendo relações harmoniosas.

Apesar disso, hoje é que podemos observar a grande quantidade de lixo, principalmente nos grandes cidades, que os quais poluem ainda mais a natureza.

Além disso, o estilo de vida consumista no qual estamos inseridos faz com que o ciclo natural das coisas seja rompido, apenas retirando os recursos da natureza e nunca repõe.

Existe também a degradação das florestas que além de eliminarem um dos maiores "purificadores de ar" existentes no mundo intensificando problema como o aquecimento global.

Em suma, com o atual nível de consumo os materiais-primas se esgotarão rapidamente. Com isso ao invés de homem ser titulado como inimigo do planeta, pode se tornar inimigo de si mesmo.

Redação

Lote: 2008 Seq.:06

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

Prevenção e Educação

A saúde pública é atualmente uma das maiores preocupações do governo do estado. A população quer, precisa e tem como direito uma saúde pública de qualidade mas isso nem sempre acontece.

O Estado também tem como função lançar ações preventivas para tentar evitar as doenças ao invés de cuidar delas. A população nem sempre reage bem a essas campanhas.

Não é difícil encontrar um cidadão, que não permitiu a entrada de um funcionário da prefeitura para inspeção da dengue em sua casa, reclama das filas nos postos de atendimento público. Esse é apenas um dos problemas que o governo encontra ao aplicar campanhas preventivas.

Outro caso comum são pais reclamando da falta de atendimento público para seus filhos, pois não tem condições de buscar atendimento privado para todos eles. O fato é que o governo mantém campanhas de controle de natalidade, provendo métodos contraceptivos de graça nos postos de saúde.

Com base nesses fatos é lógico pensar que a saúde só irá melhorar se houver investimentos nela em conjunto com a educação, pois sem ela as ações preventivas dificilmente funcionarão.

Redação

Lote: 2008 Seq.:75

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

Sempre foi dito: prevenir é o melhor remédio. O Estado por sua vez não foge a regra.

Com um vasto território, o Brasil possui vários programas de prevenção, alguns de caráter regional, outros nacional, sempre visando o bem da população.

A intenção é boa mas nem sempre é vista por todos com bons olhos. Talvez por falta de conhecimento, informação, uma grande maioria da população causa revoltas, como a da Vacina, no ano de 1904 no Rio de Janeiro. Devido a um surtimento precário da época Oswaldo Cruz implanta a lei de prevenção. A população, chocou-se, pois pensavam que a vacina ia mata-los ao invés de prevenir.

Um caso mais atual é que muitas famílias impedem a entrada de profissionais de saúde da cidade em sua moradia, com medo que sejam pessoas que não trabalham para o Estado e sim ladrões.

Esses excessos dificultam a intervenção do Estado e suas medidas preventivas.

Falta informação para planes mais conscientes para que a prevenção individual fosse a preferida.

Redação

Lote: 2008 Seq.:22

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

A importância de ações preventivas à saúde

Podemos dizer que a saúde pública é um dos principais setores ~~de investimento~~ que necessita grandes investimentos do governo para uma melhor condição de vida da população.

Mesmo sendo um importante setor da humanidade, a saúde pública depara-se com muitos problemas, os principais são: a precariedade que encontramos em muitos hospitais e a falta de colaboração popular quando os programas de saúde ~~em~~ não são precários.

Muitas pessoas morrem no hospital e vão embora para casa sem ter recebido nenhuma assistência médica. Mostra-se de uma utilização adequada de impostos pagos pela população, e se apenas o retorno de sua contribuição.

~~Em~~ com certeza que os programas de saúde e outros não basta se ações de médicos, enfermeiros ou outros profissionais da área da saúde realizarem o crescimento de suas profissões; necessita da colaboração da sociedade.

Exemplo desta colaboração é o caso da dengue. Esta doença possui um rápido avanço da manifestação atingindo cidades de todos. Estas cidades necessitam do acompanhamento da vigilância da saúde que verificaram se a população está vivendo de maneira adequada além de transmitir-lhes informações essenciais a prevenção da doença.

Portanto todo esse processo só é possível se cada um simplesmente cuidar do ~~ambiente~~ local de trabalho, de moradia e abrir a porta aos funcionários da saúde pública.

Os programas de ações preventivas ajudam bastante na queda do número de indivíduos afetados por doenças, entretanto em alguns casos como por exemplo ao fumo do cigarro este número de pessoas afetadas não diminuiu.

Concluímos portanto que as ações de campanhas preventivas

a saúde são ações cooperadas com a sociedade e o Estado.
Investimentos na área da saúde, conscientização das pessoas e
informações dos profissionais da medicina necessitam desenvolverem
juntas para um melhor resultado.

ASSINALE A PROPOSTA QUE VOCÊ ESCOLHEU



Desenvolvimento no Setor Primário.

Em pleno século 21, nunca se falou tanto no setor primário como fonte de renda e energia e investimento. A tecnologia veio para causar revolução e, através de novos e avançados meios de produção, para o desenvolvimento.

Atualmente a produção agrícola brasileira da tecnologia chega a ser um investimento bastante elevado, já que no Brasil nas décadas de 70, 80 e 90 houve um grande êxodo rural.

A queda e a implantação de mais uma fonte de energia do país trará benefícios no campo, pois a agricultura colherá os frutos.

O meio ambiente se livrará de tantos poluentes que contaminam a atmosfera que vivemos.

O Brasil também contará com o avanço científico pois é através dele que novas fontes de energia foram conquistadas.

O agronegócio é favorável ao Brasil pois o país conta com um clima privilegiado, solo fértil, disponibilidade de água, mão de obra qualificada e mão-de-obra qualificada.

Hoje em dia o homem está ameaçando o planeta com o poder da ciência, e constantemente destruindo a natureza, que é impossível recuperar rapidamente, ~~mas~~ embora o homem seja ~~uma~~ uma criatura que ~~ele~~ precisa ~~a~~ ajuda da natureza.

Antigamente, o homem era uma pequena criatura e fraco que existia. Única vantagem do homem era "pensar". Com isso, o homem sabia utilizar o que a natureza oferecia. A natureza foi casa, defensor ~~em~~ e fonte de alimento. O homem sabia conviver.

Atualmente, embora a natureza continue ~~oferecer~~ ~~oferece~~ oferecer, o homem interrompe convivência, ~~com~~ mas continuando utilizá-la. O homem tornou-se grande egoísta. Com o desenvolvimento da ciência o ~~hom~~ próprio homem se acha que ele é mais forte do planeta. Como por exemplo, a arma fez o homem seja mais forte que animais. Com isso, o homem só buscava o lucro, investia a natureza para chegar seu objetivo.]

Durante o processo que gera o lucro, o homem se esqueceu que ele deve conviver a natureza. Isso chamou os desastres da natureza. Embora o homem tenha o poder da ciência, a ciência não ~~protege~~ protegê-lo. A ciência pode prever, mas ela não controla a natureza nem evita para acontecer. Como exemplo, aquecimento global ou terremotos, o resultado feito pelos humanos. Os filmes atuais também ~~também~~ ~~em~~ falam-nos para cuidar a natureza. Como exemplo o filme "o dia depois de amanhã" mostra o homem ~~é~~ encontrar a desastre da natureza.

Ao final, a recuperação da natureza é imprevisível, mas quando ela não consegue recuperar ela mesma, chama desastre. As desastres ~~aconteceram~~ atualmente, significa a natureza está chegando seu limite e nós, homens tem que tomar atitude para evitar. Quando o homem torna-se o inimigo da natureza, nesse planeta não haverá o homem nem outras espécies. Durante o homem é amigo do planeta, o planeta oferecerá várias vantagens ao homem.

Com ou sem futuro?

O homem vive se orgulha de seu estilo de vida glamoroso, de seus carros, casas, roupas, e suas descobertas e invenções. Mas fingem que esquecem das consequências de seus atos, que há pessoas morrendo de fome, com frio, sem lugar para morar e sem receber alguma ajuda, que suas descobertas e invenções talvez não possam ser usadas por mais que uma geração.

O ser humano tem a opção de escolher entre garantir algum futuro para seus netos e bis-netos no Terra ou ficar apenas com seu dinheiro viver sua vida e depois os mais novos que cometerem seus erros.

É a maioria das pessoas escolhem a 2ª opção, decidiram pelo egoísmo, pelo poder de consumo, contribuindo para desmatamentos, queimadas, poluição do ar, de rios, aquecimento global, enchentes, efeito estufa. Esses ocorrem com o simples ato de jogar uma garrafa plástica, papel ou uma bituca de cigarro pela janela do carro ou algo mais complexo como subornar um fiscal para poder desmatar áreas proibidas.

De atitude em atitude o mundo já destruiu os poucos e talvez os tais mais novos não tenham como corrigir os erros e tentar restaurar algo no Terra.

Redação

Lote: 2008 Seq.:73

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

Hoje em dia um dos fatores mais importantes do nosso país é a "Saúde", esta que é muito preciosa para uns e abundante para outros, mas fora isso tem o papel do estado, para com a saúde da população, tendo isso como dever porém nem sempre é isso o que acontece. Segundo dados de uma pesquisa, feita em todo o país, cerca de 30 milhões de pessoas morrem todos os anos por alguma doença que não foi devidamente tratada.

Um estudo feito na Constituição federal de 1988, tem um capítulo dedicado a saúde, nele prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. A saúde em nosso país depende muito da classe social em que cada um se enquadrar, pois se você tem dinheiro você é bem atendido em clínicas especializadas com os melhores materiais e mais novos do contrário vai parar em hospitais públicos, que muitas vezes estão lotados, para você conseguir uma vaga é muito demorado e muitas vezes pode até custar a vida.

Portanto se nossos governantes para sem um pouco de gastar dinheiro com obras de longo prazo e investissem um pouco mais em saúde ~~em~~ no país, muitas empresas apreciariam várias campanhas de conscientização de doenças para a população e com isso nosso sistema de saúde melhoraria muito e assim quem sabe torná-lo referência para o resto do mundo.

7

Redação

DISSERTAÇÃO

Lote: 2008 Seq.:68

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

Como foi o do conhecimento geral, a assistência à saúde aqui no Brasil não atingiu as expectativas da população, pelo contrário, deixa muito a desejar. Sabemos também que a solução para esse problema depende um grande parte da atuação eficiente do estado, fazendo a sua parte, e tomando iniciativas, como foi um fato.

Um exemplo de caso que tem contado com a colaboração e eficiência do estado é a dengue. O estado está fazendo a algum tempo tomando iniciativas e disponibilizando pessoas para ajudar e conscientizar a população à respeito da doença, tanto na forma de como prevenir, quanto na maneira de como contribuir para erradicar o mosquito transmissor da doença.

É uma boa iniciativa do estado, mas que infelizmente não tem alcançado a unidade esperada. Você deve estar se perguntando e por quê, afinal, não está escrito na Constituição Federal: "a saúde é direito de todos e DEVER do Estado"...

Ora, o estado já vem cumprindo o seu dever, com algumas falhas é claro, mas tem superado sem algumas de nossas expectativas. O que está faltando agora, nesse momento para a melhora, talvez não, é a responsabilidade e a cooperação da população, é necessário contribuir, fazendo a nossa parte, não só no caso da dengue, mantendo a casa limpa e sem água parada, mas assim for necessário, por exemplo, ajudando na prevenção às pessoas em relação as outras doenças.

Uma coisa não podemos ter, que o Brasil é um país de povo forte, disposto a trabalhar e a vencer as nossas, por isso, podemos ter a certeza que já temos garantida mais essa vitória!

Redação Redação 5 Unicamp

46 P 345

Assinale a proposta que você escolheu

A B C

"Animais = Cabeças"

Ao longo da história, a relação entre humanos e animais vem se modificando. Estas relações variam de época e cultura, antigamente os animais eram alvo de caça e serviam apenas como alimento, posteriormente foram adestrados e domesticados; atualmente são utilizados em diversas atividades, até em experiências científicas. Muitos questionam a maneira como os animais são tratados, por isso este tema gera polêmica. Experiências com animais deveriam ser permitidas?

Esta questão envolve a ~~espírito~~ legislação, cientistas e os órgãos e movimentos criados em defesa dos animais. Seis leis visando a proteção dos animais foram criadas, como o artigo 225 da Constituição Federal, que ~~cria~~ a Lei de Crimes Ambientais (Constituição de 1988), que ~~cria~~ criminaliza quem cometer abuso, mau tratar, ferimentos ou mutilação em animais silvestres, domésticos e domesticados; além de leis mais atuais, como a aprovada no início deste ano, que se colocada em prática, atrapalharia boa parte das pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, por instituições como a Fundação Oriberto Guig, pois esta torna ilegal o uso de animais em experiências científicas na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de tantas leis, ainda presenciamos atos de violência e exploração de animais, muitos não cumprem a lei.

Caso ocorra uma interrupção no uso de animais para pesquisa, muitas seriam as perdas, principalmente para o avanço da ciência, que ~~se desenvolve~~. Quando um medicamento novo ou vacina são desenvolvidos, é necessário que seus efeitos sejam testados em animais, para posteriormente serem aplicados nos seres humanos, caso contrário vidas humanas seriam colocadas em perigo, o risco de aplicá-los direto em humanos seria muito grande. Este uso de animais para pesquisas não estaria desprezando a vida, ~~pois~~ ~~contaria~~ estaria ^{estaria} ~~mas~~ ^{risca} a saúde e o bem-estar de ser humanos, ~~ou seja~~, a vida.

Estes estudos permitem que o homem busque a cura para doenças e sua prevenção, este e outros fatores como o saneamento básico, boa alimentação, ~~conscientização~~ ^{risco} ~~posterior~~ ^{que} a média de vida aumenta. Porém nem todos têm acesso à estes fatores e dependem de medicamentos para curar-se e prevenir-se de doenças. Caso

Redação

Lote: 2008 Seq.:01

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

Resistência, ignorância, mudança.

A palavra principal que devemos pensar, é mudança. A mudança é muito importante para que o Estado e os profissionais da saúde possam combater e prevenir as doenças que causam na população. Porque a resistência e a ignorância são propícias para o surgimento e a proliferação das doenças. Não adianta a propoganda sobre a doença e forma de prevenir no intervalo da novela, muitos não estão nem aí, ou não sabe que aquilo ocorre em seus lares. Ou na tarde o serviço de saúde que se entra na sua casa e como todo, estão ocupado ou estão fora de suas casas.

É importante a prevenção, mas como prevenir se as pessoas não colaboram. É fato no Brasil que a violência está imensa e nossa desconfiança não para todos. Muitas pessoas ficam preocupadas se aqueles que dizem ser da saúde pública não são ladrões que assim que chegam suas casas começam a arrastar. Ou pode ser mesmo que estão trabalhando e as casas ficam vazias ou com os seus filhos, e por meio de segurança ninguém entra. Sim isso é nossa realidade.

Quanto pessoas param de estudar, ou não se preocupam com as doenças e com o resto da população. Os planetas eles são auto explicativos, não precisa de muito para entender, mas será que alguém para e lê, logo aplica o que aprendeu. Isso é um dos principais desafios para o Estado, fazer as pessoas agirem em favor ao combate da doença. Que bem que o Presidente não tem tanta moral e interesse assim para pedir, pois nunca a população viu ele tomar

de uma coisa d'água, ou fazendo outra medida por exemplo para combater o dengue.

Por isso a palavra mudança. Precisamos mudar o jeito que pensamos e fazemos no nosso dia-a-dia para que hoje e futuramente pensemos estar preparados para o combate as doenças no Brasil, assim poderíamos pensar em economizar com as propagandas e investir nos hospitais para o tratamento de doenças e a infra estrutura. Quem sabe poderíamos em relação para a população e o Estado, sem que o caso conflite entre os dois.

As pinturas rupestres já revelam a mais primitiva exploração eco-antropogênica. Desde o paleolítico, registrou-se a exploração dos recursos naturais para subsistência, por caça, coleta e utilização do fogo. No período neolítico, é visível a evolução do homem, o qual passa a explorar a terra ao seu favor, pela agricultura. Grandes civilizações foram estabelecidas a margem de rios, e ficou claro que a exploração dos recursos naturais é instintiva e de fundamental importância para a sua evolução.

Os séculos se passaram, nos remetendo à uma sociedade contemporânea revolucionada industrialmente, recheada de tecnologias, globalizada, antropocêntrica e regida por um único ser: o capitalismo. Essa política surgiu acombada de outras ideologias como fordismo e taylorismo e moldaram esse modelo super consumista.

A subsistência deixou de ser prioridade e passou a ser consequência. A exploração homem-ambiente gira em torno de interesses econômicos disenfreados, utilizando os recursos naturais irracionalmente ou não, de forma irracional, desarregulando o equilíbrio natural de gênia, e tornando-se o maior inimigo em potencial da Terra.

As consequências são naturalmente exploradas e comunicadas pela mídia eco-mídia do século XXI, não desde mudanças climáticas, até fenômenos naturais catastróficos, como estouramentos. Insuficientemente, olhos de calor em grandes unites aquecimento global, são apenas colheita de um mal aproveitamento do planeta.

O grande pecado humano não está na exploração, mas sim, na ambição. Recursos naturais são essenciais, e podem ser utilizados com racionalidade. A educação ecológica é necessária, para devolver ao menos, parcialmente o equilíbrio aos ecossistemas e permitir que futuras gerações usufruam dos benefícios naturais, agindo como cura aos cânceros passados.

Redação

Lote: 2008 Seq.:52

Assinale a proposta que você escolheu

A

B

C

A vida caminha de uma forma curiosa; os mais fracos ou menos aptos ao ambiente não resistem e morrem. Já os fortes ou mais aptos resistem ao meio, se reproduzem e têm descendentes. Essa é a famosa seleção natural defendida pelo biólogo Charles Darwin, em que o ser humano conseguiu driblar com a ajuda da ciência. Agora, os menos adaptados possuem uma "segunda chance" de continuarem vivos e se reproduzir graças aos planos de saúde, remédios e disponibilidade de alimentos.

A saúde é direito de todos e dever do Estado (Art. 196, Constituição Federal de 1988); na teoria, pois na prática ocorre um total descaso por parte do Estado com as camadas sociais mais pobres que morrem na fila do SUS ou em casa agonizando, esperando a data da consulta urgente, marcada há meses finalmente chegar. Por esse motivo, cresce o mercado do sistema de saúde particular; refúgio das classes média e alta que pagam duas vezes pelo mesmo serviço e ignoram o caso que existe em sua volta.

Na idade média, a sociedade considerava as doenças como castigo divino. Hoje sabe-se que grande parte das doenças são causadas pelos maus hábitos, como o tabagismo, o alcoolismo, o sedentarismo e o consumo ^{excessivo} de alimentos, com grande taxa de açúcar e de gordura.

Sabendo disso, o Estado tomou atitudes preventivas como campanhas contra o excesso do consumo de álcool, de cigarro, e de incentivos a exames de saúde, usando a televisão para divulgá-los. Mesmo promovendo essas pequenas ações o número de fumantes está reduzindo no Brasil por exemplo.

Em toda a história da humanidade, só nos últimos cem anos que possuímos comida em abundância sem precisarmos fazer grande esforço para obtê-la.

Como disse o pai da medicina: "A diferença entre

O REMÉDIO E O VENENO E "A DOSE". A DOSE DA ATENÇÃO
DO ESTADO NO POVO E NA VERDADE INVESTIDA NA SAÚDE E EM PESQUISAS;
E A DOSE DA PREOCUPAÇÃO DO POVO EM SUA PRÓPRIA SAÚDE.

O futuro só depende do homem.

O homem pode conduzir o planeta para a destruição, como anda fazendo nos últimos tempos, como também pode reverter esta situação e tentar mudar o futuro das próximas gerações, usando de todo seu poder de planejamento e o avanço tecnológico de que foi capaz de chegar, para tomar atitudes que ajudem a melhorar o planeta.

Com a globalização a população foi crescendo e o mundo foi se tornando cada vez mais industrializado e capitalista. O homem passou a desconhecer os limites para conseguir o que quer e, a explorar todas as reservas naturais de modo que uma hora elas irão esgotar.

Os industriais precisam diminuir a emissão de CO₂ e o efeito estufa está aí para mostrar as catástrofes que irão acontecer no futuro se nada for feito.

Se o efeito estufa aumentar haverá uma queda no nível das chuvas, consequentemente haverá crises no abastecimento de água e prejuízos para as usinas hidrelétricas. Além de prejudicar as plantações agrícolas e causar um elevado aumento da temperatura.

O homem precisa respeitar mais o seu planeta, fazer um replanejamento e reestruturar o seu modo de vida, evitando que os elementos essenciais para a vida no Terra se esgotem, assim como a própria raça humana.

Ainda há tempo para mudar essa situação e com todo o poder que o homem possui para mudar o mundo, ele pode tentar mudá-lo para melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, S. *La Philosophie Linguistique d'Antoine Culioli*. In: *La Theorie d'Antoine Culioli: Overtures et Incidences*. Paris: OPHRYS, 1991.
- BAKHTIN, M.M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 31 ed. Sao Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. Trad. Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. 4 ed. Trad. Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 2006.
- BORBA, F. S. *Teoria Sintática*. Sao Paulo: T. A. Queiroz, Editor: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- CAMPOS, M.H.C; XAVIER, M.F. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. de M. A. Culioli*. "Recherche en linguistique: theorie des operations enonciatives". Paris : Departement de Recherches Linguistiques, Universite Paris VII, 1976.
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, v.1, 1990.
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, v.2, 1999a.
- _____. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, v.2, 1999b.
- _____. *Cognition and representation in linguistic theory*. University of o Ottawa : John Benjamin B.V. 1995.
- _____. *La communication verbale*. In: *Encyclopédie des sciences de l'homme*, tomo 4. Paris: Grande Batelière, 1965.
- DE VOGÜÉ, S. *Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration*. In: *Lectures d'Émile Benveniste*, LINX 26, p. 77-105, 1992.
- DE VOGÜÉ, S; FRANCKEL, J-J;PAILLARD,D. *Linguagem e Enunciação: representação, referência e regulação*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2005.

- FRANCHI (2006), C.; NEGRÃO, E.; MÜLLER, A. L. *Mas o que é mesmo gramática?* Possenti, S. (org). São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- FUCHS, C. *As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica*. Trad. Letícia M. Rezende. Alfa, v 29, p. 111-124, 1985.
- GABEIRA, F. *O Que é Isso Companheiro?* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- LIMA, R. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. Tradução de Rosa Virginia Mattos e Silva e Hélio Pimentel; revisão e supervisão Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- LOPES R. Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidades de funcionamento. In: REZENDE, L.M; ONOFRE, M. *Linguagem e línguas naturais: diversidades experiencial e linguística*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.
- MATEUS, M.H.M; BRITO, M.A; DUARTE, I.S; FARIA, I.H. *Gramática da Língua Portuguesa: elementos para a descrição da estrutura ,funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- MORAIS, J. *A arte de ler*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ONDJAKI. *Bom Dia Camaradas*. Rio de Janeiro: Agir, 2006.
- ONOFRE, M. Do nome à noção: do enfoque estático ao dinâmico. *Versão Beta: sob o signo da palavra*, São Carlos-SP, ano II, no. 22, p. 57- 67, 2003a.
- _____. **Operações de linguagem e implicações enunciativas da marca “se”**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara-SP, 2003b.
- PONZIO, A. *Procurando uma palavra outra*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2010.
- QUEIROZ, E. de. *O primo Basílio*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint S.A., s.d.
- REZENDE, L.M. Contribuições da teoria das operações predicativas e enunciativas para o ensino de línguas. In: JORENTE, J; REZENDE,L.M.; ONOFRE, M.B. (Orgs). *Versão Beta: Jornada de estudos enunciativos*. UFSCar: 2010.
- _____. Atividade Epilingüística e o Ensino de Língua Portuguesa. *Revista do GEL*, São Paulo, v.5, n.1, p.95-108. 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/5/RG_V5N1_06.pdf>. Acesso em: 10/09/2012.

- _____. *Léxico e gramática: aproximação de problemas lingüísticos com educacionais*. v.1. Tese de Livre Docência. Araraquara, UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, 2000.
- _____. *Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção*. In: ONOFRE, Marília; Rezende, Leticia (Orgs). *Linguagem e Línguas Naturais: diversidade experiencial e linguística*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.
- _____. *Estudos Gramaticais*. Araraquara: UNESP, 1989.
- ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultix, 2006.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas, 1994. In: SCHNEUWLY, B; DOLZ, J. *Gêneros Orais e Escritos na Escola*, Campinas: Mercado de letras, 2004.
- VIGNAUX, G. *Le discours acteur du monde: enonciation, argumentation et cognition*. Paris: Ophrys 1988 p.243.
- WEINRICH, H. *Le Temps: le recit e le commentaire*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- _____. *Estructura y Función de los Tiempos en el Lenguaje*. Madrid: Editorial Gredos S. A., 1968.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARAÚJO, I. L. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- ARNAULD, A & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal, ou Gramática Geral e Razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M.M. *O Freudismo: um esboço crítico*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *A Cultura Popular na Idade Média: O Contexto de François Rabelais*. Trad. Iara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.
- CAMPOS, H.C. *Enunciação mediatizada e operações cognitivas*. In: SILVA, A. S. da. (Org.). *A perspectiva da linguística cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística/ Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- FRANCHI E; FIORIN J. (Orgs.); FRANCHI C; ILARI R. *Linguagem: atividade constitutiva*. São Paulo: Parábola editorial, 2011.
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Editora Hucitec – Editora Universidade de Brasília, 1987.
- TRAVAGLIA, L.C. *O Aspecto Verbal no Português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: EDUFU, 2006.